

CIDADES NUAS

Estudo crítico sobre o modelo internacional de campo para refugiados.

Giulia Furlotti

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Orientação: Professor Álvaro Domingues

Ano letivo 2016 | 2017

As traduções para a língua portuguesa que se encontram nesta dissertação foram feitas pela própria autora. Quanto aos textos citados, preferiu-se manter a forma original para garantir uma maior fidelidade.

Per chi viaggia in direzione ostinata e contraria

ÍNDICE

Resumo	10
Abstract	12
Introdução	15
1. O ESTADO DA TÉCNICA	19
1.1 ENQUADRAMENTO GERAL	20
1.1.1 Palavras-chave	20
1.1.2 Amplitude do fenómeno	23
1.1.3 “Protracted Refugee Situation” nos países em desenvolvimento	34
1.2 O CAMPO COMO CONCEITO	37
1.2.1 O campo como soma de habitações	37
1.2.2 Critérios para definir os campos	41
1.2.3 A forma campo: segregação do indesejado e vida nua	48
1.3 DIRETIVAS INSTITUCIONAIS	55
1.3.1 Os campos em termos jurídicos	55
1.3.2 “Handbook for Emergencies”	57
2. O MODELO INTERNACIONAL	67
2.1 ESTRUTURA DE UM CAMPO: O MODELO INTERNACIONAL	68
2.2 ANTES DO MODELO	72
2.2.1 O contexto: enquadramento histórico-político	72
2.2.2 Os precursores dos campos para refugiados	75
2.2.3 “Cluster” e “Community Module”	77
2.3 A CRIAÇÃO DO MODELO	85
2.3.1 A aplicação do protótipo e a resposta internacional	85
2.3.2 A primeira versão de “Handbook for Emergencies”	88
2.2.3 “Host Fatigue” e manuais universais	91
2.4 DESENVOLVIMENTOS RECENTES	99
2.4.1 Estratégias urbanas	99
2.4.2 “Transitional Settlement: Displaced Populations”	100
2.4.3 Planear para reduzir os riscos	106

3. PARA ALÉM DO MODELO	109
3.1 INOVAR A RESPOSTA DE EMERGÊNCIA	110
3.1.1 Construir sobre paradoxos	110
3.1.2 Novos elementos	112
3.2 ENNEAD EMERGENCY KIT	115
3.2.1 “Ennead Lab: Rethinking Refugee Communities”	115
3.2.2 Caso de estudo: Mugombwa, Ruanda	117
3.3 ZAATARI: LABORATÓRIO INFORMAL	124
3.3.1 Contexto sócio-político	125
3.3.2 Zaatari Camp	127
3.3.3 Análise: áreas residenciais	131
3.3.4 Análise: espaço público e serviços	135
3.3.5 O mercado: urbanização através da informalidade	141
3.3.6 Implementar a informalidade	143
Conclusões	146
Bibliografia	148
Índice das imagens	152
Agradecimentos	156

RESUMO

O projeto de campos para refugiados representa uma forma extrema da prática arquitetónica. Apesar do número crescente de pessoas forçadas a viver neste tipo de campos, o estado da arte não sofreu mudanças substanciais e os princípios, as teorias e as técnicas aplicadas no âmbito permaneceram essencialmente inalterados durante décadas, com os únicos progressos concentrados na construção das unidades habitacionais.

Programados e projetados para serem temporários, os campos de refugiados são baseados em lógicas de emergência, cujo principal objetivo é garantir a sobrevivência dos habitantes; forçada pela necessidade de uma resposta imediata, a ênfase é colocada em soluções de curto prazo, onde o interesse pela saúde, higiene e proteção é muito superior ao dado às dinâmicas sociais e espaciais do campo como um todo. De facto, porém, a durabilidade dessas estruturas estende-se muito além do previsto, gerando situações únicas, manifestações físicas do estado de exceção.

Aliás, na tentativa de dar uma resposta adequada mas universal, são adotados na planificação dos campos princípios de equidade e homogeneidade que se traduzem num modelo único, aplicado indiferentemente. As únicas necessidades verdadeiramente universais, no entanto, são aquelas puramente biológicas e de facto, assim concebidos, os campos tornam-se em dispositivos cujo único fim é a mera sobrevivência dos seres humanos que hospedam; para usar a palavra recuperada por Agamben, o principal objetivo é a salvaguarda da *vida nua*.

Construídos de forma modular, sem alguma hierarquia espacial definida exceto a pura separação entre espaço residencial e público, os campos são, portanto, *idades nuas*, destituídas de todas as características necessárias para o bem-estar social e político dos seus cidadãos.

Por dimensões e número de habitantes, mas sobretudo pelas dinâmicas sociais que geram, os campos são comparáveis às cidades propriamente ditas: é urgente alargar o debate sobre as esferas arquitetónica e urbana.

Palavras-chave: campo, refugiados, modelo internacional.

ABSTRACT

The design of refugee camps represents an extreme form of the architectural practice. Despite the increasing number of people who are forced to live in such camps, the state of the art did not change substantially in the last decades and neither did the principles, the theories and the techniques applied in this field; the construction of the housing units was the only portion in which a significant progress has been noticeable.

Programmed and designed to be temporary, refugee camps are based on emergency logics, whose main purpose is to ensure the survival of its inhabitants. In response to the need for immediate action, the emphasis is placed on short-term solutions, which mainly focus on the matters of health, hygiene and protection, at the expense of the social and spatial dynamics of the camp as whole. However, the durability of these structures usually extends far beyond what predicted, a strain which generates unique situations, physical manifestations of the state of exception.

Moreover, in the attempt to give an adequate but universal response, the principles of equity and homogeneity are the pivotal points in the planning of the camps, a combination which translates into one single model, applied indifferently. The only truly universal needs, however, are the purely biological ones, and in fact, so conceived, camps become devices whose sole purpose is the mere survival of the human beings they host; in the words of Agamben, the main goal is to safeguard the *naked life*.

Constructed in a modular way, without any spatial hierarchy apart from the pure separation of residential and public space, camps are therefore *naked cities*, stripped of all the characteristics that are necessary for the social and political well-being of their population.

By size and number of inhabitants, but especially by the social dynamics they generate, camps are comparable to actual cities: it is urgent to extend the debate to the architectural and urban spheres.

Key words: camp, refugees, international model.

– D'ora in avanti sarò io a descrivere le città – aveva detto il Khan. – Tu nei tuoi viaggi verificherai se esistono.

Ma le città incontrate da Marco Polo erano sempre diverse da quelle pensate dall'imperatore.

– Eppure io ho costruito nella mia mente un modello di città da cui dedurre tutte le città possibili, – disse Kublai. – Esso racchiude tutto quello che risponde alla norma.

Italo Calvino

INTRODUÇÃO

Premissa

A deslocação de seres humanos é um assunto político. Ao atravessar as fronteiras geopolíticas, os refugiados renunciam aos direitos de cidadania concedidos pelos seus países de origem em troca de uma salvação baseada nos termos estabelecidos pelos governos de acolhimento e pelas agências humanitárias.

Estas, quase exclusivamente dependentes de financiamentos externos, encontram-se numa situação de autoridade indefinida, na qual, para proteger direitos universais, são obrigadas a chegar a um compromisso com os governos dos Estados-Nações, cuja vontade de acomodar populações em fuga é inversamente proporcional a amplitude e duração dos fluxos.

Parte implícita - mas extremamente influente - do mandato do ACNUR, portanto, parece ser gerir o equilíbrio delicado entre prestar assistência aos que formalmente representa, respeitar a *host-fatigue* e satisfazer as demandas das agências doadoras: isso reflete-se diretamente no tipo de assistência prestada aos refugiados e, na maioria dos casos, leva ao estabelecimento de campos fechados; os “santuários” nos quais são protegidos aqueles que procuram asilo, paradoxalmente, tornam-se prisões de dependência, exclusão e espera.

Os campos constituem o ponto de encontro entre os interesses dos Estados de acolhimento, que assim salvaguardam os seus próprios cidadãos de uma competição pelos recursos nacionais, e dos doadores, colocados perante a evidência tangível não apenas dos resultados obtidos através das doações mas, acima de tudo, da necessidade contínua e urgente das mesmas.

Num ciclo auto-perpetuado, os mais negligenciados são os próprios refugiados.

O **objeto** desta tese é a análise do modelo de campo para refugiados, único e reconhecível, apesar das muitas facetas em que emerge no presente: dos conceitos que constituem a base, ao seu nascimento e evolução ao longo do tempo e às dinâmicas sociais e espaciais que inevitavelmente gera um espaço de excepcionalidade.

O **objetivo** é, através desta análise, entender como e o porquê de se ter gerado o modelo atual, que numa primeira abordagem parece ser construído exclusivamente por cima de contradições. Através do estudo da amplitude do fenómeno a nível global e do conceito de campo enquanto tal, percebeu-se o quanto está enraizada a “forma campo” no presente, enquanto componente indissociável da história moderna; o sistema de pertenças nacionais unívocas nas

quais esta está baseada entra em crise diante da existência de pessoas que “não pertencem”, consequentemente isoladas num espaço “outro”.

Em segundo lugar, através da análise da evolução da resposta à emergência ao longo do tempo, pretendeu-se salientar o quanto esta está intimamente ligada aos eventos históricos, dependendo de um equilíbrio frágil entre a pura ação humanitária e as restrições políticas e económicas. Afinal, destacando e entendendo quais são as limitações que definem o modelo internacional dos campos de refugiados, tentou-se, ao atuar nestas, evidenciar algumas abordagens alternativas, a fim de oferecer pistas de reflexão e possibilitar a evolução de um modelo alternativo: assumindo a natureza temporal dos campos, não há razão para que estes não sejam projetados para atuar de forma funcional, combinando o bem-estar dos que os habitam e dos países que os hospedam no seu próprio terreno nacional.

Finalmente, o objetivo último e fim principal desta pesquisa é destacar a necessidade urgente de buscar novas formas de resposta de emergência e de assistência aos refugiados; é crucial difundir o debate no âmbito arquitectónico e urbanístico.

Para lidar com a incapacidade de visitar pessoalmente um campo de refugiados, a **metodologia** baseia-se principalmente na leitura de um grande número de textos em diversas áreas, desde a antropologia até a sociologia, que pudessem fornecer uma imagem clara da vida nos campos através da experiência direta. Isso permitiu superar a visão dos refugiados como vítimas impotentes, para retornar ao contrário a imagem dos campos como espaços vivos e ativos, ricos em dinâmicas sociais novas e excepcionais, com possibilidades e dificuldades igualmente excepcionais.

Entre os principais autores neste campo, salienta-se Michel Agier, um etnólogo e antropólogo francês, cuja pesquisa centra-se na relação entre a premente globalização, as condições e os lugares de exílio e a formação de novos contextos urbanos.

A pesquisa continuou com o estudo dos principais manuais internacionais, incluindo *Handbook for Emergencies, Shelter After Disaster, Humanitarian Charter & Minimum Standards* e *Transitional Settlement: Displaced Population*. O objetivo foi tentar identificar o modelo que as entidades que se ocupam da resposta humanitária procuram e destacar os limites e as características que definem o planeamento de novos assentamentos transitórios, salientando os pontos fortes e os fracos.

Para investigar o assunto mais detalhadamente e não ignorar os últimos desenvolvimentos institucionais, também fazem parte da pesquisa vários *working papers* e textos de conferências patrocinadas pela Comissão de Pesquisa do UNHCR, organismo muito ativo sobre o assunto. Isso permitiu ampliar os horizontes do problema e, acima de tudo, entender quão delicada e complexa é a questão da resposta de emergência, fortemente dependente de outros fatores para além da questão puramente humanitária.

Por fim, o presente estudo baseia-se no trabalho e na ideologia de alguns autores, admiráveis na esfera profissional e humana: em primeiro lugar, Ian Davis e Fred Cuny, que contribuíram para inovar todo o setor humanitário e sem cujas obras, práticas e teóricas, a acção humanitária não teria alcançado os resultados contemporâneos; mais recentemente James Kennedy, o primeiro a teorizar a existência de um modelo único de campos de refugiados, que defende há anos a importância de procurar novas “diretrizes desafiadoras” na concepção desses lugares.

1. O ESTADO DA TÉCNICA

Onde é fornecida uma base teórica para entender melhor os capítulos seguintes. Além de uma apresentação do contexto a nível global, pela amplitude e duração do fenómeno, segue uma reflexão sobre o campo como conceito e, por último, apresenta-se uma análise das diretrizes institucionais que regem e definem o modelo dos campos de refugiados.

1.1 ENQUADRAMENTO GERAL

1.1.1 Palavras-chave

Para fins desta investigação é necessária uma premissa para esclarecer o significado desses termos, recorrentes no campo da resposta humanitária, que, se não controversos, exigem pelo menos uma explicação mais aprofundada. Os conceitos discutidos estão estreitamente ligados entre si, tornando impossível definir alguns deles sem mencionar os outros.

Refugiado: embora muitos dos textos de referência que serão discutidos nesta tese preferem os termos “populações afetadas” ou “populações deslocadas”, mais universalistas e inclusivas, esta pesquisa centra-se principalmente naqueles que entram na definição internacional de refugiados tal como consignada no Protocolo de 1967, ou seja:

“Qualquer pessoa que (...) receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país(...)”¹

A categoria, assim definida, exclui de fato as *Internally Displaced People*, (IDPs), ou seja, aquelas pessoas que, enquanto deslocadas, não se movem para além das fronteiras nacionais e, portanto, permanecem sob a proteção do seu governo, mesmo no caso em que esse próprio seja a causa da sua deslocação.²

Em qualquer caso, apesar das importantes distinções legais entre as duas categorias, ao longo dos últimos anos o UNHCR foi convidado a implementar os programas de assistência às pessoas deslocadas temporariamente por causa de desastres naturais. Além disso, a ausência de uma literatura específica sobre o planeamento de assentamentos para IDP implica que, na maioria dos casos, estes sejam baseados em manuais relacionados com o projeto de campos

1 UNHCR, *Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees*, Genebra: UNHCR, 1951 (1967), Art. 1

2 UNHCR, *Internally Displaced People*, disponível online [consultado a 24.07.17]

para refugiados; este é o caso, por exemplo, dos acampamentos construídos para acomodar as pessoas deslocadas após o terremoto que atingiu o Paquistão em Outubro de 2005, concebidos seguindo o modelo fornecido pelo *Handbook for Emergencies*.

A interdependência entre as duas categorias será discutida mais amplamente no capítulo seguinte, mas uma distinção primária é importante: os instrumentos jurídicos que garantem o status de refugiado fazem isso precisamente em função do status de não-permanência do mesmo, na espera que a condição normal de pré-emergência seja restabelecida.

“A refugee as a categorical status of person, has come to be practically defined by the limits of his formal future choices, all of which heavily imply an impermanency in his current location, and particularly in terms of those whose primary shelter is in a camp: in practical terms, the status of refugee can resemble a type of limbo, with the transformation into one who has full status in society postponed until the refugee returns to be a citizen of his or her own country of origin.”³

Protracted Refugee Situation: é um conceito recentemente incluído na terminologia do ACNUR e é usado para definir as situações específicas dos refugiados que vivem em exílio por mais de 5 anos, sem perspectivas imediatas de encontrar uma solução duradoura para sua condição.

A definição fornecida pelo ACNUR em 2004 reflecte aquela proposta por Jeff Crisp⁴ pouco tempo antes, e estabelece que “uma *protracted refugee situation* é aquela em que os refugiados se encontram num estado de limbo prolongado e intratável. As suas vidas podem não estar em risco, mas seus direitos básicos e necessidades económicas, sociais e psicológicas essenciais permanecem insatisfeitos após anos de exílio.”⁵

A definição assim expressa, que de facto poderia ser aplicada a quase todas as situações relativamente aos refugiados, é complementada por alguns dados numéricos já citados: uma população de pelo menos 25 mil indivíduos exilados por mais de 5 anos.⁶ Durante esta dissertação o termo será usado principalmente na sua versão em inglês.

Campo: a ausência de uma definição específica nos textos de referência implica que a palavra campo seja usada para indicar a maioria dos assentamentos de refugiados, embora isso inclua uma grande variedade de casos com diferentes características. O termo está, portanto, intimamente ligado à descrição de refugiado, em uma definição quase circular (o refugiado é aquele que vive nos campos, os campos são o lugar onde vivem os refugiados) mas, é importante

3 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 30

4 CRISP, Jeff, *No Solution in Sight: The problem of protracted refugee situation in Africa*, Genebra: Evaluation and Policy Analysis Unit UNHCR, New Issue in Refugee Research, working paper n. 75, 2003, p. 1

5 UNHCR, *Protracted Refugee Situations*, 2004, p. 2, disponível online [consultado a 24.07.17]

6 *Ivi*

especificá-lo, pois nem todos os campos são construídos para refugiados, nem todos os refugiados vivem em campos.

Efetivamente, de acordo com os dados da ACNUR de 2016⁷, apenas 24% das pessoas incluídas no mandato vivem nos campos, enquanto o resto prefere procurar soluções alternativas, mesmo enfrentando riscos maiores⁸; ao mesmo propósito, em *Transitional Settlement: Displaced Population*⁹, um dos textos mais pertinentes dos últimos anos, os autores inserem os *Planned Camps* como a última (e menos incentivada) das seis opções dentro do *Transitional approach*, cujo objetivo é definir os assentamentos de transição que funcionam como anel de junção entre emergência e a restauração da normalidade.

De facto, embora existam vários casos em que os inicialmente campos de refugiados se tornaram em assentamentos permanentes e apesar de haverem campos construídos com materiais duráveis, que os tornem indistinguíveis do tecido urbano das cidades “permanentes” ao redor, o principal fator discriminante na definição dos campos é a condição da temporalidade.

Isso é enfatizado repetidamente nos textos institucionais, que geralmente abrem capítulos dedicados ao projeto dos campos com a afirmação de que estes não devem ser considerados uma solução válida na construção de assentamentos permanentes.¹⁰

Organizações humanitárias: as agências humanitárias diretamente envolvidas na assistência e proteção de refugiados são inúmeras e diferenciadas. Nesta tese, o termo assim expresso deve indicar o conjunto de organizações não governamentais (ONGs), que incluem, entre as mais influentes, a *International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies* (IFRC), a *International Organisation for Migration* (IOM) e o *World Food Program* (WFO), assim como as diferentes agências das Nações Unidas; isto, com plena consciência das significativas diferenças históricas, de estatutos, mandatos e programas das organizações individuais.

A mais enunciada entre as agências será, sem dúvida, o *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados*, a seguir designado com o acrónimo ACNUR, instituído em 1951 como agência das Nações Unidas especializada na gestão de refugiados, mas não só

Entre as *Persons of Concern*¹¹ incluídas no mandato do ACNUR, efetivamente, aparecem também os *asylum seekers*¹², ou seja, aqueles cujo pedido de asilo ainda não foi processado; os refugiados *prima facie*¹³, pessoas em fuga que, devido à impossibilidade de avaliar os pedidos

7 UNHCR, *Global trends 2016*, disponível online [consultado a 21.07.17]

8 Vejam-se a este respeito os estudos de Liisa Malkki e Art Hansen.

9 CORSELLIS, Tom e VITALE, Antonella, *Transitional Settlements: Displaced Populations*, Oxford: Oxfam Books, 2005

10 *Ibidem*, p. 3

11 UNHCR, *Persons of Concern to UNHCR*, disponível online [consultado a 24.07.17]

12 UNHCR, <http://www.unhcr.org/asylum-seekers.html> [consultado a 24.07.17]

13 UNHCR, *Protection of Refugees in Mass Influx Situations: Overall Protection Framework*, 2001, p. 1, disponível online [consultado a 24.07.17]

individualmente em caso de fluxo maciço, recebem um status provisório em grupo; e os *apátridas*¹⁴, pessoas que, por definição internacional, nenhum estado considera como seus próprios nacionais.

De facto, o ACNUR é atualmente a organização mais influente no campo do planeamento formal de campos e assentamentos para refugiados; *Handbook for Emergencies*, editado pela última vez em 2007, serve de base para todas as publicações alternativas.

Host Governments: entre as numerosas entidades que influenciam o planeamento dos campos de refugiados, os Governos anfitriões destacam-se pela sua importância; tratam-se dos Governos daqueles países, geralmente signatários da Convenção de Genebra, que aceitam a presença de refugiados em seu próprio território nacional: estes são, em última instância, sujeitos à legislação nacional e não ao direito internacional. Efetivamente, as organizações humanitárias são chamadas a operar sob o mandato dos governos nacionais, ao ponto que, como regra, os estatutos internacionais incluem declarações gerais que afirmam o reconhecimento da legitimidade dos governos locais em todas as situações relativas aos refugiados.¹⁵

Host communities: da mesma forma, aqueles que vivem num contexto geográfico que têm conexões físicas com os campos, as chamadas comunidades de acolhimento, não só exercem influência direta sobre eles, mas também são influenciados por eles. Os laços que são estabelecidos, sem dúvida, formais e informais, sociais e económicos, vão muito além dos quadros legais que caracterizam o papel do governo anfitrião.

1.1.2 Amplitude do fenómeno

Nas últimas décadas, a população mundial deslocada à força sofreu um crescimento substancial, passando de 33,9 milhões de pessoas em 1997 para 65,6 milhões no último relatório em 2016; foi atingido um máximo histórico.¹⁶

O crescimento foi particularmente concentrado no período entre 2012 e 2015, principalmente devido ao conflito sírio, juntamente com os outros nas regiões do Iraque e do Iémen, bem como as guerras da África sub-sahariana, incluindo o Burundi, a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo, o Sudão e o Sudão do Sul, cuja população de refugiados registou um aumento de 85% ao longo do ano passado, atingindo 1 cada 4 habitantes.¹⁷

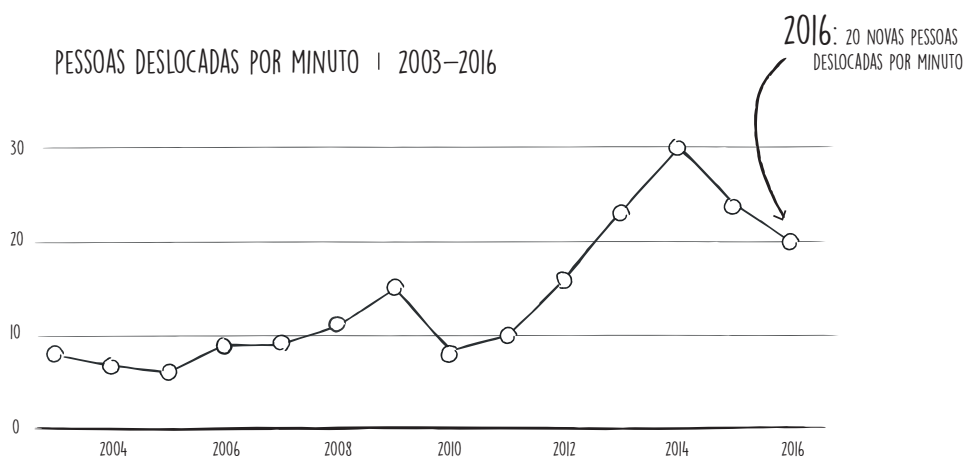
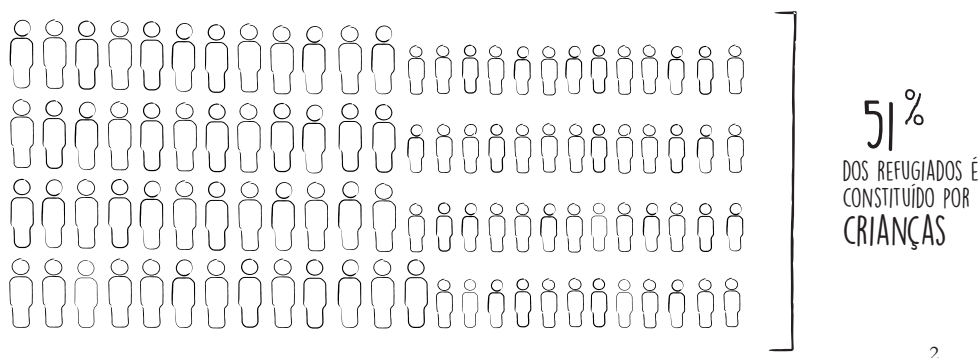
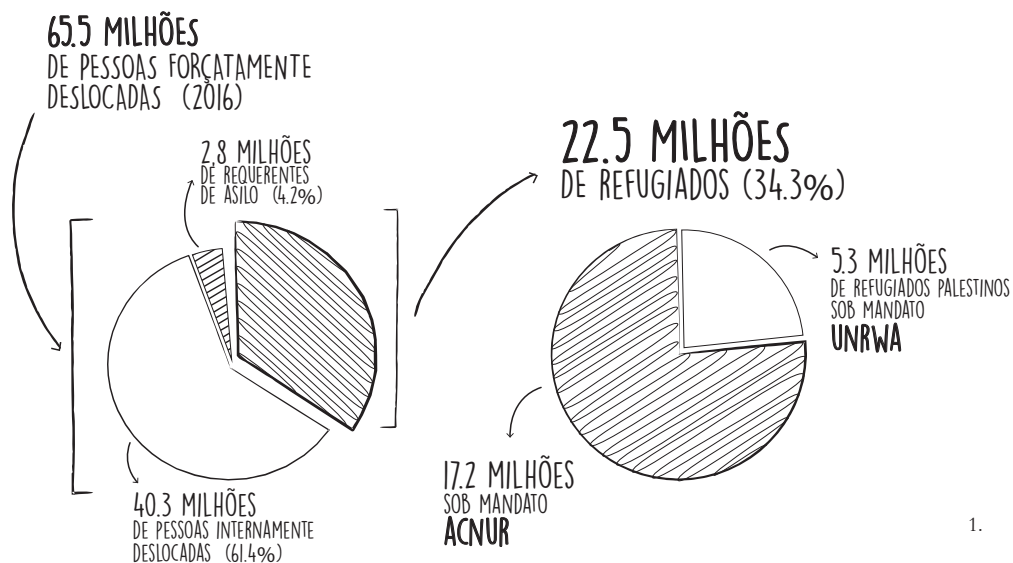
As pessoas abrangidas pelo mandato do ACNUR, excluindo os 5,3 milhões de refugiados

14 UNHCR, *Riduzione dell'apolidia*, disponível online [consultado a 27.07.17]

15 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 34

16 UNHCR, *Global trends 2016*

17 *Ibidem*



palestinianos registrados sob a UNWRA, são 17,2 milhões; 84% destes, cerca de 14,5 milhões, são hospedados em países em desenvolvimento.

Quanto aos lugares onde os refugiados estão alojados, é importante fazer uma distinção entre diferentes tipos de estruturas. Na Europa, os mais populares são os centros de acolhimento e os centros provisórios, teoricamente locais de passagem onde os refugiados aguardam o reconhecimento e a eventual aceitação do pedido de asilo ou, por outro lado, a expulsão.

Somente em Itália, apesar das funções serem essencialmente as mesmas, existem quatro tipos, todos geridos pela *Direzione centrale dei servizi civili per l'immigrazione e dell'asilo* del Ministero dell'Interno: Centros de Primeiros Socorros (CPSA), Centros de Recepção (CDA), Centros de Recepção para Buscadores de Asilo (CARA), Centros de Identificação e Ejetão (CIE).¹⁸ Os centros que mais atingirem as primeiras páginas, certamente não em termos lisonjeiros, são certamente aqueles em Lampedusa.

Embora estas estruturas sejam muitas vezes deficientes e infelizmente inadequadas, a permanência máxima em tais centros é de 9 meses: uma vez absolvida a função designada, a aceitação ou a expulsão, essas estruturas deixam de funcionar como residência para os refugiados e a solução é o assentamento autónomo no país de asilo ou num país terceiro.

Os fluxos excepcionais dos últimos anos colocaram um sistema já instável em situação de crise, atrasando os procedimentos de reconhecimento, sobrecarregando equipamentos inadequados e gerando soluções atípicas, tais como o uso de pensões e hotéis para acomodar migrantes pendentes; as mudanças no sistema, em qualquer caso, devem ser procuradas a nível político e não no campo arquitetónico.

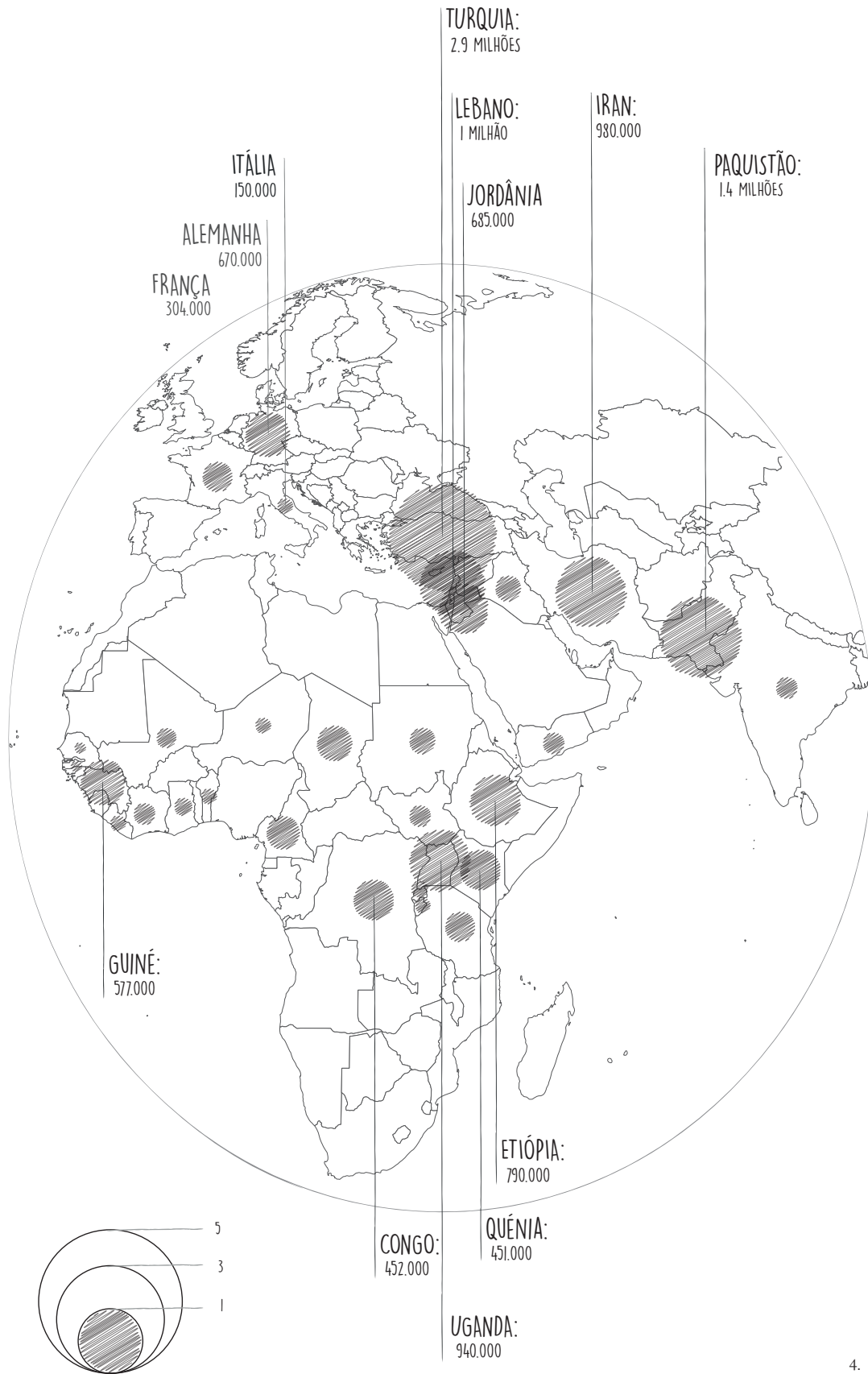
Embora a premissa seja semelhante, a situação é conceitualmente diferente no caso dos *planned camps*, campos formalmente estabelecidos com o objetivo de acomodar e conter refugiados até a perspectiva de uma solução duradoura, a mais desejável das quais é o repatriamento: uma espera por definição indefinida.

De acordo com os dados recolhidos em 2016, os refugiados recebidos nos campos programados são aproximadamente 4.011.000; apesar de ser o tipo de acomodação mais popular na imagem coletiva, na verdade representa apenas cerca de 24% do total; a opção do alojamento autónomo é uma das mais escolhidas.¹⁹ A grande maioria dos campos planeados concentra-se em África e no Médio Oriente, onde estão localizados os maiores e mais antigos acampamentos, principalmente na região do Sahel Africano. Durante anos, o maior assentamento foi o complexo de Dadaab no Quênia, ultrapassado em 2017 pelo assentamento de Bidi Bidi em Uganda, que na sua área de 250 km² abriga mais de 270.000 refugiados Sudaneses do Sul que

18 Ministero dell'Interno del Governo Italiano, *Sistema di Accoglienza sul Territorio: Centri per l'Immigrazione*, disponível online: <http://www.interno.gov.it/it/temi/immigrazione-e-asilo/sistema-accoglienza-sul-territorio/centri-limmi-grazione> [consultado a 27.07.17]

19 UNHCR, *Global trends 2016*

NÚMERO DE REFUGIADOS POR
PAÍS DE ACOLHIMENTO:



fogem da guerra civil ainda em progresso.

Nos últimos anos, desde a publicação de um relatório do ACNUR em 2004, foram citadas várias vezes estatísticas que estimam que os refugiados passam cerca de 17 anos em campos. Na verdade, o dado é muito enganoso.

Em primeiro lugar, o cálculo original não se refere ao tempo gasto nos campos, mas sim à duração geral da situação de emergência, tanto dentro como fora dos assentamentos planejados: isso deve-se ao facto dos fluxos de refugiados continuam ininterruptos durante todo o período de duração dos conflitos, provocando situações altamente dinâmicas onde é impossível traçar o tempo de exílio do indivíduo.

Tais dados ademais tendem a ser contra-intuitivos: de facto, o declínio no período médio de exílio geralmente não é uma melhoria, mas sim a consequência do agravamento da situação global.

A média, efetivamente, é mais influenciada pela adição de novos refugiados do que da normalização das situações existentes: desta forma, a duração aumenta em momentos em que as novas influências são relativamente escassas, enquanto que, por outro lado, decresce consideravelmente na sequência das grandes migrações, como as da última década.

Além disso, o cálculo da duração média dos campos de refugiados provavelmente seria uma generalização inútil, uma vez que as situações individuais são extremamente diferentes entre si e que o cálculo seria fortemente influenciado por alguns casos excepcionais. Diferente, no entanto, é identificar a duração da existência dos campos individuais, a fim de compreender as dinâmicas e estudar os processos de desenvolvimento, destacando as diferenças.

Nas páginas seguintes são apresentados alguns exemplos para ilustrar a diversidade de casos reunidos sob o termo campo; especificamente, são ilustrados dois campos pertencentes a alguns dos macrogrupos mais antigos, nomeadamente os campos palestinos e os sarauís. Ambos os casos são, por diferentes motivos, assentamentos excepcionais: isso também se reflete nas estruturas físicas dos campos, que diferem muito das do modelo tradicional. Por último, é realizada uma breve análise do complexo de Dadaab, levando-o como modelo da estrutura típica que tomam os campos formais, programados de acordo com as diretivas institucionais. A análise que se segue não pretende ser muito aprofundada, mas sim um ponto de partida para uma reflexão: o objetivo é mostrar as diferenças que se verificam ao mudar das condições históricas, culturais e sociopolíticas enquanto, ao mesmo tempo, destacar as características que permanecem comuns mesmo nos casos mais diferentes.

Campos palestinos: Shatila camp, Líbano

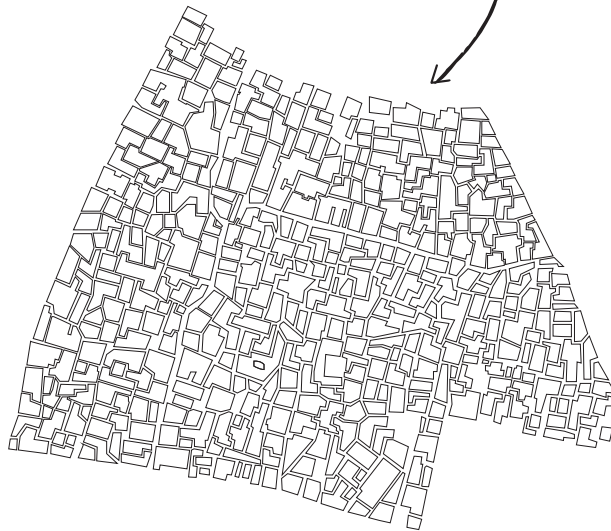
Os campos palestinos estão entre os mais antigos, desde que foram criados após do conflito

BEIRUT, LÍBANO
LOCALIZAÇÃO DE SHATILA



6.

SHATILA CAMP
TECIDO URBANO



7.



8.

israelo-árabe para receber palestinos expulsos durante o êxodo de 1948: aqueles reconhecidos oficialmente são 59, divididos entre a Jordânia, o Líbano, a Síria, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

Pelo facto de serem anteriores à formação do ACNUR, os campos foram construídos com o apoio da Cruz Vermelha e, com efeito, estão longe de se conformar ao design modular proposto pelas agências humanitárias internacionais. Pelo contrário, são frequentemente inseridos no tecido urbano, com uma estrutura semelhante à das cidades nas quais estão incluídos; isso não é suficiente para evitar a dinâmica de exclusão.

Peter Gbrac, num estudo sobre as possibilidades urbanas dos campos, dá uma imagem clara de um desses: Shatila, no Líbano.²⁰

Shatila está localizado dentro de um distrito da capital, Beirute, bem incluído no tecido urbano, do qual é difícil distingui-lo: como na maioria dos campos palestinos, o espaço é organizado para reproduzir os padrões das cidades de origem abandonadas, labirínticas e diversificadas.

A área ocupada, ao lado do estádio principal, é de aproximadamente um quilómetro quadrado, portanto, apesar da população relativamente pequena, cerca de 10.000 habitantes, a densidade é extremamente elevada: nos campos palestinos, excepcionalmente, os edifícios estendem-se em altura, com vários andares.²¹ Os edifícios estão superlotados e mal mantidos, muitos têm esgotos abertos; as condições de saúde ambiental são extremamente degradantes. Contudo, atualmente está a ser implementado no campo um projeto de infra-estrutura para atualizar os esgotos, o sistema de águas pluviais e a rede de água; a melhoria das únicas instalações públicas, duas escolas e uma clínica de saúde, também está a ser planeada.

Embora o campo esteja literalmente incorporado no tecido urbano, é extremamente marginalizado, de forma espacial e social. A população local identifica os habitantes do campo como “perturbadores e principal causa dos problemas do Líbano, e assim uma presença a ser gerida, posta em quarentena e movida à vontade”²². O que implica que os refugiados sejam confinados “através da ameaça sempre presente de violência em campos estreitamente delimitados e cercados”²³. A tensão, exacerbada por causa dos conflitos em curso, explode frequentemente em confrontos armados, nos quais é frequente haver vítimas.

Campos sarauis: Smara camp, Argélia.

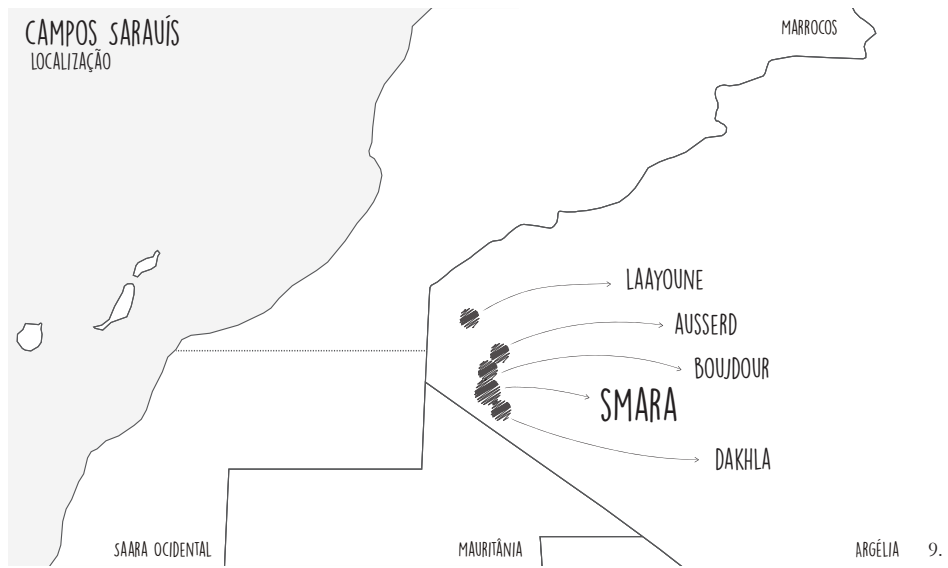
Os campos sarauis, conhecidos por seu status excepcional, são um conjunto de campos instalados na província de Tindouf, na Argélia, para os refugiados sarauis em fuga das forças

20 GBRAC, Peter, *Civitas, polis, and urbs: Reimagining the refugee camp as the city*, Oxford: Refugee Studies Centre, University of Oxford, Working Paper Series n. 96, 2013

21 UNRWA, *Shatila Camp*, <https://www.unrwa.org/where-we-work/lebanon/shatila-camp> [consultado a 1.09.17]

22 *Ibidem*, p. 7

23 *Ivi*



marroquinas em ofensivas ao longo do Sahara Ocidental durante a homônima guerra de 1975. Junto com os campos palestinianos estão entre os mais antigos complexos existentes e a maioria da população é ainda constituída por refugiados originais, exilados há mais de 40 anos; os nomes dos 5 *wilayas*, os distritos que constituem o complexo, fazem alusão aos das cidades do seu país de origem: Laayoune, Awserd, Smara, Dakhla e, mais recente, Cape Bojador (ou Boujdour).

A estrutura dos assentamentos, também neste caso, não é modular e segue a morfologia das povoações rurais informais; não existe nenhuma barreira além daquela natural constituída pelo deserto. As habitações são constituídas principalmente por tendas e casas de tijolos de terracota; as tendas, além de se adaptarem melhor ao clima do deserto, têm um significado simbólico: recordam a tradição nómada subsariana e também sublinham o estado de suposta impermanência dos campos, destacando a vontade de uma repatriação que contudo fica improvável.²⁴

Devido ao clima árido e hostil, as oportunidades de auto-subsistência são extremamente limitadas e os campos são fortemente dependentes da ajuda humanitária: são, no entanto, excepcionais do ponto de vista do alto nível de auto-organização. A situação política é, de fato, única. O representante legítimo do povo saraui é o Polisario, um movimento rebelde fundado em 1973 com a intenção de obter a independência do Sara Ocidental da ocupação militar de Espanha, Marrocos e Mauritânia; as Nações Unidas reconhecem sua autoridade e garantem aos refugiados o direito à autodeterminação. A organização social e política do campo é, portanto, administrada em grande parte pelos próprios refugiados, criando circunstâncias únicas: através da ênfase na educação, na erradicação do tribalismo e na emancipação das mulheres, foi feita uma tentativa sem precedentes para modernizar o tipo de sociedade.

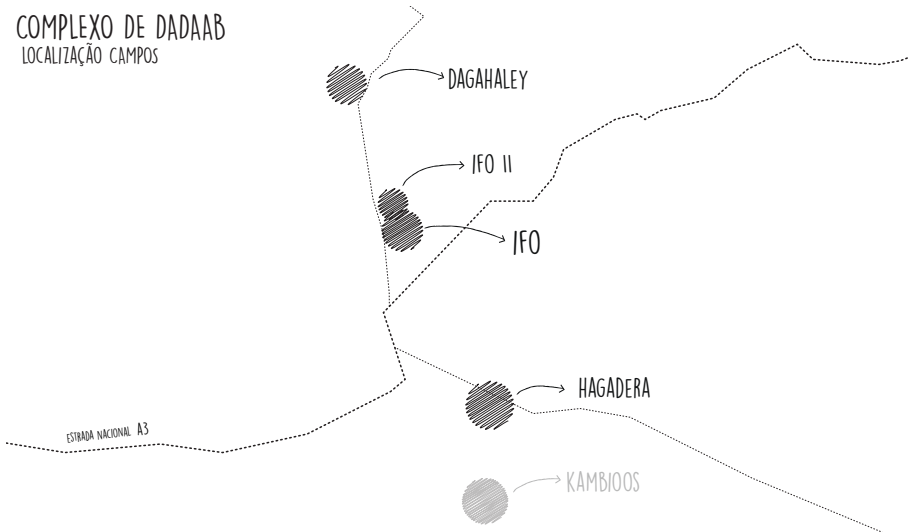
Desde a primeira instituição dos campos, a educação tem sido uma das prioridades: para cerca de 90,000 habitantes, existem 29 creches, 31 escolas primárias e 7 escolas secundárias, bem como vários centros de treino técnico; a educação infantil é obrigatória.²⁵ Embora os materiais de ensino sejam escassos e quase exclusivamente provenientes de doações, o nível de alfabetização aumentou de 5% desde o estabelecimento de acampamentos até 90% em 1995.²⁶

Além disso, junto com os trabalhadores das principais organizações humanitárias presentes no campo (incluindo o ACNUR, o PAM e a Oxfam), a Frente Polisario insistiu que, dentro dos campos, fossem empregados trabalhadores locais, tanto na construção como na gestão de estruturas, tais como escolas e hospitais. A estratégia, recentemente promovida também em outros lugares pelas agências internacionais, visa reduzir a sensação de impasse e desconforto

24 HERZ, Manuel, *From Camp to City: Refugee Camps of the Western Sahara*, Zurigo: Lars Müller Publishers, 2012

25 OXFAM, *Western Sahara. Living in the refugee camps*, OXFAM Belgium and Comité belge de soutien au peuple sahraoui, 1995, disponível online [consultado a 28.07.17]

26 *Ibidem*



12.



13.



14.

criados pela inatividade durante os 40 anos de exílio, envolvendo ativamente a população. Em qualquer caso, as oportunidades de emprego e a economia local permanecem extremamente limitadas e os campos sobrevivem principalmente através de doações estrangeiras.

Modelo internacional: o complexo de Dadaab, Quênia

Exceto pelos dois exemplos anteriores, excepcionais em muitos aspectos, a grande maioria dos campos existentes sob o mandato do ACNUR é atribuível ao mesmo modelo, com base nos princípios de modularidade e homogeneidade.

O exemplo mais conhecido e representativo, também para o tamanho colossal, é certamente o do complexo Dadaab no Quênia. Está localizado em solo semi-árido perto de Garissa, e é dividido em 5 campos: Dagahaley, Hagadera, Ifo, Ifo II e Kambioos, estando este último em vias de encerramento. O complexo é tão vasto que tem características urbanas por densidade populacional, atividade económica e concentração de infra-estrutura, pelo que resulta ser a quarta cidade do Quênia por número de habitantes, e um forte centro de atração na região .

Os primeiros campos, Ifo, Dagahaley e Hagadera, foram construídos em 1991, na sequência dos enormes fluxos de refugiados que fugiam da guerra civil na Somália; os outros dois são mais recentes e são principalmente devido aos fluxos de 2011.

No entanto, os princípios utilizados na construção são os mesmos, mas nos campos mais antigos o tecido mudou, tornando quase impossível reconhecer os módulos originais. De acordo com a descrição feita por Agier²⁷, cada bloco residencial, cerca de 2 ou 3 hectares, foi originalmente delimitado da mesma forma que o limite exterior do campo, com barreiras de arame farpado e cercas de espinho; no interior de cada bloco existiam 100-150 casas, organizadas num padrão claro, com uma média de 300 a 600 habitantes, agrupados de acordo com a etnia ou o clã de pertença.

Ao longo do tempo, os limites das casas individuais expandiram-se, incluindo toda a terra disponível dentro das mesmas cercas de vedação; através da privatização das áreas livres, desenvolveu-se um espaço, intrincado e labiríntico, o que afeta fortemente a sensação de segurança dos grupos mais fracos da população; os únicos espaços deixados livres são os eixos viários, o só elemento pelo qual ainda é possível dar uma leitura aérea do espaço do campo.

Da mesma forma que os perímetros mudaram, assim as clássicas tendas de plástico azul e branco distribuídas pelo ACNUR evoluíram nos quase 30 anos de existência do campo, mudando e expandindo-se tanto quanto as famílias as habitam; cabanas de barro alternam-se com cabanas apoiadas por galhos, no estilo típico da tradição somali, conjugado com um grande uso de materiais distribuídos pela acção humanitária, reciclados para novos propósitos.²⁸

²⁷ AGIER, Michel, *Between War and City : Towards an Urban Anthropology of Refugee Camps*, in *Ethnography*, Vol. 3, 2002, p. 325

²⁸ *Ibidem*, pp. 325-327

A análise das características do modelo aplicado em Dadaab é o cerne desta dissertação, e será tratado de forma aprofundada nos capítulos seguintes. Como antecipado, o esquema é o mais difundido e é aplicado na construção de novos assentamentos, independentemente das características da população que o ocupa ou do terreno onde é construído.

Isto porque se baseia num modelo padronizado, fundado nos princípios de homogeneidade e neutralidade que são a base da resposta de emergência. No entanto, na hipótese frequentemente incorreta de uma duração limitada, esses espaços são projetados para permanecerem inalterados; a evolução informal, inevitável, conduz em direcções imprevistas e, na maioria dos casos, problemáticas.

1.1.3 “Protracted Refugee Situations” nos países em desenvolvimento

Conforme evidenciado pelos dados fornecidos pelos *Global Trends*, a maioria das *protracted refugee situations* está concentrada em países em desenvolvimento, com grande acumulação especialmente em África. Seria um equívoco pensar que o problema se atribui só a eventos recentes, tanto que, já em 1985, era conhecido que a maioria dos refugiados alojados em solo africano vivia em exílio desde há muitos anos.²⁹

Certamente, cada caso é específico e possui diferentes origens históricas, dinâmicas e peculiaridades; no entanto, existem alguns padrões que causam formas de exílio duradouro. Tentando não generalizar, serão apresentadas as principais causas que mais afetam a persistência das *protracted refugee situations* nos países em desenvolvimento.

Conflitos e não-intervenções: a primeira e mais óbvia causa deste problema deve ser procurada na persistência dos conflitos armados que causaram os fluxos migratórios em primeiro lugar, tornando impossível que os exilados voltem para casa.

Por exemplo, a quase totalidade das guerras que caracterizaram o continente africano nas últimas décadas -como aquelas em Angola, Burundi, Libéria, Ruanda, Serra Leoa e Somália, para citar algumas- foram caracterizadas por intensos conflitos étnicos e elevados níveis de violência organizada, com o objetivo principal de atacar a população civil, forçando-a a fugir na esperança de sobreviver e deixando-a com poucas perspectivas de voltar a casa.

A este respeito, é necessário enfatizar o fracasso dos esforços da comunidade internacional em pôr fim aos conflitos. Jeff Crisp compara a situação africana com outros conflitos armados, nomeadamente aqueles que caracterizaram a Bósnia, o Kosovo, o Norte do Iraque e Timor Leste, destacando a grande resposta que estes despoletaram nos Estados Unidos e aliados, que intervieram prontamente para defender os seus interesses económicos e para evitar ondas

29 STEIN, Barry, *Refugee Integration and Older Refugee Settlements in Africa*, 1985, disponível online [consultado a 22.07.17]

maciças de pessoas deslocadas.³⁰

Em África, no entanto, os poucos interesses económicos e geopolíticos dos estados estrangeiros em pôr termo às guerras, junto com os interesses de alguns – como políticos locais, militares, senhores da guerra e grupos de milícias, bem como empresários – para que estes continuassem, perpetuaram de fato a duração dos conflitos armados.

Repatriamento e falta de integração: como será tratado com mais detalhes no capítulo 2, nos últimos 30 anos o interesse demonstrado pelas soluções de integração entrou em declínio. Isso levou ao consenso de que o repatriamento – geralmente, mas não necessariamente, voluntário – fosse a solução mais desejável para resolver o problema dos refugiados nos países em desenvolvimento.

Os motivos são múltiplos e interligados: em primeiro lugar, os esforços feitos até essa altura para promover a integração no contexto local e auto-suficiência tiveram pouco sucesso, em paralelo a crescente concepção dos refugiados como um carga económica e ambiental para os países de acolhimento, ainda por cima não compartilhada com os estados mais ricos.³¹

O conjunto destas variáveis significou que poucos dos refugiados nos países em desenvolvimento, especialmente aqueles nos campos, fossem realmente encorajados a se instalarem nos países de asilo. Como alguns críticos apontaram, entre os quais Kibreab, Crisp e Harrel-Bond, os principais atores envolvidos na resposta humanitária, forçados pelas circunstâncias, decidiram concentrar os seus esforços na implementação de uma estratégia de *care and maintenance*, o que não apoia de forma alguma a promoção da auto-suficiência, perpetuando assim o modelo de assistência com base na satisfação das necessidades primárias.

Residual caseload: por fim, fala-se de *residual caseloads* quando se refere a pessoas que optam por permanecer em exílio quando outros membros da mesma população puderam repatriar ou se integrar-se no país de asilo. Um exemplo é constituído por os refugiados da Libéria após a primeira guerra civil: um grande número de pessoas decidiu permanecer nos países de asilo, nomeadamente Gana, Guiné e Costa do Marfim, mesmo após as novas eleições governamentais de 1990, quando o país parecia ter conseguido uma relativa estabilidade.³²

O fenómeno é condicionado por muitos fatores, que o tornam muito mais difundido do que se poderia pensar. Em primeiro lugar, a escolha de permanecer no país de asilo é quase forçada quando o país de origem sofreu devastação tal que se tornou inhabitável, sem meios de subsistência e estruturas que garantam a segurança dos cidadãos; especialmente se, pelo contrário, o

30 CRISP, Jeff, *No Solution in Sight: The problem of protracted refugee situation in Africa*, Genebra: Evaluation and Policy Analysis Unit UNHCR, New Issue in Refugee Research, working paper n. 75, 2003, p. 4

31 KIBREAB, Gaim, *Why Governments Prefer Spatially Segregated Settlement Sites for Urban Refugees*, 2007, disponível online

32 CRISP, Jeff, *No Solution in Sight: The problem of protracted refugee situation in Africa*, Genebra: Evaluation and Policy Analysis Unit UNHCR, New Issue in Refugee Research, working paper n. 75, 2003, p. 4

acesso à educação, aos serviços de saúde e às oportunidades de trabalho for muito superior no país de asilo e, como muitas vezes acontece, nos campos.

Além disso, a falta de capital necessário para enfrentar a viagem de regresso obriga muitos a permanecer, bem como a idade inadequada, no caso de idosos ou crianças; cerca de 50% do número total de refugiados é constituído por indivíduos menores de 18 anos. Finalmente, a memória traumática dos eventos que causaram a expatriação é geralmente um outro desincentivo.³³

A partir desses dados, torna-se evidente que as *protracted refugee situations* não são uma situação transitória, mas sim uma parte integrante de todo o fenómeno.

Embora a recepção dos refugiados possa ser abordada com premissas erradas nas regiões industrializadas (e em muitos dos países europeus é certamente assim), é inegável que estes tem a capacidade de absorver um grande número de refugiados em fuga sem que o sistema seja afetado: a densa rede de instalações e serviços educacionais, de saúde e sociais, bem como as oportunidades económicas e os altos standards de vida, têm uma capacidade de amortecimento muito maior do que é geralmente pensado.

Pelo contrário, em alguns dos países a quem é pedido de acomodar refugiados, as estruturas básicas são suficientes apenas para prestar os serviços mínimos aos seus cidadãos, com a probabilidade de colapso em adicionar grandes populações necessitadas. Neste caso, a ajuda humanitária, mesmo que envolva a construção de campos fechados, é a única opção viável para o bem-estar das duas populações.

Seria utópico pensar que as migrações forçadas possam rapidamente ter um fim; é urgente apoiar a pesquisa para inovar o sistema de ação humanitária, visto que muitas das situações de impasse não têm outra causa senão as contradições internas no sistema de assistência.

Especificamente, assumindo os campos para refugiados como uma constante inevitável, muitos estudos podem ser conduzidos nos contextos arquitectónicos e urbanos, tentando criar novas dinâmicas que, a partir de um mal necessário, possam gerar soluções inovadoras.

33 *Ibidem*, p. 4-6

1.2 O CAMPO COMO CONCEITO

1.2.1 Os campos como soma de habitações

Assegurar uma resposta habitacional adequada às vítimas da catástrofes sempre foi um dos principais objetivos do ACNUR, ao ponto que o direito à residência adequada aparece, junto com o direito à alimentação, entre as necessidades básicas do homem como padrões mínimos de sobrevivência:

“Refugees and asylum seekers should receive all necessary assistance and be provided with the basic necessities of life including food, shelter and basic sanitary and health facilities.”³⁴

O valor simbólico da habitação em si, enquanto elemento de proteção e separação de tudo o que é “outro”, é tal que, no imaginário coletivo, o campo é muitas vezes representado como uma soma de abrigos, ou seja algo criado pela soma indiferenciada de inúmeros objetos únicos. Os estudos focados na melhoria dos protótipos de habitação temporária são incontáveis quando comparados com textos dedicados ao estudos do campo como complexo, e quase totalmente ausentes dos debates internacionais até o início dos anos 90.

Graças a estes, no entanto, a abordagem do ACNUR evoluiu ao longo do tempo, para se tornar muito mais aderente à realidade: enquanto nas primeiras ações de assistência todos os esforço tinham o objetivo de importar materiais, quando não eram diretamente módulos pré-fabricados, e instalá-los indiferentemente a cada latitude, a estratégia atual é aproveitar os recursos e técnicas locais, com um estudo específico em cada contexto.

Isso porque, como começou a ser evidente já a partir do final da década de 1970, não só as entregas ocorreram sistematicamente com atraso, levando os refugiados a estabelecerem-se de forma autónoma antes da chegada dos auxílios mas, sobretudo, a introdução de materiais e objetos estranhos no mercado local tiveram efeitos muitas vezes imprevisíveis.

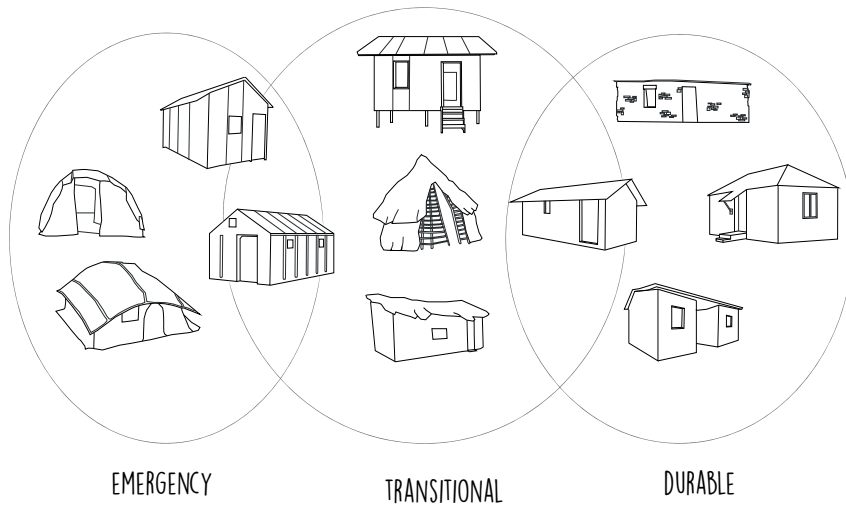
Os materiais importado efetivamente tendem a ser vendidos rapidamente no mercado negro, de modo a fornecer às famílias a liquidez monetária necessária para atender às suas próprias exigências.

A publicação mais recente do ACNUR sobre o assunto, o *Global Shelter Design Catalogue*³⁵, publicado em 2016, ilustra as melhores práticas no projeto das habitações para refugiados, preenchendo, de fato, as lacunas deixadas pelo principal texto internacional, *Handbook for Emergencies* (ver ponto 1.3). A premissa do catálogo apresenta de forma direta e concisa o objetivo da publicação:

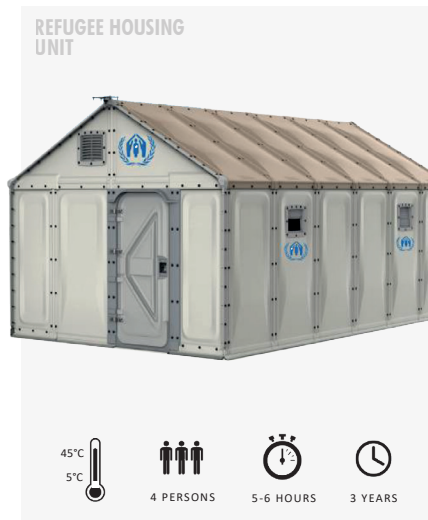
“Shelter is contextual and there exists no ‘one-size-fits-all’ solution

34 UNHCR, *Handbook for Emergencies*, Genebra: UNHCR, 1982 (I edizione), p. 4

35 UNHCR, *Global Shelter Design Catalogue*, Genebra: UNHCR, 2016



15.



16. | 17.



18.

which can be applied worldwide. Whilst emergency phase responses often involve the provision of tents or emergency shelter, it is essential to ensure that shelter assistance programmes can evolve toward more durable and sustainable solutions maximizing, wherever possible, the use of local material, skills and building techniques.”³⁶

A seguir ao prefácio, é apresentada uma coleção extremamente detalhada de protótipos diferentes, divididos com base nas várias fases de emergência: primeira emergência, fase de transição e fase duradoura (**fig. 15**).

É especialmente importante sublinhar a presença de uma *durable phase*, por anos excluída dos manuais oficiais, onde são propostos autênticos edifícios; embora os únicos dois exemplos propostos se refiram a habitações construídas para IDPs³⁷ num caso e para refugiados repatriados no outro³⁸, subentende-se, uma vez que não há alguma referência ao assunto, que não há motivo para que os modelos não devam ser aplicados num campo.

Isso marca a mais evidente tomada de consciência por parte da ACNUR da efectiva duração dos campos: o aspecto temporal é a principal distinção entre protótipos, de modo que a resposta arquitectónica possa ser adaptada às diferentes necessidades.

No entanto, para a primeira categoria apresentada, *Global Shelter*, nenhuma fase específica é indicada, embora os modelos tenham um forte carácter de emergência. A secção contém os modelos divulgados pelas reportagens mediáticas, quase exclusivamente tendas de várias fabricações: tratam-se de habitações declaradamente universalistas, o que permite que sejam construídas facilmente e rapidamente a nível global; as estruturas são simples e baseadas em materiais importados. Cada um dos modelos, no esquema comum ao catálogo inteiro, é acompanhado por um texto explicativo e várias imagens que ilustram os processos construtivos, bem como um pequeno gráfico que inclui o número de pessoas recomendadas para a construção e o tempo previsto, o ciclo de vida da habitação e o intervalo de temperatura suportado. Como último elemento da secção aparece a *Refugee Housing Unit*, criada pela colaboração entre a IKEA Foundation, ACNUR e Better Shelter: também neste caso, a unidade não foi projetada para um contexto específico, mas as suas características permitem que se adapte a uma grande variedade de climas, com um intervalo de temperatura entre 5° e 45°. Além disso, o ciclo de vida previsto, até um máximo de 3 anos, torna-a no elemento de junção entre as tendas para a primeira emergência e as soluções mais duráveis. (**fig. 17**)

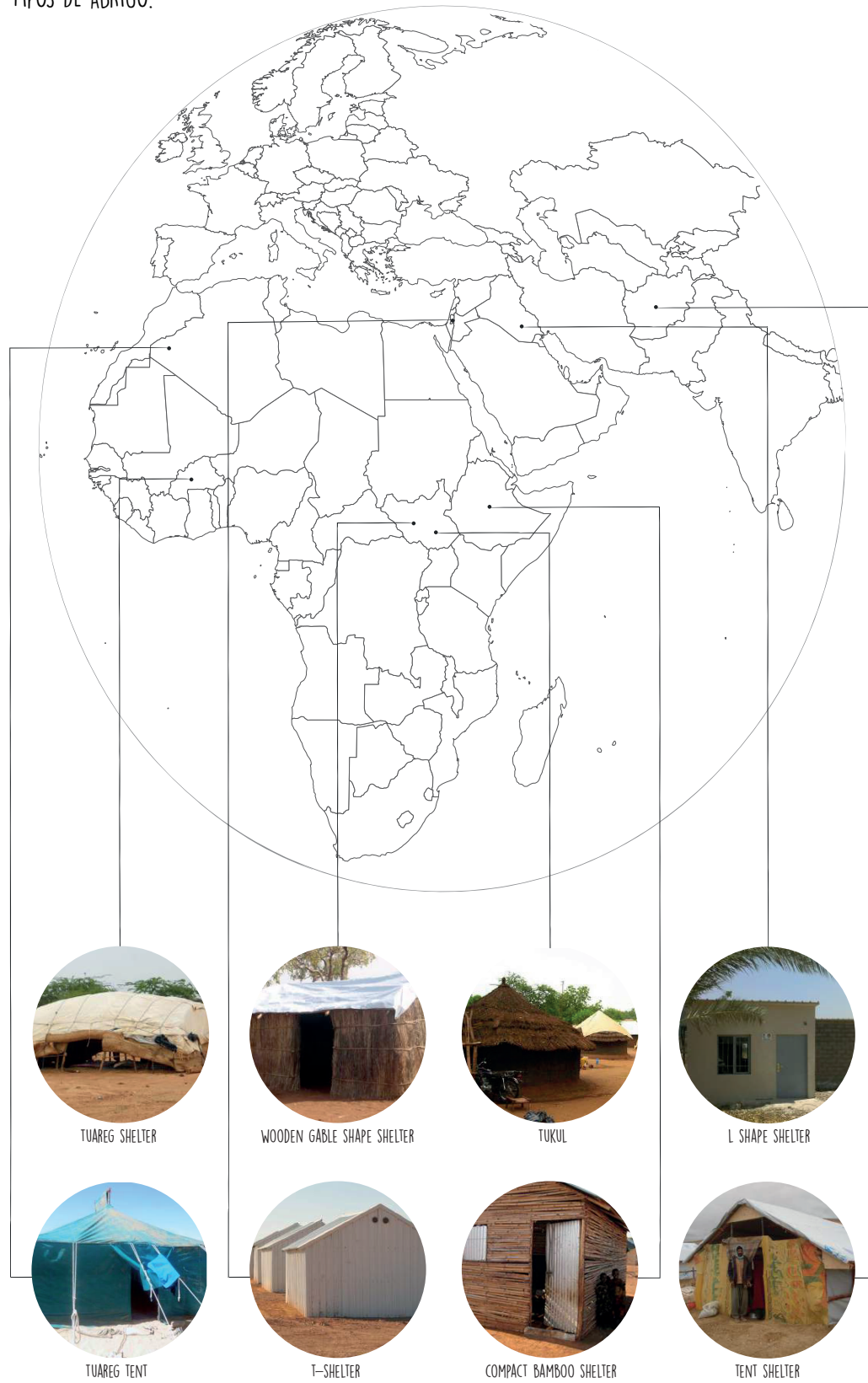
A seguir são apresentados os modelos para a *emergency phase* que, ao contrário da seção anterior, tem protótipos desenvolvidos para os mais diversos contextos, considerando culturas e climas

³⁶ *Ibidem*, p. 3

³⁷ *Ibidem*, p. 58

³⁸ *Ibidem*, p. 62

DISTRIBUIÇÃO DOS DIFERENTES
TIPOS DE ABRIGO:



específicos; os materiais utilizados são principalmente locais, com a adição de elementos importados para reforçar os pontos críticos das estruturas.

Um deles, por exemplo, é o *Wooden Gamble Frame Shelter*³⁹ (fig. 18), aplicado pela primeira vez no campo de refugiados de Ajuong Thok, no Sudão do Sul. O modelo é apresentado no texto em várias declinações, dependendo dos diferentes materiais aplicados na mesma estrutura de madeira.

Os capítulos dedicados à fase de transição e a fase duradoura seguem o mesmo esquema e, apesar de apresentarem um menor número de casos, propõem exemplos que enfrentam uma grande variedade de contextos, desde a Etiópia, passando pela Jordânia, até ao estado de Kachin, na Birmânia, todos baseados em formas e estruturas locais; por exemplo, o protótipo escolhido para o Sudão do Sul é modelado nas formas da residência vernácula chamada *tukul*, típica da África Oriental.

O estudo dos diferentes modelos de habitações não é central nesta pesquisa: pois a estratégia adotada pelo ACNUR é totalmente digna de apoio e mostrou produzir resultados melhores do que aquelas aplicadas no passado. Pelo contrário, a análise das formas como as habitações interagem entre si e com o espaço circundante é um assunto largamente negligenciado pelos manuais internacionais, bem como pelos estudos teóricos arquitectónicos e urbanos.

A necessidade de pensar em novas formas e soluções é premente, e a pesquisa deve necessariamente ser baseada no conceito de campo como complexo, em uma concepção holística e multissetorial, considerando, além do próprio abrigo, fatores espaciais, económicos e sociais.

1.2.2 Critérios para definir os campos

Como já se referiu, com o termo “campo” são identificadas inúmeras realidades diferentes, não apenas do ponto de vista do espaço, mas também da duração e última função. Aliás, mesmo na literatura específica não existe uma definição de campo para refugiados, com exceção da referência lapidária ao facto de representarem “a solução do último recurso para as populações deslocadas”⁴⁰, o que, embora indicativo, não pode constituir uma definição.

A ausência de uma descrição inequívoca implica a coexistência de uma série de critérios que normalmente classificam e definem campos, individualmente ou associados, dependendo dos diferentes objetivos e disciplinas de estudo.

A este respeito, Ilana Feldman⁴¹ refere o intercâmbio entre um emissário da UNRWA e o

³⁹ *Ibidem*, p. 23

⁴⁰ UNHCR, *Handbook for Emergencies*, Genebra: UNHCR, 2007, p. 206

⁴¹ FELDMAN, Ilana, *What is a Camp? Legitimate refugee lives in spaces of long-term displacement*, in *Geoforum* n. 66, 2014, p. 244-252

governo sírio em 1960, abordando a questão na tentativa, difícil, de estabelecer um critério comum para a definição dos campos.

O tema do debate era o status do campo de Yarmouk, constituído de forma informal em 1957 num dos distritos de Damasco para acomodar 7,000 refugiados palestinos. O campo ainda existe: os dados populacionais mais recentes datam a 2011, quando contavam 148,500 habitantes.⁴²

Poucos anos depois da sua construção, a PARI, Agência de Apoio aos Refugiados do Governo Sírio, pediu que o campo fosse oficialmente reconhecido, de modo a garantir o pleno acesso aos serviços e recursos da UNRWA. Após uma primeira recusa devida a questões puramente económicas, uma vez que a PARI declarou a sua disponibilidade em cobrir os custos adicionais para garantir serviços futuros, seguiu uma segunda. A agência da ONU afirmou que:

“The view taken by Headquarters is that it would not be appropriate to treat Yarmouk in all respects as an official UNRWA camp since the conditions under which the refugees are living there are not really comparable with those in the normal Agency camps and are indeed in many respects decidedly superior. The Agency believes that the better conditions observable at Yarmouk are in a large degree due to the most helpful interest which PARI has shown and the initiative it has taken in administering the affairs of the refugee community there. My Headquarters feel therefore that it would be a backward step and not truly in the interests of the refugees themselves if Yarmouk were to become an official UNRWA camp”⁴³

A essência do problema não era de natureza económica, mas sim associada a uma questão de “categorias”: as condições de Yarmouk, melhores que as dos campos oficiais, não permitiam que isso fosse equiparado aos outros, mesmo com a garantia de que o PARI continuaria a cobrir as despesas; o critério para a definição dos campos residia, para a UNRWA, no estado comum de miséria.

Em resposta, o diretor do escritório do PARI, Al-Yafi, rejeitou a ideia de que melhorar as condições de vida dos refugiados pudesse levar à exclusão do status humanitário e, pelo contrário, considerou alguns critérios adicionais para apoiar a plena adesão de Yarmouk à categoria:

“The word camp, as I believe, does not necessarily mean a place where refugees are living under tents, and I do not think it means such a sort of place in the Host countries. This idiom is now indicating the places and centers of refugees congregations. Yarmouk is one of the largest centers in general and is absolutely the largest in the Syrian Region. The refugees residing in this camp are not owning the land or

42 UNRWA, *Yarmouk (UNOFFICIAL CAMP*)*, <https://www.unrwa.org/where-we-work/syria/yarmouk-unofficial-camp> [consultado a 10.06.2017]

43 Carta de UNRWA a PARI, 27 Setembro 1960, referida em FELDMAN, Ilana, *What is a Camp? Legitimate refugee lives in spaces of long-term displacement*, in *Geoforum* n. 66, 2014, p. 246

the constructions. The land is a State domain and the constructions were erected with the help of PARI under urgent need. It is not permitted to exploit the buildings or use them unless for the purposes for which they were constructed. (...). Moreover, I do not imagine that the Agency prefers to keep the refugees in unhealthy dwellings and in places not suitable for a people who had their houses, villas and properties in Palestine before they were extorted, in order to consider these dwelling as official organized camps. I do not know what would be the attitude of the Agency if we resolved to improve the dwellings of refugees in other organized camps. Will it abandon considering them organized camps? And will it see in that a backward step? And will it stop rendering its services?”⁴⁴

A ênfase é deslocada para outras questões, como a alta densidade e concentração de refugiados num único assentamento e, acima de tudo, sobre um tipo específico de privação: a falta de propriedade e de controle sobre o próprio espaço vital. Numa reflexão sobre a carta de Al-Yafi, o diretor responsável pela seção síria da UNRWA liga a definição de campos de refugiados ao desenvolvimento social, sublinhando as contradições por trás do próprio conceito:

“(...) It was felt that the camp atmosphere was good neither for the spirit of the refugees nor for their social and human development. In an official camp the refugees are treated as a separate entity within the country.”⁴⁵

A vida nos campos, ele afirma, não é psicologicamente ou socialmente benéfica para os refugiados, desde que “salvar vidas sem alterá-las pode ser um impedimento para o desenvolvimento”⁴⁶; a solução mais desejável, portanto, é pôr fim à situação de emergência o mais rapidamente possível para que as populações deslocadas possam voltar à auto-subsistência e deixar os campos definitivamente.

O intercâmbio, que aconteceu no início do debate internacional sobre a assistência aos refugiados, aborda muitos dos tópicos que geralmente são discutidos na tentativa de definir a natureza dos campos como espaços humanitários. Dentro desta pesquisa, foram escolhidos dois critérios principais considerados úteis para fornecer as premissas necessárias para os tópicos abordados nas seções a seguir.

Temporalidade:

Os campos de refugiados são, por natureza, temporários; isso influencia consideravelmente a maneira como são concebidos, projetados e construídos.

44 Carta de PARI a UNWRA, 20 Outubro 1960, referida em FELDMAN, Ilana, *What is a Camp? Legitimate refugee lives in spaces of long-term displacement*, in Geoforum n. 66, 2014, p. 247

45 Memorandum entre escritórios, Louis Gendron, 26 Outubro 1960, referida em FELDMAN, Ilana, *What is a Camp? Legitimate refugee lives in spaces of long-term displacement*, in Geoforum n. 66, 2014, p. 247

46 *Ivi*

Em *Structures for the Displaced*, Kennedy sublinha como “a interação entre as necessidades de um ambiente construtivo complexo e em constante evolução e a insistência com uma falta de longevidade não são apenas centrais para a definição de um campo de refugiados, mas também são centrais para definir os problemas contidos nesses campos.”⁴⁷

Assim, naquilo que é designado como *problem-solving approach*⁴⁸, os refugiados representam uma anomalia, uma alteração do *status quo*, à qual os campos são chamados a trazer uma solução, cristalizando a evolução social e espacial durante a emergência e deixando de existir quando já não são necessários; entre as *Durable Solutions* desejadas pelo ACNUR os campos nunca são mencionados.

Nesta perspectiva, as características que geralmente são comuns aos campos fechados, como a superlotação, a falta de privacidade e a dependência total da ajuda externa, são facilmente ignoradas, enquanto constituem a única resposta possível a uma situação de emergência e, acima de tudo, sendo uma solução temporária.

Isso abre o caminho para o que Kibreab chama de “a controvérsia mais sustentada nos estudos sobre os refugiados africanos”⁴⁹, ou seja a diferença de abordagem entre *camps* e *settlements*. Sem uma clara definição dos termos, de facto, as duas palavras parecem ser utilizadas de forma quase intercambiável: longe de revelar imprecisões por parte de autores e pesquisadores, isso demonstra até que ponto é ténue a fronteira entre os dois conceitos.

No entanto, na prática há uma clara diferença de abordagem, com consequências notáveis. A diversidade reside essencialmente na capacidade de produzir soluções duradouras: enquanto os campos, por necessidade, aplicam medidas extremas, mas por um período de tempo (supostamente) limitado, os *settlements* beneficiam de um status melhor, com o objetivo de promover formas de auto-suficiência e maior qualidade de vida. Os assentamentos, basicamente, são campos em que o estado de emergência é menos urgente, o que implica que seja contemplada a possibilidade de um período de existência mais longo, de modo que, para alguns, campos e assentamentos representam duas etapas diferentes no mesmo processo de assistência aos refugiados.

Daí resulta, numa abordagem que não está muito longe das ideias expressas pela administração da UNRWA quanto ao status de Yarmouk, todas as características que definem negativamente os campos derivam e são justificadas pelo status da temporalidade, e tornam-se parte integrante da própria definição: na ausência destes, já não se fala de campos, tornando-os essencial-

47 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugee Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007

48 TURNER, Simon, *What is a Refugee Camp? Explorations of the Limits and Effects of the Camp*, Copenhagen: Center for Advanced Migration Studies, 2015, p.2

49 KIBREAB, Gaim, *The State of the Art: Review of Refugee Studies in Africa*, Uppsala: Uppsala Papers in Economic History, Research Report n. 26, 1991

mente um elemento indispensável para a existência destes.

Obviamente, enfatizando como a duração dos campos é geralmente mais longa do que a fase de primeira emergência, põem-se em evidência todas as contradições desta abordagem. Projetados para ser temporários, os campos carecem de todos os recursos que poderiam permitir a sua sobrevivência: não só por meio do isolamento completo do contexto local, mas também da forma como a estrutura interna é concebida e desenhada. A falta de uma hierarquia espacial, a ausência de áreas dedicadas ao trabalho ou o desenvolvimento da vida política e social, são todos elementos atribuíveis à suposta temporalidade: não são necessários para a mera sobrevivência e, numa situação de emergência, são sacrificados em favor dos princípios de ordem, homogeneidade e controle.

Ao mesmo tempo, no entanto, é precisamente por essas características que, nos casos mais problemáticos, os governos anfitriões concordam em render territórios para a construção de campos; o elemento que causa as maiores criticidades dos campos é ao mesmo tempo indispensável para sua própria existência.

Em qualquer caso, é importante refletir sobre as premissas: uma existência prolongada no tempo é realmente um elemento indispensável para a concepção de assentamentos que funcionem bem?

Segregação espacial

O termo campo deriva do latino *campus*, ou seja, espaço livre, aberto; a palavra era geralmente associada a espaços dedicados à prática militar e, de facto, o primeiro *campus* mencionado é o *Campus Martius*, onde eram treinadas as tropas capitólinas.⁵⁰

Aquilo que sucessivamente foi preenchido com arquitetura, monumentos e templos era originalmente um espaço livre fora da cidade, cujo perímetro era suficiente para marcar sua excepcionalidade: sem qualquer limitação física impedindo o acesso era, no entanto, um espaço “outro”, proibido aos civis.

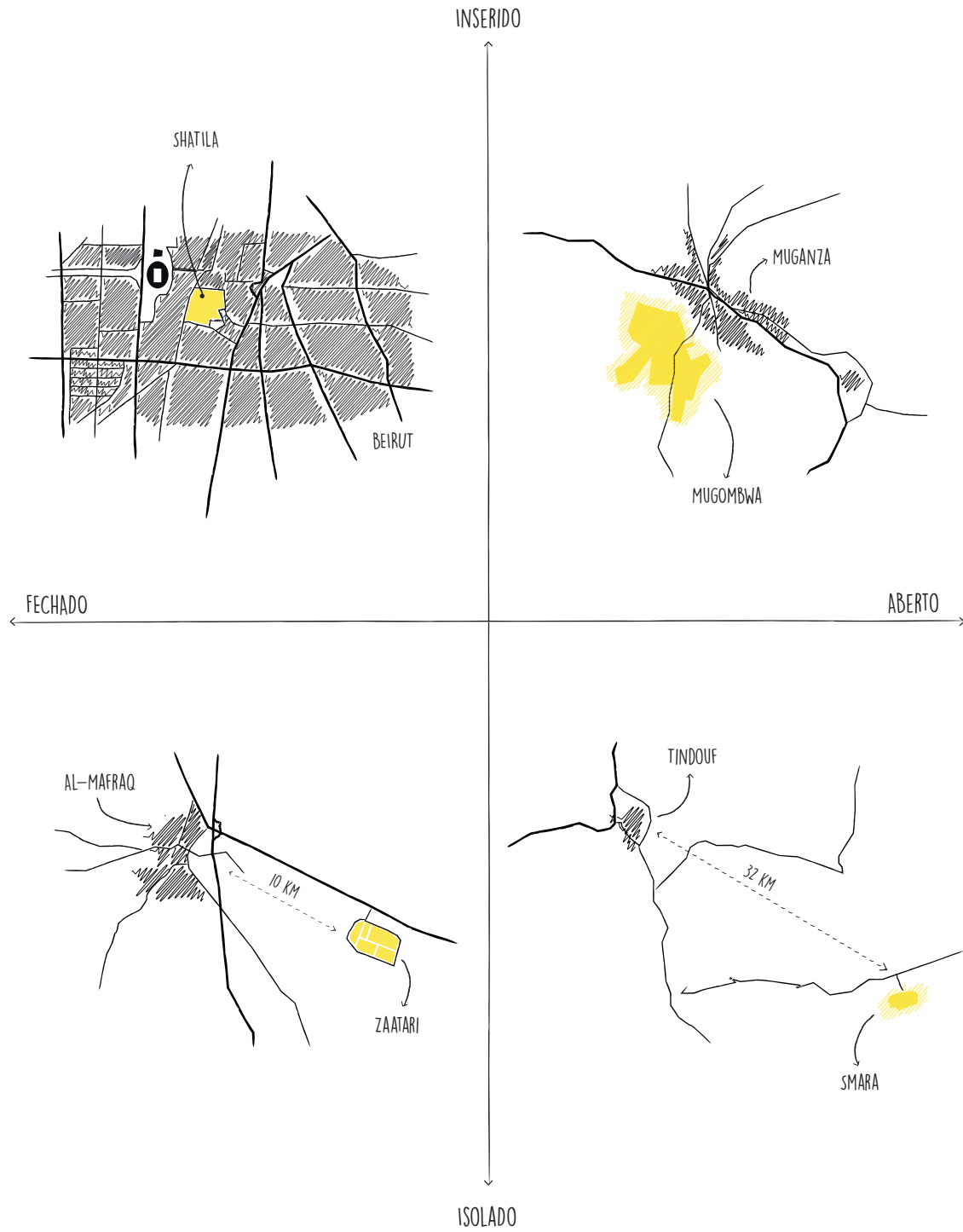
Da mesma forma, os limites de um campo de refugiados marcam o início de uma área excepcional, um espaço extraterritorial. Pertence à categoria que Marc Augè define como *non-lieux*, não lugares: assim como, no extremo oposto, aeroportos e centros comerciais, são espaços de identidade perdida, sem memória, completamente desconectados com aqueles que são idealmente os sítios antropológicos. Nos campos o conceito é tão enfatizado que dever-se-ia falar de *hors-lieux*, lugares para além, fora do tempo e do espaço que caracterizam o “mundo comum, ordinário e previsível.”⁵¹

A segregação espacial, inevitavelmente, está intimamente ligada ao critério da temporalidade:

50 HAILEY, Charlie, *Camps: guide to 21st-Century Space*, Cambridge: MIT Press, 2009, p.3

51 AGIER, Michel, *Between War and City : Towards an Urban Anthropology of Refugee Camps*, in *Ethnography*, Vol. 3, 2002, p. 323

EXEMPLOS DE RELAÇÕES
ENTRE CAMPO E CONTEXTO:



é a característica necessária para manter a não-permanência dos campos. Aliás, como no caso anterior, muitas vezes é um dos critérios fundamentais para os governos anfitriões aceitarem os campos; limitar os contatos com a população, efetivamente, elimina qualquer risco real ou percebido de competição por recursos naturais e económicos, protegendo os direitos dos cidadãos legítimos e impedindo qualquer tipo de integração na sociedade de acolhimento.⁵²

Na realidade, fora da idealização extrema do conceito de campo, existem vários graus de conexão com o contexto, com consequências diretas tanto no desenvolvimento físico dos espaços como nas perspectivas de sobrevivência autónoma do assentamento.

Um estudo interessante sobre o assunto é referido por Van Damme,⁵³ um médico com uma experiência direta dos campos, que questionou as problemáticas inerentes ao modelo num momento em que a hipótese de que os refugiados pertencessem exclusivamente aos campos fechados era ainda única e não contestada.

O exemplo que ele leva é aquilo da Guiné onde, em vez de construir campos, o governo local pediu ao ACNUR para cobrar as despesas, igual às dos nacionais, para prestar serviços médicos aos refugiados; em caso de falta de instalações necessárias, pediu para financiar a construção de novas clínicas que pudessem ser utilizadas por ambas as populações. Esta representa, de facto, uma alternativa consciente ao modelo de campo fechado e provou ter efeitos encorajadores, de modo que a mesma estratégia é citada, embora sem detalhes sobre como pô-la em prática, entre as hipóteses mais desejáveis no *Handbook for Emergencies*.

Independentemente, mesmo nos campos que foram projetados prevendo um isolamento total do contexto, não é realista pensar que possa ser evitado qualquer tipo de contato entre o interior e o exterior; em todos os campos fechados, com o consentimento tácito das autoridades de segurança, há rotas de acesso informais que permitem a circulação de bens e pessoas.

Em Giornadia, por exemplo, o campo de Zaatari está cercado por uma vedação alta, que deveria evitar qualquer contato com a população local. Ao mesmo tempo, existe um próspero mercado negro onde são vendidos bens provenientes do exterior, com influências diretas na economia interna como externa.

O complexo de Daadab, no entanto, cuja posição no meio do deserto deveria atuar como desincentivo, é agora tão grande que resulta num centro gravitacional para as populações vizinhas, que regularmente frequentam os campos para fazer uso de serviços internos, especialmente instalações médicas e escolares.

Assim como a temporalidade dos campos é muitas vezes apenas suposta, também os mais isolados dos campos fechados têm sempre, inevitavelmente, contatos com o exterior.

52 KIBREAB, Gaim, *Why Governments Prefer Spatially Segregated Settlement Sites for Urban Refugees*, 2007

53 VAN DAMME, Will, *Do refugees belong in camps? Experiences from Goma and Guinea*, in *The Lancet*, 1995

1.1.3 A forma campo: segregação do indesejado e vida nua

No livro *Zone definitivamente temporanee*⁵⁴, Rahola sintetiza os pensamentos dos filósofos que abordaram o assunto antes dele e teoriza a existência de uma “forma campo”, avançando a hipótese de uma matriz comum que pode explicar todas as fenomenologias, também distantes entre si, com as quais os campos invadem o presente. A ideia que ele propõe é a dos campos nasceram enquanto único território possível para segregar o excedente, a humanidade em movimento entre fronteiras e pertenças nacionais unívocas.

Mas quais são esses elementos, enraizados na própria natureza dos campos, que permitem que isso aconteça em primeiro lugar? A reflexão é complexa, cheia de importantes considerações filosóficas e morais, e intimamente ligada às dinâmicas políticas e sociais da história recente.

“If common consent and history books establish the seventeenth century as the Age of Reason, the eighteenth century as the Age of Enlightenment, and the nineteenth century as the Age of Revolutions, what name best describes the twentieth century?”⁵⁵

No ensaio *A century of Camps?*⁵⁶ Bauman identifica o campo como elemento característico do século XX, acreditando que seja impossível transcender a sombra lançada por *gulags* e campos de concentração sobre o 900. O autor sublinha a importância de compreender e estudar profundamente o fenômeno, a fim de identificar as influências profundas que isso continua a exercer na nossa sociedade. Interrogando-se sobre as origens do holocausto, Bauman concentra-se num dos aspectos mais controversos e pergunta como foi possível que cidadãos disciplinados, pacíficos e respeitosos da lei pudessem ter cometido, ou permitir ser cometido, um crime entre os mais atrozes da história humana. A resposta é inerente às características variadas e específicas da sociedade moderna: no complexo sistema de relações horizontais que caracteriza o nosso tempo, cada indivíduo realiza uma ação específica e autónoma, isolado do contexto; desta forma, as restrições morais e éticas são canceladas. A modernidade, afirma Bauman, age à distância, permitindo que “coisas cruéis” sejam realizadas por “pessoas não-cruéis”⁵⁷.

Estas são as premissas que levam ao surgimento do “espaço-campo”, descrito como um dispositivo socialmente inventado, curioso e aterrador, que permite dividir a ação da ética, separando a natureza de um ato coletivo da vontade dos atores individuais:

“The camps were patterns and blueprint for the totalitarian society, that modern dream of total order, domination and mastery run wild, cleansed of the last vestiges of that wayward and unpredictable hu-

54 RAHOLA, Federico, *Zone definitivamente temporanee: i luoghi dell'umanità in eccesso*, Verona: Ombre corte, 2003

55 BAUMAN, Zygmunt, *A Century of Camps?* in *The Bauman Reader*, Oxford: Wiley, 2001, p. 266

56 BAUMAN, Zygmunt, *A Century of Camps?* in *The Bauman Reader*, Oxford: Wiley, 2001

57 *Ibidem*, p. 272

man freedom, spontaneity and unpredictability that held it back. (...) Camps becomes the great modern project of ultimate order, which the test has shown to be, inevitably, an *inhuman* order.”⁵⁸

Apurado que a maior propagação das “zonas-campo” tem sido principalmente ao longo do século passado, muitos outros autores, incluindo Giorgio Agamben e Hannah Arendt, num trabalho inacabado, identificam o surgimento das formas campo bem antes do advento do nazismo, e analisam a sua história a partir dos países imperialistas, através do seu uso como medida temporária no tempo da guerra até a sua institucionalização como órgão permanente de governo nos sistemas de terror.⁵⁹

Kotek e Rigoulot⁶⁰, por exemplo, começam as suas análises a partir de 1895, quando Arsenio Martinez Campos, na época comandante da guarnição espanhola em Cuba, começou a refletir sobre um método que pudesse acabar com uma série de revoltas locais. Numa carta confidencial ao governo espanhol, descreveu o plano de “reconcentrar” os habitantes dos distritos rurais circundantes num único espaço fechado, de modo a privar os rebeldes de comida, abrigo e apoio e assim facilitar a vitória. O comandante nunca chegou a realizar o seu plano, porém o seu sucessor acabaria por realizá-lo.

De 1896 a 1898, milhares de camponeses cubanos foram expulsos à força das suas casas e empurrados para viver em “velhas barracas, casas abandonadas ou abrigos improvisados”⁶¹. Os anais indicam uma distribuição irregular de alimentos, a propagação de tifo e disenteria e o crescimento exponencial da prostituição entre os jovens: estima-se que entre os encerrados morreram cerca de 200 mil pessoas.

Dois anos após o encerramento dos campos cubanos, em 1900, o termo espanhol *reconcentración* foi traduzido para o inglês com o objetivo de descrever um projeto similar, promovido desta vez pelo governo britânico durante a Segunda Guerra dos Boers na África do Sul: para impedir que os Boers rebeldes recebessem ajuda de civis simpatizantes, estes foram concentrados em campos especialmente construídos, privados de comida, abrigo e apoio.

Quatro anos depois, a Alemanha adotou uma política similar na tentativa de libertar o Sudoeste Africano Alemão, hoje Namíbia, da tribo Herero. A política colonial inicial, ou seja, a eliminação de todos os membros da tribo, foi subsequentemente substituída pela deportação para campos de concentração, cujo mais conhecido é certamente aquele de Shark Island, onde os presos foram sujeitos a trabalhos forçados. Em 1906, metade dos mais de 14 mil Hereros

58 *Ibidem*, p. 275

59 GRBAC, Peter, *Civitas, Polis and Urbs: Reimagining the refugee camp as the city*, Working Papers Series n. 96, Oxford: Oxford Department of International Development, 2013, p. 9

60 KOTEK, Joël e RIGOULOT, Pierre, *Il secolo dei campi. Detenzione, concentramento e sterminio: 1900-2000*, Milano: Mondadori, 2001

61 *Ibidem*, p. 15

detidos morreu.⁶²

Avançando para uma época mais recente, Agamben investiga as origens dos *lager* nazistas a partir da análise do regime legal. Ele salienta que a base jurídica para o internamento não era o direito comum, mas a *Schutzhaft*, literalmente “custódia protetiva”, uma instituição legal prusiana que os juristas nazis classificavam como uma “medida preventiva”, pois permitia que os indivíduos fossem “levados sob custódia”, independentemente de qualquer tipo de comportamento criminoso, apenas para evitar riscos para a segurança do estado.⁶³

Embora seja absolutamente simplista tentar reconduzir o nascimento dos campos para refugiados aos campos de concentração e trabalho, a conceptualização dos campos através de uma abordagem histórica oferece vários pontos de vista para refletir sobre a gestão, função e natureza final dos campos.

O primeiro, mais banal e óbvio, é que, seja qual for o objetivo final, o campo existe e atua como uma ferramenta que gera dependências, principalmente através da segregação espacial. Que se fale de campos para refugiados ou campos de trabalho, de facto, os humanos lá contidos são sempre totalmente dependentes da autoridade no comando sobre estes espaços excepcionais. Consequentemente, pode-se ver como os campos emergem de forma recorrente como dispositivo para conter e isolar aqueles indivíduos que põem em perigo o *status quo*, com suas acções ou com a sua própria existência, independentemente do risco ser real ou apenas percebido. Isto, juntamente com o facto de que os campos surgem sempre em condições de conflito, desordem e violência, destaca-se que o elemento constante é uma inobservância geral para a vida do indivíduo, desumanizado, um conceito subjacente a todas as formas de totalitarismo.

No seu estudo, Arendt reconhece uma matriz comum entre os vários tipos de campo, mas sublinha fortemente a necessidade de complementar a pesquisa com uma análise dos diferentes aspectos legais nas diferentes situações. A situação dos refugiados, afirma, é específica e única: eles estão presos entre a *natividade*, o que inevitavelmente garante todos os direitos universais fundamentais, pelo simples facto de serem humanos, e *nacionalidade*, o que representa os direitos garantidos pela cidadania, a pertença ao Estado.

Como resultado da falta de pertença a um Estado-Nação, os refugiados perdem o lugar dentro da comunidade, bem como o status político e personalidade jurídica. Embora estejam privados dos direitos de cidadania, os refugiados retêm aspectos da sua humanidade; no entanto, a maneira pela qual o mundo não reconhece nada sagrado na “abstrata nudez de ser humano”, destaca a crise duradoura do sistema político baseado no Estado-nação.⁶⁴

62 *Ivi*

63 AGAMBEN, Giorgio, *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*, Stanford: University Press, 1998, p. 167

64 ARENDT, Hannah, *The origin of totalitarianism*, New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1973, p. 299

Agamben retoma as teorias de Hannah Arendt e combina-as com a concepção de *biopoder* proposta pelo filósofo francês Foucault: na sua interpretação, o campo representa a materialização física do estado de exceção. Quando o sistema político estabelecido através da relação fundamental entre espaço físico, ordem constituída e *governance* entra em crise duradoura, nasce o espaço de campo: quando o Estado-nação já não é capaz de garantir a ordem no seu território e cria, por necessidade, um espaço “outro”.⁶⁵

“If the essence of the camp consists in the materialization of the state of exception and in the subsequent creation of a space in which bare life and the juridical rule enter into a threshold of indistinction, then we must admit that we find ourselves virtually in the presence of a camp every time such a structure is created, independent of the kinds of crime that are committed there and whatever its denomination and specific topography. The stadium in Bari into which the Italian police in 1991 provisionally herded all illegal Albanian immigrants before sending them back to their country, the winter cycle-racing track in which the Vichy authorities gathered the Jews before consigning them to the Germans, the KonzentrationsLager for Ausliinder in Corrbus-Sielow in which the Weimar government gathered Jewish refugees from the East, or the zones d’attentes in French international airport in which foreigners asking for refugee status are detained will then all equally be camps. In all these cases, an apparently innocuous space (...) actually delimits a space in which the normal order is de facto suspended and in which whether or not atrocities are committed depends not on law but on the civility and ethical sense of the police who temporarily act as sovereign.”⁶⁶

Mais uma vez, o campo é conceitualizado como categoria abstrata, sem uma forma definida, a qual pertencem todas as áreas que são materialização do estado de exceção.

Finalmente, o filósofo retoma os conceitos clássicos de *zoè* e *bios*, ζωή e βίος no antigo grego, e relê nessa chave a existência de prisioneiros nos campos de concentração. Enquanto a *zoè* indica a essência da vida que, inequivocamente, pertence à universalidade de todos os seres vivos, a *bios* indica as condições, as formas como essa vida ocorre. Aplicando o conceito aos habitantes dos campos, ele argumenta que eles mantêm a vida universal, biológica, mas não a *bios*, uma vez que não retém qualquer poder de autodeterminação.

Quando aplicada aos campos de refugiados, é a parte de sua teoria mais criticada, do momento que reduz o refugiado a um sujeito passivo e indefeso, sem ter em conta as relações sociais e políticas vibrantes que se formam no interior dos campos. Fornece, portanto, uma imagem distorcida e enganosa, perpetuando um estereótipo errado e prejudicial para o desenvolvimento de novas pesquisas no âmbito.

65 AGAMBEN, Giorgio, *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*, Stanford: University Press, 1998, p.174

66 *Ivi*

Se é inegável que a subdivisão de Agamben dá uma imagem irrealista dos campos de refugiados, no entanto oferece a inspiração para importantes reflexões: de facto, é apenas a vida biológica a que é levada em consideração na resposta à emergência e é sempre a preocupação pela conservação da *zōē* que determina os limites e as diretivas para o planeamento dos campos; a individualidade da pessoa, assim como o bem-estar coletivo, social e político, são totalmente excluídos dos critérios de design e só existem como uma forma inevitável de resistência humana.

“Camps are able to reduce their inhabitants to mere abstractions deprived of subjectivity and peculiarity because camps, like prisons and ghettos, forcibly lump people together, fixing them onto a chthonic socio-spatial order that is sustained by a doxa according to which seclusion is a necessary response to a seemingly threatening global and urban disorder.”⁶⁷

No entanto, é preciso determo-nos num outro tipo de reflexão, que tem a ver principalmente com a afirmação da identidade: ao criar uma nova categoria como aquela de refugiado, única e omnicomprensiva, sem questionar as diferentes realidades reunidas sob o termo, o principal efeito é causar o nascimento de inúmeras identidades fragmentadas. De facto, a categoria de “refugiado” só existe quando observada do exterior, confirmando-se mais uma vez como uma maneira para agrupar aqueles que “não pertencem”; dentro do microcosmo do campo, no entanto, o conceito de identidade é mutável e polissémico, profundamente influenciado pelas diferentes situações.

No seu estudo sobre os refugiados angolanos no campo de Meheba, em Zâmbia, Agier resalta como a estratificação social corresponde à cronologia do lugar, tornando as diferentes gerações de refugiados internamente divididas em *settled*, *recent* e *new arrivals* -uma divisão que também pode ser constatada ao nível espacial- com consequências em termos de independência económica, tipologia de assentamento e estratificação social. A lógica destacada é definida “normal”, no sentido que não se separa dos mecanismos de inclusão e exclusão que podem ser encontrados numa aldeia ou comunidade, com alguns grupos em posição privilegiada em comparação com os outros.⁶⁸

Ao visitar o mesmo campo quase duas décadas depois, Pedro Neto destaca alguns exemplos do que ele chama de “descentramento”, ou seja, em que os sujeitos encontram uma oportunidade de se revelar outros, para afirmar autonomamente sua própria identidade, bem como sua

67 PICKER, Giovanni e PASQUETTI, Silvia, *Durable Camps: the State, the urban, the everyday*, in CITY Online Journal, 2015, p. 684

68 NETO, Pedro, *Um mundo em movimento. Horizontes operativos entre refugiados e regressados angolanos*, Lisboa: Escola de Ciências Sociais e Humanas, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, 2016, pp. 91-93

pertença a um grupo. Por exemplo, os jogos de futebol entre as várias Ruas e Zonas do campo, era a ocasião para por em competição equipas de diferentes grupos étnicos ou nacionalidades, dividindo-se com base na pertença nominal a um país que muitos dos refugiados, de segunda ou terceira geração, nunca tinham visitado.⁶⁹

Os mesmos conceitos de campo e pátria, cidade e mato, interior e exterior, são dinâmicos e geram múltiplos significados: Neto define-os como unidades sócio-espaciais, que correspondem a uma estratificação de significados criada ao longo do tempo, tanto a partir da experiência individual como colectiva, através da memória e das expectativas.

Desenvolvem-se desta forma contraposições quase dialéticas.

A ideia de pátria é fundamental na construção da identidade dos refugiados, porque se refere não tanto à terra abandonada mas sim, sobretudo, ao lar, à terra dos pais, a todas as tradições e culturas que definem a pertença. Tanto nos campos sarauis, que existem há várias gerações, como em Zaatari, Giordania, de criação muito mais recente, é comum ver quadros e pinturas de parede que representam o país nativo, desenhos a tal ponto simbólicos de serem universais. Ao mesmo tempo, a aspiração à repatriação representa quase um paradoxo porque, mesmo no caso em que o território deixado seja novamente habitável, o conceito de “casa” é dado não tanto pelo lugar físico, mas sim pelo complexo sistema de relações sociais que já não existe, mas que de facto foi substituído por novas dinâmicas igualmente complexas dentro do campo: não é incomum, após a repatriação voluntária, que os antigos refugiados percebam como as expectativas passadas não corresponderam à realidade, levando a um novo deslocamento ou mesmo a um retorno ao campo, agora transformado no novo símbolo de possibilidades futuras, sociais como económicas.

A este respeito, Pedro Neto refere o seu encontro com Títus, um jovem angolano nascido em Meheba, que nos seus 21 anos de vida só tinha saído quatro vezes. O ponto de partida pela reflexão surge da leitura do livro de Camus, *A peste*, prestado pelo português ao refugiado. A obra é profunda e simbólica, e deixa espaço a interpretações várias, mas o ponto fulcral do conto é a reflexão sobre a condição humana, tendo por base uma sociedade encerrada perante o flagelo da peste, enfrentando as temáticas do exílio e da separação, das estratégias de sobrevivência face a um futuro imprevisível e inexplicável.

Com o avançar da leitura, Títus viria a estabelecer o paralelismo da situação vivida no campo com a narrativa de Camus:

“Por causa dos ratos e da peste, as pessoas não podem sair de Orán, têm que ficar separadas, têm que ficar isoladas para não contagiar os outros... Estava a pensar... Afinal, este lugar, Orán, até é parecido com Meheba. Aqui as pessoas refugiadas também não podem sair

⁶⁹ Ibidem, pp. 75-76

quando querem, mesmo as que não estão doentes...”⁷⁰

Aparentemente, até o momento em que foi confrontado com o tema da segregação, Titus nunca tinha pensado em Meheba como um lugar de reclusão, “pois Meheba era onde tinha amigos e família, onde estudara e vivera. Não obstante as várias imperfeições, Meheba era a sua casa, o seu lugar.”⁷¹

Em última análise, o estabelecimento de um campo cria dinâmicas ricas e complexas em que os mesmos campos semânticos sofrem inúmeras transformações, dependendo da passagem do tempo, da mudança das condições sócio-económicas, sendo o ponto de vista aquele do indivíduo ou da comunidade; são dinâmicas excepcionais, certo, mas também profundamente humanas: num mundo em constante movimento, o aspecto que se impõe perante os outros é a força disruptiva da *bios*, da vida social e política.

70 *Ibidem*, p. 104

71 *Ibidem*, p. 105

1.3 DIRETIVAS INSTITUCIONAIS

1.3.1 Os campos em termos jurídicos

Uma premissa importante quanto à paisagem legal relativa ao status dos refugiados é que não existe um único corpo de leis reconhecido como tal. Existe, no entanto, uma hierarquia complexa de convenções e políticas, muitas vezes sobrepostas umas às outras, promulgadas e modificadas nos últimos 70 anos de história.⁷²

O primeiro tratado internacional que aborda a temática dos direitos dos refugiados é a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948, cujo artigo 14, reconhecendo o direito das pessoas procurarem asilo noutros países, é a base da subsequente *Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados*, em 1951, e do consequente estabelecimento do *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados*. Estes, juntamente com o *Protocolo* de 1967, estabelecem os critérios para definir as pessoas que podem receber o estatuto de refugiado (são excluídos, por exemplo, criminosos de guerra), bem como os direitos das pessoas que obtiveram asilo e as responsabilidades das nações que o garantem.

A este acrescenta-se o instrumento regional mais importante até agora, a *Convenção sobre o Aspecto Específico dos Refugiados em África*, promulgada em 1969 pela então *Organização para a Unidade Africana* (OUA), agora *União Africana* (UA).

As convenções internacionais, criadas por necessidade num período histórico em que aos indivíduos obrigados a deixar a sua terra natal eram negados quaisquer direitos, tratam de definir limites intransponíveis e estabelecer as bases dos direitos fundamentais. As limitações desses instrumentos, no entanto, residem na própria natureza dos tratados: especificamente, nas obrigações que implica ser signatários de um tratado internacional e nos poderes e responsabilidades daí resultantes.

Pois os Estados envolvidos são chamados a apoiar e respeitar as convenções de que são signatários, mas há muitos precedentes de Nações que optaram por não o fazer quando as alternativas pareciam oferecer maiores benefícios; embora exista a possibilidade de recurso e a pressão diplomática por parte dos outros Estados, o princípio da não-intervenção permite que os membros evitem tomar uma posição direta sobre esse assunto. Desta forma, com uma conexão ténue entre a violação dos acordos e eventuais sanções, as Convenções são de fato não vinculativas.⁷³

A prática comum prevê, portanto, acordos específicos entre os emissários do ACNUR e os governos dos estados de acolhimento, tentando garantir que estes estejam o mais próximo

72 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 50

73 *Ibidem*, p. 51-55

possível das diretivas institucionais: as diretivas, é importante especificar, são formuladas a fim de permitir um certo grau de adaptabilidade aos diferentes contextos.

Esses quadros jurídicos e regulamentares têm uma influência direta não apenas sobre a vida dos refugiados dentro dos campos, mas também sobre a forma e estrutura física dos mesmos: uma proibição mais ou menos estrita do movimento, por exemplo, molda e define os limites dos assentamentos, bem como os contatos com as populações locais, e assim por diante; muitas vezes, as decisões tomadas geram consequências em contradição com as indicações institucionais.

“Refugee camps are probably the most direct translation of politics into space. Any political strategy or decision has immediate consequence on a spatial dimension in the camp. And any spatial modification, at whatever scale, immediately resonates on a political and demographic level. The camp is an instance of politics directly translated into space.”⁷⁴

Um exemplo relevante é o ilustrado por Kennedy no caso de Ifo, um dos campos no complexo de Dadaab.⁷⁵ As políticas relativamente aos refugiados aplicadas pelo Governo queniano são particularmente restritivas, presumivelmente mesmo por causa do grande número de refugiados recebidos e do tamanho do complexo, que durante anos ocupou o primado do maior campo do mundo.

Em primeiro lugar, o governo queniano decidiu insistir, se não enfatizar, o facto de que o status concedido aos refugiados não é permanente e que, uma vez eliminado o “medo bem-fundado das perseguições”, este será revogado; as terras e as estruturas construídas voltarão disponíveis para a comunidade de acolhimento no próprio momento do encerramento do campo. É o decreto que mais incide na forma concreta do complexo e reflete-se na proibição de utilizar materiais permanentes na construção de habitações e estruturas, com consequências notáveis: implica, entre outras coisas, a necessidade de alocar fundos para a renovação dos materiais utilizados, que devem ser substituídos em intervalos regulares.

Do mesmo modo, existem restrições impostas aos refugiados sobre a propriedade de bens imóveis ou sobre o cultivo da terra com características agrícolas comerciais; isso implica que não haja algum zonamento das áreas dentro (ou fora) do campo que, através de diferentes tipos de uso de solo, poderia mitigar o impacto ambiental.

Igualmente, apesar do artigo 17 da Convenção, “Emprego salarial”, afirmar que “Os Estados Contratantes concederão aos refugiados que permaneçam legalmente no seu território o tra-

74 HERZ, Manuel, *Refugee Camps or Ideal Cities in Dust and Dirt*, in *Urban Transformation*, Berlin: Ruby Press, 2008, p. 288

75 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 61-70

tamento mais favorável concedido aos nacionais de um país estrangeiro nas mesmas circunstâncias, no que diz respeito ao direito de exercer empregos assalariados”⁷⁶ pesadas restrições limitam o acesso ao emprego para os refugiados em Ifo, com repercussões no *layout* do campo. Primeiro, faltando a necessidade, as pessoas que o projetaram não precisaram de lidar com áreas dedicadas a oficinas, pequenas atividades comerciais ou empresas, nem prever em expansão futura para a única área de mercado prevista. Em segundo lugar, embora os efeitos sejam muito mais difíceis de quantificar, sem qualquer restrição no trabalho, presumivelmente a economia de campo cresceria, tanto quanto permitido pela posição isolada e pelo clima severo. Por último, o Artigo 26, “Liberdade de circulação” estabelece que “cada Estado Contratante concederá aos refugiados legalmente no seu território o direito de escolher o seu local de residência e de circular livremente no seu território, sujeito a qualquer regulamentação aplicável aos estrangeiros em geral nas mesmas circunstâncias”⁷⁷, mas também neste caso, no campo é aplicada uma lei mais restritiva. Para deixar o complexo de Dadaab, de facto, é necessária uma permissão específica do governo kenyota: isso não impede o movimento nas áreas circundantes do campo, mas evita que os refugiados viajem além e atinjam outras cidades, como a relativamente próxima Garissa ou Nairobi. Uma vez que não há vedações ou barreiras que cercam o acampamento, as principais limitações à livre circulação são constituídas por bloqueios de estrada a poucos quilómetros de distância dos assentamentos e pela dura natureza do território onde Ifo está localizado.

1.3.2 Handbook for Emergencies

Assim como não existe um único corpo de lei que regule os direitos e deveres dos refugiados em detalhe, não existe um único manual sobre o planeamento dos campos, com aplicação obrigatória. No entanto, o guia mais difundido e respeitado é o documento publicado pela primeira vez em 1982 pelo ACNUR, o *Handbook for Emergencies*⁷⁸. Sobre isso, geralmente com pequenas modificações, baseiam-se todos os guias subsequentes, sejam eles mais ou menos difundidos. As condições políticas e históricas que levaram à criação do texto, bem como as revisões propostas ao longo do tempo, em 1998 e 2007⁷⁹, assim como as razões por trás disso, serão abordadas com mais detalhes no Capítulo II deste documento: no entanto, o objetivo desta seção é ilustrar os princípios e as diretivas numéricas que regem o projeto de campos para refugiados, conforme apresentado no manual.

O texto inicia-se com a declaração do estatuto da missão e a promoção do uso de soluções ino-

⁷⁶ UNHCR, *Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees*, Genebra: UNHCR, 1951 (1967), Art. 17

⁷⁷ UNHCR, *Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees*, Genebra: UNHCR, 1951 (1967), Art. 26

⁷⁸ UNHCR, *Handbook for Emergencies*, Genebra: UNHCR, 2007

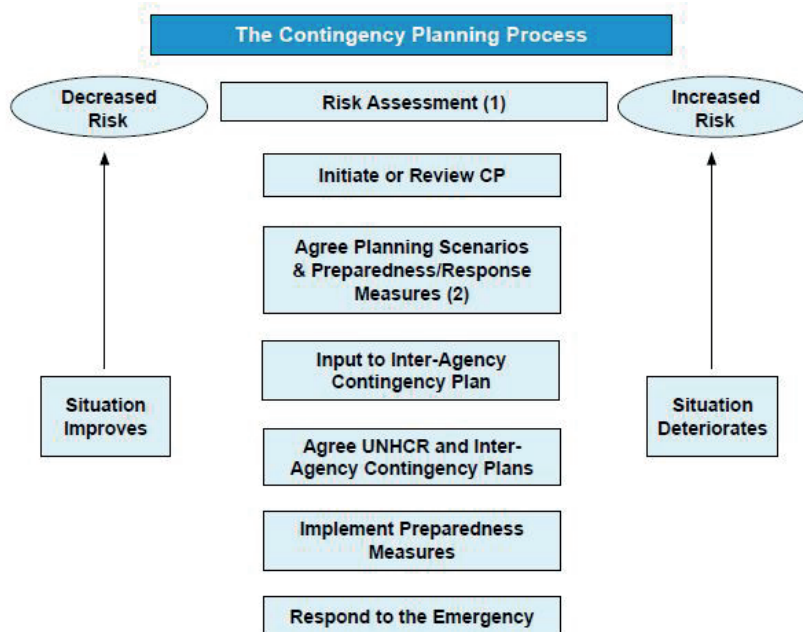
⁷⁹ Salvo indicação diferente, todas as referências são feitas à última edição, a de 2007.

FASES DA RESPOSTA DE
EMERGENCIA E ATIVIDADES
CORRESPONDENTES:

Stage	Typical Activities
Emergency preparedness	• Prevention • Early warning • Contingency planning • Development of emergency response systems • Generation of support among potential host and donor governments • Provision of stand-by resources • Pre-positioning of supplies • Training
Emergency response	• Problem, needs, resources and participatory assessments • Community mobilization • Resource mobilization • Handling donor relations and media interest • Operations planning • Implementation and coordination • Monitoring and evaluation • Transition to the post emergency operation

21.

DIAGRAMA DO PROCESSO
DE PLANEAMENTO
DE CONTINGENCIA ACNUR:



22.

vadoras; o tema está tratado exaustivamente também na primeira das quatro seções, intitulada precisamente *UNHCR Principles*⁸⁰. Aqui são apresentadas as principais ONG envolvidas, assim como as bases legais e convenções que regem os direitos dos refugiados, com especial atenção para a eliminação da injustiça social e a promoção da igualdade de gênero.

A seção a seguir, *Emergency management*⁸¹, na sequência da declaração de que cada caso é específico e que, por definição, não pode haver um plano de resposta de emergência padrão, fornece as ferramentas para lidar com as operações de assistência e apresenta um esquema para definir as responsabilidades das várias partes envolvidas, especialmente das associações interessadas nas mais diversas áreas, desde gestão, até a nutrição e a saúde. Entre os vários intervenientes, nesta seção assim como nas outras, é sublinhada a importância de considerar as populações refugiadas não como vítimas indefesas, mas sim como participantes ativos, cujo contributo, mesmo na tomada de decisões, é crucial para o sucesso das operações. Finalmente, é dada especial atenção à divisão da emergência em diferentes fases, com grande relevância à fase preparatória de pré-emergência (**fig. 21**). Pois a maioria das catástrofes é previsível e a importância de um projeto anterior é sublinhada repetidamente.

“It is better to plan when it is not needed, than not to have planned when is necessary”⁸²

As indicações oferecidas são, por necessidade, muito gerais; o objetivo é, manifestamente, torná-las aplicáveis aos contextos mais variados, no entanto as que resultam são diretivas tão universalistas que quase perdem significado. (**fig. 22**)

É apenas na terceira seção, *Operations*⁸³, que são abordados a organização e o design efectivo dos espaços construídos que constituem os campos de refugiados.

O capítulo intitulado *Site selection, Planning and Shelter*⁸⁴ trata, em 24 páginas, os critérios mínimos para a escolha do lugar de implantação, assim como de algumas considerações gerais sobre o plano diretor, as infra-estruturas necessárias e os diferentes tipos de habitações.

O texto abre com ênfase na importância do bom design que, além de atender às necessidades imediatas, deve considerar a prestação de serviços a longo prazo, mesmo que a situação seja apenas temporária:

“Most refugee operations last much longer than initially anticipated, therefore, site selection, camp planning and provision of assistance should take this into consideration as well as bearing in mind the exit

80 UNHCR, *Handbook for Emergencies*, Genebra: UNHCR, 2007, p. 2

81 *Ibidem*, p. 56

82 *Ibidem*, p. 69

83 *Ibidem*, p. 154

84 *Ibidem*, p. 202



ESPAÇO
POR PESSOAS
ATÉ 45 MQ

3,5 – 4,5 MQ DE HABITAÇÃO

RUAS E CAMINHOS
INSTALAÇÕES ESCOLARES
INSTALAÇÕES MÉDICAS
RESERVAS DE ÁGUA

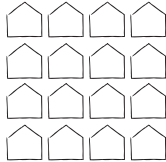
ARMAZÉNS
ESPAÇOS CORTA-FOGO
MERCADO
DISTRIBUIÇÃO

23.



1 FAMÍLIA
(4–6) PESSOAS

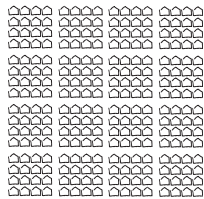
1 LATRINA



APROX.
80 PESSOAS

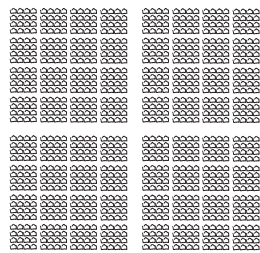
1 COMUNIDADE
16 FAMÍLIAS

1 TORNEIRA DA ÁGUA
2 RECOLHA RESÍDUOS



APROX.
1,250 PESSOAS

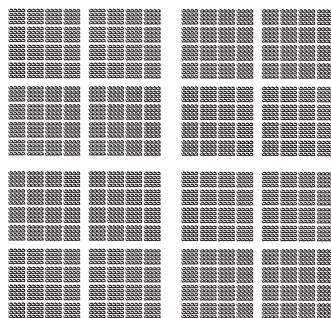
1 BLOCO
16 COMUNIDADES



APROX.
5,000 PESSOAS

1 SECTOR
4 BLOCOS

1 ESCOLA
1 PONTO DE DISTRIBUIÇÃO



APROX.
20,000 PESSOAS

1 CAMPO
4 SECTORES

1 CENTRO MÉDICO
1 CENTRO DE ALIMENTAÇÃO
1 MERCADO

24.

strategy from the start.”⁸⁵

De seguida são mencionadas, sem detalhes excessivos, as várias opções possíveis em matéria de acomodação, nomeadamente *Dispersed settlement/ host families*, *Mass shelter: public buildings and community facilities* e por ultimo *Camps*, espontâneos (“Os campos espontâneos devem ser evitados na medida do possível”⁸⁶) ou planeados, aos quais é dedicado o resto do capítulo.

Os critérios para escolher o lugar de implantação são essencialmente três: primeiro, a presença de água é a discriminante mais importante e geralmente mais problemática de garantir. Em segundo lugar, tem que haver espaço suficiente para a construção do campo: idealmente, a área total necessária por cada pessoa deve ser de aproximadamente 45m², com a indicação de nunca ultrapassar o mínimo de 30m²:

“The bare minimum figure of 30 m² surface area per person includes the area necessary for roads, foot paths, educational facilities, sanitation, security, firebreaks, administration, water storage, distribution, markets, relief item storage and, of course, plots for shelter. The figure of 30 m² does not include, however, any land for significant agricultural activities or livestock”⁸⁷

Finalmente, o terceiro e último critério é a efetiva disponibilidade da área seleccionada, com o memorando de que o ACNUR não tem a tarefa de comprar ou alugar terras para acomodar refugiados: cada concessão vem dos acordos com o governo do estado de acolhimento.

Seguidamente, deve ainda ser dada especial atenção à acessibilidade do lugar: o campo deve ser localizado a fim de facilitar a distribuição dos suprimentos necessários, incluindo alimentos e materiais de construção, bem como o acesso a serviços nacionais. Idealmente, os campos deviam ser situados na proximidade de centros habitados por pessoas que compartilhem os costumes e a cultura das populações deslocadas.

No que respeita ao *Site Planning*, as primeiras considerações relativas ao *layout* geral indicam que:

“The overall physical layout of a site should reflect a decentralized community-based approach, focusing on family, community or other social groups.”⁸⁸

O texto continua a explicar que todo o campo deve ser concebido com uma abordagem “*bottom-up*”, ou seja a partir das necessidades e características das famílias individuais, elemento no qual se baseia o resto do planeamento.

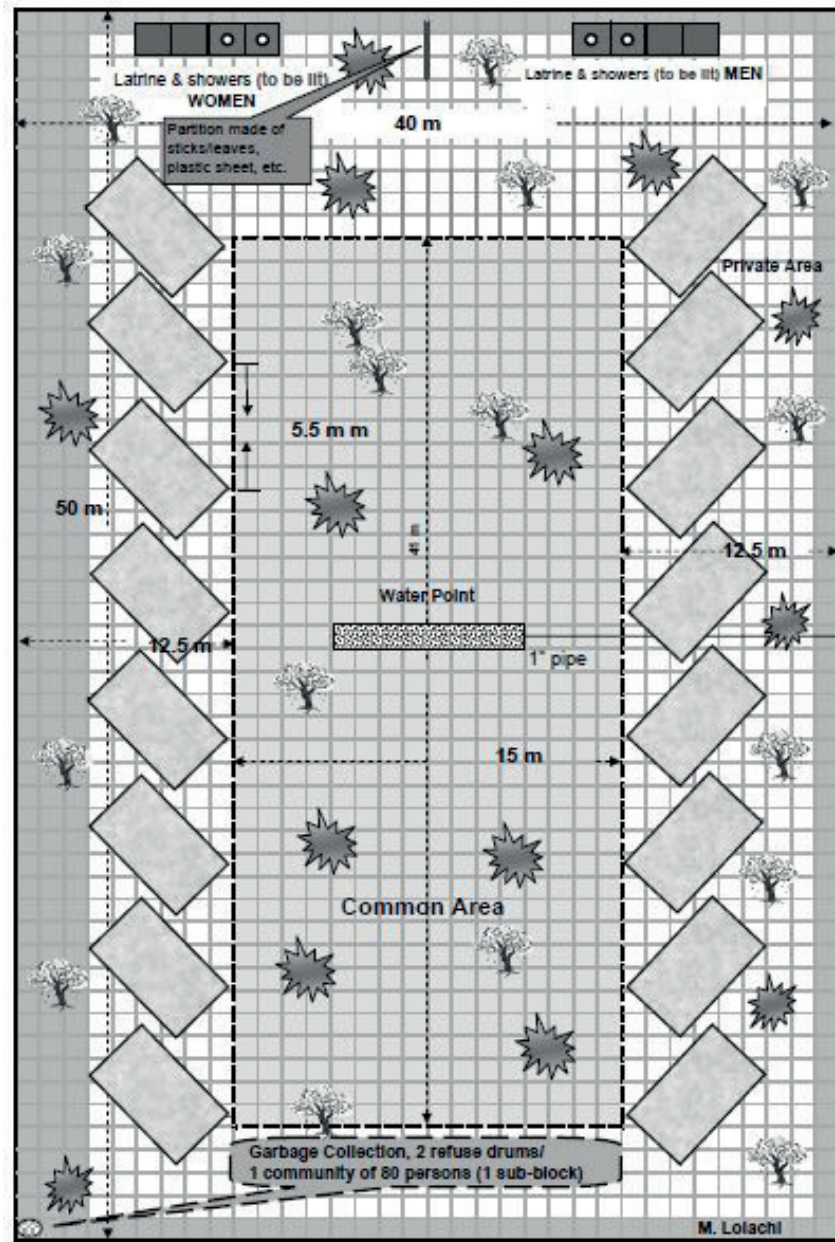
Na prática, o conceito traduz-se em diretivas numéricas; cada comunidade, um termo ainda não definido no texto, deve possuir serviços básicos como latrinas, chuveiros, pontos de dis-

85 *Ibidem*, p. 207

86 *Ibidem*, p. 208

87 *Ibidem*, p. 210

88 *Ibidem*, p. 213



25.

Sub-Block - Modular Design Concept, NTS



Technical Support Section, TSS

: Shelters, 16/sub-block, 1 shelter/family,
 16x5 = 80 refugees/sub-block, each shelter area=3x6=18 m²
 Gabled (truss) frame/ ridged roof structure and/or tent

26.

tribuição de água e recolha de lixo. A abordagem *bottom-up* resulta no cálculo das necessidades das famílias em termos de serviços básicos, como a distância máxima das latrinas ou pontos de distribuição de água, e desta forma é estruturado o *layout* geral do campo.

Os elementos, de facto, são hierarquizados a partir da unidade habitacional básica, nomeadamente uma tenda para, o texto é contrastante⁸⁹, 4-6 ou 6-10 pessoas: 16 famílias compõem uma comunidade, 16 comunidades um bloco, 4 blocos de um setor e 4 setores um campo, atingindo o limite máximo de 20 mil pessoas. Os serviços não comunitários, assim como centros de saúde e educação, armazéns e centros de distribuição, estão listados numa tabela que indica o número de usuários que irão servir, sem nenhuma informação adicional.

É importante ressaltar como a unidade de planeamento mais pequena, neste manual como noutros, não é o indivíduo mas sim a unidade familiar. A escolha, que, claramente, permite racionalizar o *layout* geral através da aplicação de módulos do mesmo tamanho, leva a pensar em qual seja o destino dos indivíduos que não se enquadram no agrupamento tradicional: basear o planeamento na base das unidades familiares não deixa literalmente espaço no campo para aqueles que não fazem parte do esquema.⁹⁰

Por último, recomenda-se projetar as comunidades de forma a maximizar as interações internas e externas, evitando formas encerradas, como quadrados, e dar preferência a formatos mais abertos, com uma estrutura H. É apresentado um protótipo para ilustrar o esquema recomendado, acompanhado de legendas e medidas indicativas. (fig. 25 e 26).

Handbook for Emergencies é agora o manual mais utilizado e aplicado porque conseguiu, com grande pertinência, destacar os critérios-chave no planeamento de campos de refugiados, combinando-os com uma aplicação praticamente universal: o sistema apresentado oferece uma base esquemática e racional para declinar o design nos mais variados contextos.

No entanto, os pontos fortes, quando colocados na forma extrema, constituem também as maiores fraquezas.

Como Herz observa, as diretrizes propostas relembram fortemente as primeiras e idealizadas cidades modernistas da década de 1920: com base numa organização rígida, com baixa densidade e uma clara separação de usos e funções; a grande maioria do tecido urbano do campo, exclusivamente residencial, apresenta-se “como subúrbios, sem a cidade correspondente”.⁹¹

Além disso, por mais que no texto se dê atenção à “*decentralized, community-based approach*”, nunca é mencionada a forma como os espaços públicos se devem relacionar com áreas residenciais. Aliás, falar de espaço público pode resultar enganador; de facto, o contraste é entre áreas

89 Cfr. *ibidem* p. 215 e p. 216

90 STEVENSON, Anne e SUTTON, Rebecca, *There's no Place like a Refugee Camp? Urban Planning and Participation in the Camp Context*, in *Refuge* n. 28, 2012, p. 141

91 HERZ, Manuel, *Refugee Camps in Chad: Planning Strategies and the Architect's Involvement in the Humanitarian Dilemma*, *New Issues in Refugee Research* n. 147, 2007, p. 7

residenciais e áreas ocupadas por estruturas públicas, edifícios cujo perímetro é fechado e que efetivamente é acessível apenas para aproveitar o serviço.

Além disso, os serviços comuns, que ocupam inevitavelmente uma maior área, geralmente são agrupados em grandes áreas abertas perto da entrada principal, de modo que os caminhões de reabastecimento não atravessem áreas povoadas. Herz escreve que:

“The actual physical spaces where humanitarian aid is provided in the camps, such as medical centers, are located at a distance from the refugees, to make for an easy escape, in case the refugees should start an unrest.”⁹²

No entanto, no *Handbook*, muitas vezes é feita referência a alguns mecanismos de segurança, como o *neighbourhood watch*⁹³: este, por exemplo, prevê fornecer o acesso às áreas familiares através de ruas relativamente pequenas e semi-privadas, a fim de possibilitar um maior controle a nível comunitário e aumentar a sensação de segurança.

Porém, o mesmo mecanismo não é aplicado no caso de serviços públicos, e não se considera que os residentes adjacentes possam controlar e, assim, proteger, espaços e serviços comuns.⁹⁴

Por fim, uma lacuna do livro consiste na falta de indicações sobre o futuro dos assentamentos. Além da especificação inicial de que os campos geralmente duram mais do que o esperado, de fato, nunca se menciona a dimensão temporal, exceto o aviso de considerar a possibilidade de algumas expansões: pelo contrário, os campos são apresentados como elementos imutáveis e inalteráveis, isolados do contexto em que estão localizados.

Na realidade, os campos evoluem e frequentemente a grande velocidade; não só porque as taxas de natalidade são geralmente altas, resultando em densificação, mas também porque, como é lógico, longos períodos de permanência levam à apropriação de espaços e, portanto, à evolução informal.

Desta forma, é precisamente através da representação dos campos nos manuais oficiais que se concretiza a visão de Agamben: enquanto espaços excepcionais, os campos são apresentados e projetados como objetos isolados, legalmente, fisicamente e temporariamente, “enclaves perfeitas, representando uma espécie de ilha utópica dentro de um contexto de condições distópicas por excelência”⁹⁵

Em conclusão, a imagem dos campos que emerge do *Handbook for Emergencies* consiste na soma de vários elementos que inevitavelmente dependem fortemente de restrições forçadas: saneamento, limitações construtivas ligadas com riscos meteorológicos, desde a drenagem, à

92 HERZ, Manuel, *Sudan/ Chad: Planning Refugee Camps*, in African Arguments, 2009

93 UNHCR, *Handbook for Emergencies*, Genebra: UNHCR, 2007, p. 54

94 STEVENSON, Anne e SUTTON, Rebecca, *There's no Place like a Refugee Camp? Urban Planning and Participation in the Camp Context*, in Refuge n. 28, 2012, p. 142

95 HERZ, Manuel, *Sudan/ Chad: Planning Refugee Camps*, in African Arguments, 2009

distribuição de água e ao necessário à sobrevivência básica.

A grande atenção no aspecto qualitativo de abrigos e assentamentos, sempre se concentrou mais no que era “apropriado” em respeito aos requisitos mínimos, e não do que era “bom”; a questão sobre o que constitua um “bom campo” em si, deve ainda ser definida.⁹⁶

96 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugee Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 35-43

2. O MODELO INTERNACIONAL

Onde é abordada a análise do modelo atual, a partir dos precedentes que serviram de base, para chegar ao seu nascimento e à sua evolução ao longo do tempo, contextualizados através da apresentação dos principais eventos histórico-políticos.

2.1 ESTRUTURA DE UM CAMPO: O MODELO INTERNACIONAL

Resumindo o que foi dito até agora, as diretrizes estabelecidas no parágrafo acerca do planejamento dos campos do *Handbook for Emergencies* ocupam-se de fornecer parâmetros numéricos para garantir a que no texto é denominada “existência digna”; basicamente, são definidos critérios que estabelecem o espaço necessário para a sobrevivência de cada pessoa e o número de usuários necessários para justificar a instalação de um determinado serviço. A maneira como esses espaços interagem uns com os outros, em termos de proximidade, conexões e interações de uso, apesar da já destacada diversidade de casos colhida sob o guarda-chuva do termo *campo*, nunca é especificada. O consenso institucional sobre a definição de uma boa resposta à emergência centra-se principalmente na entrega e distribuição inicial de materiais e no valor qualitativo dos abrigos, com pouca ou nenhuma consideração sobre os aspectos performativos do campo como um único complexo que, pelo contrário, é predominantemente concebido como um conjunto de objetos únicos.

Daqui resulta que a estrutura do campo baseia-se sempre na resposta às necessidades mais básicas da vida biológica, de modo a proteger a saúde pública, reduzir o risco de incêndio e distribuir bens materiais, incluindo água e alimentos, de forma eficiente e equitativa .

Atualmente, não existem ferramentas específicas para avaliar como o campo funciona de um ponto de vista qualitativo e os estudos para definir de que modo os diferentes espaços são usados pelos seus ocupantes são praticamente nulos.¹

Embora a literatura existente seja concordante com a necessidade de suportar a segurança, a privacidade e a criação de um sentimento comunitário, de fato, isso não tem correspondência nas diretrizes do projeto ou nas análises e avaliações subsequentes; em 2007, entre as numerosas publicações oficiais do ACNUR, IFRD e vários centros de pesquisa universitários, apenas 10 textos estabeleciam uma relação direta entre o ambiente físico dos campos e questões

1 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugee Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, pp. 35-39.

relacionadas com a segurança, a promoção dos meios de subsistência e, em geral, a qualidade de vida.²

Daí resulta, portanto, que “aqueles que projetam e criam campos de refugiados estão, na melhor das hipóteses, a basear o seu trabalho numa série de decisões de design intuitivas e heurísticas, numa série de justificativas que podem ser definidas, provavelmente, como evidentes ou, na pior das hipóteses, estão apenas a seguir modelos já aplicados porque não há alternativa, trabalhando essencialmente às cegas.”³

Perante isto, é fácil identificar uma única corrente tipológica, em evolução a partir da década de 1970, aplicada globalmente; Kennedy é o primeiro a salientar que as características comuns a quase todos os campos formais não são apenas relativamente à estrutura, mas sobretudo aos conceitos subjacentes. Embora sejam considerados casos muito diferentes, o espaço interno dos campos mantém os mesmos elementos, num conjunto extremamente limitado de diversidade e hierarquias espaciais.

Espaços residenciais são predominantes e constituem a textura principal do tecido construído; lá, geralmente num esquema a grelha, são contidas as habitações e os serviços comunitários básicos. Este tipo de espaço é sempre modular, de modo que a soma de unidades, geralmente a única habitação ou um pequeno agrupamento delas, é ao mesmo tempo a base e a unidade de medida do espaço total. As áreas residenciais são contraposta, muitas vezes de maneira nítida, com o espaço público, sede dos serviços maiores, incluindo áreas administrativas, locais de receção e disposição, instalações médicas e centros de distribuição de alimentos. Isto é, na maioria dos casos, espaço que não está livremente disponível, mas sim vinculado à sua função. Não existem, pelo menos no plano teórico nem no projeto, outros tipos de espaço além dos descritos e, para além, essa divisão acentuada leva a uma grande disparidade no uso e aproveitamento do território, causando mecanismos de exclusão nos habitantes das áreas mais periféricas. A proximidade aos serviços, de facto, tem um grande impacto sobre a desejabilidade de parcelas e habitações, uma vez que, efetivamente, os habitantes desfrutam de diferentes benefícios dependendo da sua localização dentro do campo.

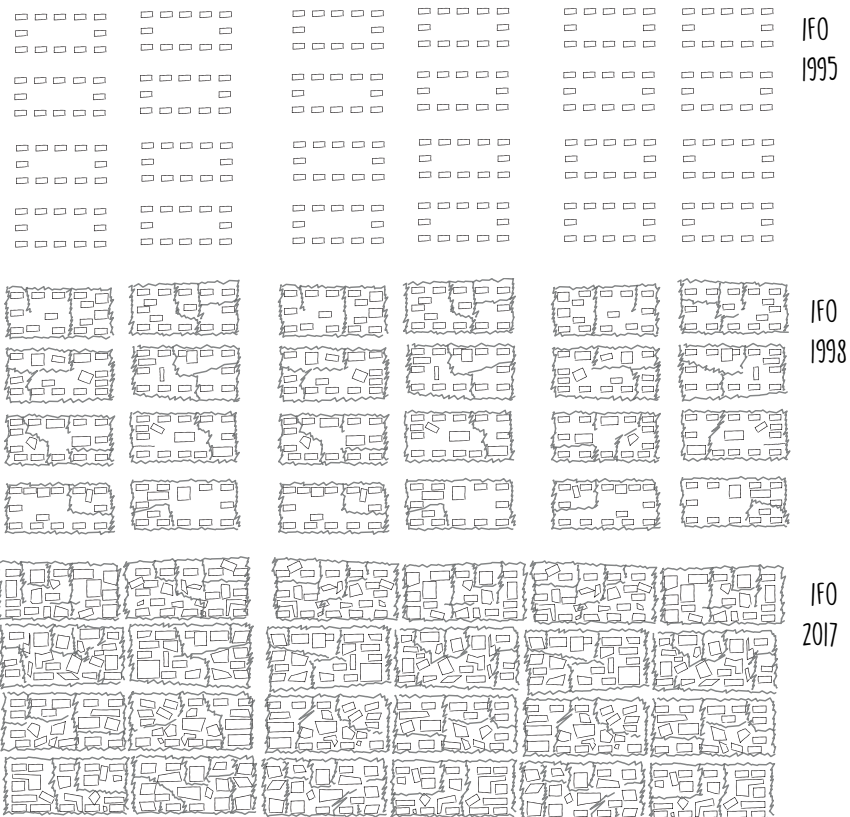
Este esquema representa a concretização dos principais objetivos das políticas de assistência, nas quais o refugiado é concebido na sua vida biológica e natural: garantir o necessário para a sobrevivência. Uma vez que as esferas política e social não são levadas em consideração, também não existe a necessidade de um espaço “outro”, que nem sequer é mencionado nos manuais institucionais. Nos textos é mencionado o que é definido de forma abstrata como um “sentimento de comunidade”, mas o assunto é então abordado de forma a esvaziá-lo de qualquer significado.

2 *Ibidem*, p. 35.

3 *Ibidem*, p. 38.



27.



28.

Nos primeiros passos no planeamento dos campos para refugiados, pelo contrário, foram feitas algumas tentativas brilhantes para se opor propositadamente ao modelo da grelha militar, o único usado na altura, onde os conceitos fundamentais eram precisamente promover um sentimento de comunidade e uma boa qualidade de vida, com o objetivo de criar um assentamento permanente.

São exatamente esses paradigmas, tais como, a saber, o desejo de aumentar o nível de privacidade agrupando os abrigos sob a forma de *cluster*, que servem de base ao modelo que hoje é universalmente aplicado pelas Nações Unidas e pela maioria das outras organizações não-governamentais.

No entanto, como este capítulo procura ilustrar, os elementos desse primeiro modelo e sua disposição hierárquica são produzidos pela concomitância de um tempo, lugar e cultura específicos e, apesar das reivindicações de aplicabilidade universal, é dada pouca ênfase ao fato de que um modelo de “comunidade aberta”, baseado nos assentamentos das populações rurais na América do Sul (ver 2.2.3), dificilmente pode ser aplicado com sucesso entre as populações muçulmanas da Ásia Central, cujos princípios das divisões entre as áreas públicas e privadas são muito mais estritos.

Da mesma forma, também no caso já nomeado de Ifo, os espaços abertos do modelo aplicado provaram logo ser um perigo para mulheres e crianças, em vez de um incentivo para uma ocupação comum de espaços.⁴ As cercas-vivas que os residentes foram encorajados a cultivar com o objetivo de delimitar o perímetro das suas casas revelaram-se logo como uma forma de se apropriarem de uma maior quantidade de espaço comum: hoje, o intrincado desenho criado pela vegetação é praticamente impenetrável e constitui, de facto, a principal ameaça para a (sensação de) segurança dentro do campo. **(fig. 26)**

A evolução do modelo atual pode ser acompanhada através das mudanças nos textos institucionais e foi em grande parte influenciada pelas decisões políticas e pelo decorrer dos eventos. O presente capítulo pretende ilustrar os principais eventos histórico-políticos no âmbito dos refugiados do século passado e associá-los criticamente com a resposta à emergência desse período.

4 *Ibidem*, p. 151

2.2 ANTES DO MODELO

2.1.1 O contexto: enquadramento histórico-político

Conforme antecipado no Capítulo 1, as leis que regem os direitos do estatuto de refugiado dependem quase inteiramente da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) e da consequente *Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados* (1951), formalmente promulgada para responder a grandes fluxos de migração na Europa, consequência do fim da Segunda Guerra Mundial e do início da Guerra Fria. Portanto, nos primeiros anos do trabalho do ACNUR, a grande maioria dos refugiados do mundo estava concentrada nos países industrializados: o vínculo entre o status de exílio e a criação de espaços especiais era extremamente ténue, senão nulo, e a estratégia principal consistia na absorção homogênea entre a população local. Pois ao longo da década de 1950, nas nações do *Western Block* desenvolveu-se uma clara política de integração e acolhimento, em aberta oposição à vontade dos países do *Eastern Block*, não signatários da *Convenção*, que pressionavam para o repatriamento dos próprios nacionais.

O pilar central dos direitos dos refugiados, com base na *Convenção*, baseou-se portanto no conceito de *non-refoulement*, ou seja, o direito de não ser forçado a se repatriar; em toda a extensão do texto do Estatuto nunca há menção daquela que se tornará uma das três opções oficiais para garantir uma “solução duradoura”, ou seja o repatriamento voluntário.⁵

De facto, o Artigo 34 da Convenção estabelece que “os Estados signatários comprometem-se a facilitar, tanto quanto possível, a assimilação e a naturalização dos refugiados”⁶, confirmando que o ACNUR e os países em questão preocupavam-se em primeiro lugar com a facilitação do asilo, a proteção e a integração duradoura: a necessidade de abrigo temporário era contemplada, mas apenas como uma fase de duração limitada no processo de reassentamento.

Por esta razão é fácil entender como, ao adotar a *Convenção*, não houve publicação de documentos que mostrassem como projetar ou gerir os campos: aqueles que recebiam o status de refugiado eram provisoriamente alojados em centros coletivos ou outros edifícios considerados apropriados, dentro do tecido urbano dos países de acolhimento.⁷

Os mesmos princípios podem ser encontrados na subsequente *Convenção sobre os Aspectos Específicos do Problema dos Refugiados em África* (1969), promulgada pela *Organização da Unidade Africana* (OUA), entre os mais significativos dos tratados seguintes.

5 TAKAHASHI, Saul, *The UNHCR Handbook on Voluntary Repatriation: The emphasis of Return over Protection*, in “International Journal of Refugee Law”, n.4, Oxford: University Press, 1997, p.597

6 UNHCR, *Convention and protocol relating to the status of refugees*, Genebra: UNHCR, 1951 (1967), Art. 34: “The Contracting States shall as far as possible facilitate the assimilation and naturalization of refugees. They shall in particular make every effort to expedite naturalization proceedings and to reduce as far as possible the charges and costs of such proceedings”

7 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p.78

A definição de refugiado, chamando a atenção para os conflitos em curso em África contra os restantes regimes coloniais, foi estendida a “qualquer um que, temendo agressão externa, ocupação, dominação estrangeira ou eventos que possam prejudicar seriamente a ordem pública numa parte ou em todo o seu país de origem ou nacionalidade, seja forçado a deixar o seu país de residência habitual para procurar abrigo fora do seu país de origem ou nacionalidade”⁸. Embora contemplando pela primeira vez a hipótese do repatriamento voluntário⁹, a *Convenção* afirma que “os Estados membros da UO trabalharão na medida máxima, de acordo com suas respectivas leis, para acomodar os refugiados e garantir a instalação daqueles que, por motivos bem fundamentados, são incapazes ou não querem retornar ao seu país de origem ou nacionalidade”¹⁰.

Como evidenciado pela ênfase no direito a se reinstalar, havia uma forte convicção comum, pelo menos até meados da década de 1970, de que os refugiados em África ficariam permanentemente estabelecidos no país de asilo.

Aliás, ao longo das décadas seguintes, enquanto os refugiados europeus ainda residentes nos campos variaram de 69.000 em 1957 para 15.200 em 1960¹¹, o número de refugiados oficialmente reconhecidos na África, de acordo com as estimativas da UNRISD, variou de 100.000 em 1961 para 1 milhão em 1971, para 3,5 milhões em 1981, tornando sempre mais evidente a continuação de uma situação de alarme sem que se levantasse uma clara resposta institucional. De facto, longe de serem auto-suficientes, muitos dos assentamentos de refugiados e dos seus habitantes continuaram a depender fortemente da assistência internacional também pelas necessidades básicas, empregando a quase totalidade dos recursos alocados pelo ACNUR e as outras organizações não-governamentais. Juntamente com o rápido aumento dos custos de manutenção, tornou-se evidente a necessidade de uma melhor estruturação da resposta de emergência: numa série de encontros internacionais entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, tomou forma a ideia de uma nova estratégia, que ficou conhecida como *aid-and-development*¹².

O foco da nova abordagem consistia em estruturar as ações de forma a que a assistência aos assentamentos nos países mais pobres pudesse servir de base para o desenvolvimento de atividades com benefícios a longo prazo não só para refugiados, mas também para populações locais. A abordagem baseou-se na plena convicção de que a distribuição em larga escala de ajuda humanitária a campos e assentamentos separados da sociedade de acolhimento fosse uma forma

8 OAU, *Convention Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa*, Addis Abeba: OAU, 1969, Art.1.2

9 *Ibidem*, Art. 5

10 *Ibidem*, Art.2.1

11 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugee Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 55

12 CRISP, Jeff, *Mind the Gap! UNHCR, humanitarian assistance and the development process*, in “New Issues in Refugee Research”, working paper n.43, 2001, p. 3

inadequada de assistência e que os refugiados deveriam ser considerados como um recurso para o desenvolvimento.

Assim, contrariamente ao modelo estabelecido até o momento, as intervenções não deviam concentrar-se nos próprios campos, mas sim nas áreas ocupadas pelas comunidades de acolhimento junto com os refugiados, de modo a impulsionar rapidamente os beneficiários para a auto-suficiência. Foi um projeto extremamente ambicioso, tanto para metas quanto para escala.

Durante a *Segunda Conferência Internacional sobre Assistência aos Refugiados em África* (ICARA II), realizada em 1984, foram apresentados aosadores 128 projetos por um montante total de US\$ 362 milhões; isto consistiu na quase totalidade dos fundos empregados pelo ACNUR no ano anterior, no valor de US\$ 397 milhões.¹³

Em África foi realizado o maior número de atividades, em diversas áreas: por exemplo, foram financiados projetos agrícolas com oportunidades de renda tanto para refugiados como para populações locais; foram promovidas iniciativas para fortalecer as infra-estruturas físicas e sociais nas áreas onde eram concentrados os principais assentamentos; foram feitos novos esforços para combater os danos ambientais causados pelo estabelecimento a longo prazo e em grande escala de populações refugiadas.¹⁴ Os projetos empreendidos, em qualquer caso, não levaram a uma adaptação das estruturas para os refugiados e o modelo de campo comunemente aplicado manteve-se praticamente inalterado: com base numa rígida estrutura espacial que consiste em espaços exclusivamente residenciais ou exclusivamente públicos.

Embora a abordagem fosse bem fundamentada dos pontos de vista intelectual, institucional e económico, as expectativas só foram cumpridas num número extremamente limitado de casos. Num artigo preparado para o ACNUR¹⁵, Barry Stein atribui os pobres resultados obtidos à natureza fundamentalmente ambígua da abordagem *aid and development* e dos seus objetivos. O objetivo final, afirma, era incerto: consistia na eventual integração da população de refugiados nos países de asilo, ou queria melhorar temporariamente o status de refugiados, comunidades de acolhimento e estado, na pendência do repatriamento?¹⁶

2.2.2 Precusores dos campos para refugiados

Tal como evidenciado acima, pelo menos até aos anos 70, simplesmente os campos não re-

13 *Ivi*

14 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugee Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007

15 O documento foi produzido durante uma análise sobre repatriamento, integração e reabilitação, em uma iniciativa que incluiu a revisão de projetos na Nicarágua, Paquistão, Etiópia e Camboja, entre outros. Barry Stein participou no *UNHCR Meeting of Experts on Refugee Aid and Development* de 1983 e de 1986 co-dirige o *International Study of Spontaneous Voluntary Repatriation*.

16 STEIN, Barry, *Returnee aid and development*, Genebra: UNHCR, 1994

presentavam um tema de interesse para aqueles que trabalhavam com refugiados ou escreviam sobre o assunto. A construção de assentamentos provisórios era confiada principalmente às organizações militares nacionais, que atuavam com o apoio de algumas organizações humanitárias, das quais a mais ativa era sem dúvida a Cruz Vermelha.

A primeira documentação relativa ao estabelecimento de um assentamento daqueles que agora seriam chamados *transitional shelters* remonta a 1906 e ilustra as tentativas de lidar com os danos causados pelo terremoto de São Francisco e os incêndios que se seguiram, um dos primeiros grandes desastres da era industrial.¹⁷

A intervenção conjunta das forças militares, do governo local e da Cruz Vermelha permitiu fornecer ajuda humanitária às quase 200 mil pessoas que ficaram desabrigada, garantindo não só a distribuição de bens materiais como água, comida, roupa de cama e suprimentos médicos, mas também a construção de tendas inicialmente e cabanas posteriormente.

Embora não existam planos ou desenhos a documentar os assentamentos estabelecidos, algumas fotografias aéreas, ainda que parciais, permitem analisar o espaço de campo e, assim, identificar facilmente as prioridades estabelecidas no planejamento da resposta de emergência (**fig. 29 e fig. 30**). Como pode-se observar pela quantidade de unidades de habitação regulares e bem organizadas, sejam elas as tendas militares do imediato após-desastre ou as estruturas mais complexas construídas numa fase posterior, todos os esforços foram feitos para garantir uma resposta habitacional adequada: tendas e cabanas foram organizadas de forma equidistante e indiferenciada, de acordo com um padrão de clara natureza militar. A necessidade de proporcionar a todos os sobreviventes uma solução habitacional digna, num complexo ordenado e fácil de gerir, parece ter sido a mais urgente, em detrimento da criação de espaços mais íntimos, que pudessem criar um sentimento de comunidade, privacidade ou apropriação pelas pessoas que se encontraram a ocupá-las.

É interessante notar, como observado por Kennedy, como muitos daqueles que escreveram sobre a resposta à emergência, incluindo Ian Davis na versão de 1978 de *Shelter After Disaster*, mencionam o campo de São Francisco como o primeiro caso de interesse: isto não tanto para legitimar historicamente os seus estudos, mas sim para marcar uma distinção clara entre o seu trabalho e o que foi feito antes.¹⁸ O acampamento não é tratado como um precedente tanto quanto um tipo de “anti-precedente”, em contraste com as diretrizes principais estabelecidas nas novas abordagens à construção dos campos.

Não é relevante analisar os muitos outros campos construídos de acordo com o mesmo critério, embora existam numerosos outros casos: no entanto, é importante notar que, embora

17 STOHR, Kate, *100 Years of Humanitarian Design*, em “Design Like you Give a Damn: Architectural responses to humanitarian crisis”, New York: Metropolis Books, 2006, p.33

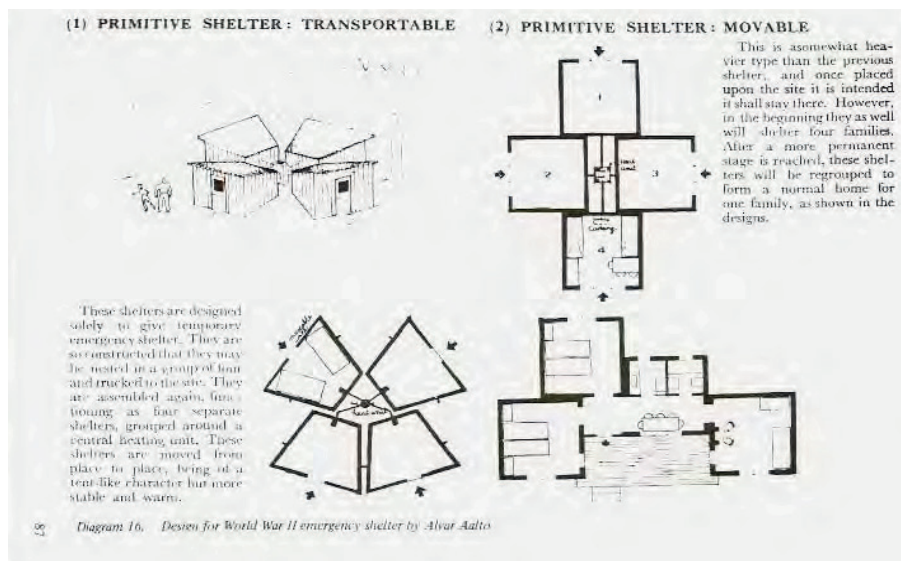
18 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p.182



29.



30.



31.

nas décadas seguintes o modelo “a grelha” tenha perdido progressivamente importância, ainda existem grandes números de campos para refugiados, existentes há vários anos, construídos de acordo com o mesmo padrão.¹⁹

Em qualquer caso, o testemunho subsequente de um projeto de abrigo para populações deslocadas, o protótipo multi-familiar desenhado por Alvar Aalto no início dos anos 40, visa precisamente preencher as deficiências identificadas no modelo de campo à grelha (**fig. 31**). O exemplo é particularmente interessante porque, ao contrário dos primeiros protótipos de habitats pós-catástrofes que geralmente são referidos, este vai além do design da única unidade de habitação e apresenta um pequeno sistema. A estrutura é composta por quatro módulos de pequenas dimensões, agrupados em torno de um fulcro central: a colocação das portas principais, que não estão dispostas uma em frente à outra, enfatiza a atenção pela privacidade e dignidade dos ocupantes e, entre outros pontos positivos, o *layout* das unidades permite compartilhar serviços e calor, enquanto o seu tamanho pequeno facilita o transporte e a instalação. As limitações consistem no facto de que o considerado é apenas um módulo de habitação, embora bem estruturado e multi-familiar, e nenhuma outra indicação é dada sobre como deveria operar um campo complexo, composto por várias unidades. A não adoção por parte de governos ou organizações humanitárias, no entanto, determina que o protótipo não pode ser considerado um precedente significativo no planeamento de campos.

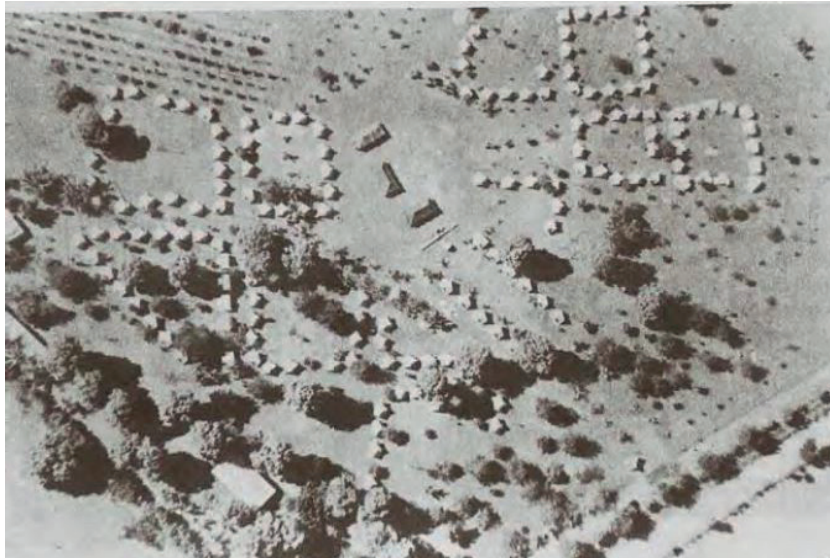
2.2.3 “Cluster” e “Community Module”

Num contexto ainda não totalmente regulamentado e definido, emerge predominantemente a figura de Frederick Cuny, engenheiro civil por formação, especializado na resposta pós-emergência. O seu trabalho no âmbito do planeamento de campos nos países sub-industrializados continua a ser entre os mais influentes, não apenas pelas teses expressas nos numerosos escritos, mas sobretudo pelas suposições implícitas nos seus projetos, adotadas e aplicadas desde então, embora muitas vezes de forma completamente acrítica.

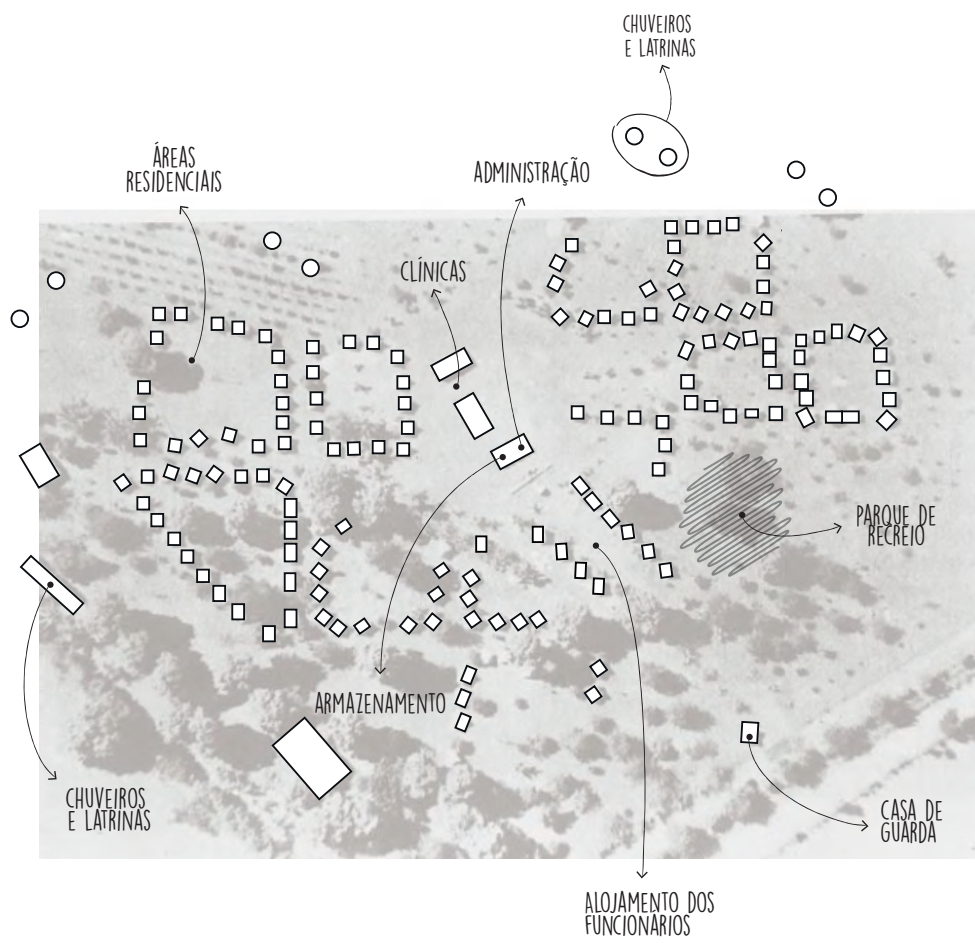
Entre as principais lições, deve ser sublinhada a ênfase colocada na necessidade de usar uma abordagem holística – ou seja, considerando o campo na sua totalidade – e multi-sectorial; inclusivamente, a importância de considerar a vontade das populações afetadas e sua capacidade de auto-ajuda, princípios que são regularmente citados nos maiores textos internacionais de referência.²⁰

19 De acordo com o *Refugee Camp Catalogue Reissue* elaborado por Kennedy em 2007, na altura existiam ainda cerca de 25 campos planeados seguindo o modelo em grelha; concentrados especialmente na África e no Meio Oriente, a maioria existia desde mais de 15 anos e tinha além de 15 mil habitantes.

20 Entre os principais, além do *Handbook for Emergencies*, esta abordagem é partilhada por *Minimum Standard e Transitional Settlement*, que serão discutidos mais adiante neste capítulo.



32.



33.

Pode-se identificar claramente o projeto que marca o ponto de viragem no planeamento de assentamentos pós-catástrofes, ou seja aquilo do *El Coyotepe Camp*, na Nicarágua, após um terremoto em Dezembro de 1972. O governo nicaraguense, uma semana após o desastre, promoveu a criação de vários campos para acomodar a parte da população que, por falta de outros meios, tinha-se instalado em praças, jardins públicos e lotes vazios.

El Coyotepe Camp, localizado a poucos quilómetros de Managua, foi projetado e supervisionado pela Intertect, a organização humanitária fundada por Cuny, graças aos bens materiais e ao apoio fornecidos por OXFAM, pela Associação Nicaragüense de Escoteiros e pelo exército dos Estados Unidos; foi construído unicamente pelos próprios refugiados, que também intervieram ao fazer algumas mudanças no *layout* geral.²¹

Do ponto de vista jurídico, assim como no caso de São Francisco, o campo foi construído para acomodar *Internally Displaced People* (dentro das fronteiras nacionais da Nicarágua), o que afeta não apenas a divisão de responsabilidades legais entre Estado e organizações humanitárias, mas sobretudo as perspectivas a longo prazo: enquanto os refugiados geralmente são impedidos, pelo menos formalmente, de encontrar meios de subsistência ou trabalho fora do campo, os deslocados internos são, pelo contrário, encorajados a retornar rapidamente à situação pré-desastre, de modo a se libertarem rapidamente das condições de emergência. Os habitantes de El Coyotepe, portanto, foram imediatamente apoiados na recuperação rápida de atividades e meios de subsistência, também através da criação de espaços específicos, com o objetivo principal de reintegrar permanentemente a população afetada no novo local de assentamento. No entanto, as fronteiras ideológicas entre refugiados e IDPs eram, e por vezes ainda são, tão leves que não só nos vários relatórios os habitantes de El Coyotepe são sempre identificados como *refugee*, mas também que uma parcela significativa dos desenvolvimentos no planeamento de campos para refugiados foram obtidos examinando casos de respostas à desastres naturais e podem ainda ser evidenciadas algumas influências que tiveram um impacto significativo na evolução do modelo atual.

O *layout* selecionado para El Coyotepe tomou o nome de (*modified*)²² *Cross Axis Plan*, por causa do *layout* axial das áreas residenciais no respeito do fulcro central. A primeira e maior diferença em relação aos campos em grelha militar está evidentemente na disposição das unidades habitacionais, agrupadas em torno de um grande espaço central.

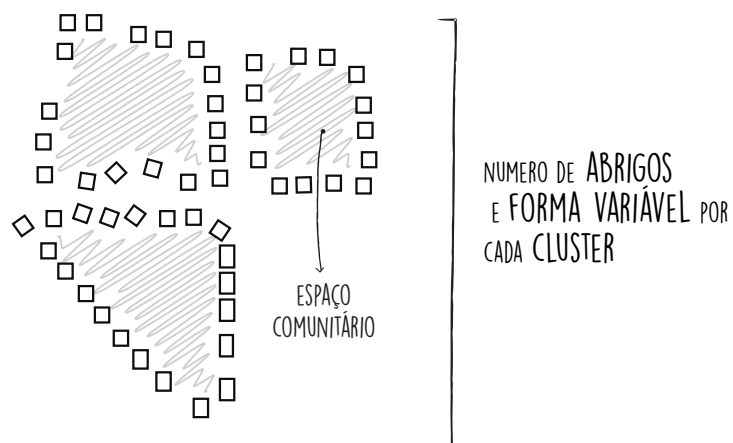
Não está claro se a única fotografia disponível inclui ou não a totalidade do campo, mas as 145 casas que aparecem na imagem correspondem ao que foi estimado para acomodar as aproximadamente 900 pessoas previstas pela fase inicial, com o programa de expandir o número

21 CUNY, Frederick, *A report on the Coyotepe refugee camp in Masaya, Nicaragua*, 1973, documento Intertect non publicato, p. 1

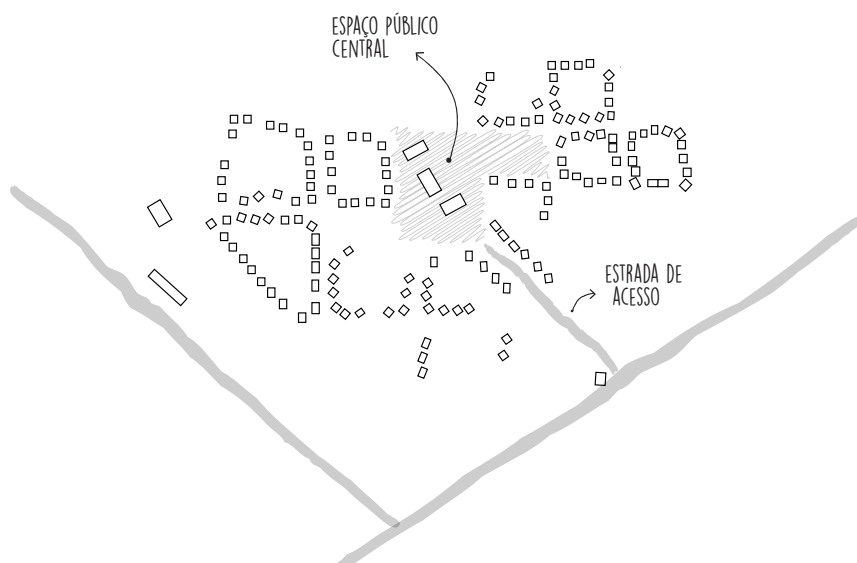
22 A diferença relativamente a um *cross axis plan* “canónico” consiste nas modificações necessárias para permitir a instalação de unidades habitacionais únicas, em oposição às casas multifamiliares.



34.



35.



36.

inicialmente para 1600 habitantes e, em seguida, para 3500 na fase final.²³

A escolha da emancipação do modelo militar é sublinhada e justificada com firmeza nos relatórios oficiais, com particular ênfase na atenção dada ao recriar um sentido de comunidade e uma boa qualidade de vida. Ao descrever a estrutura do campo, Cuny afirma que:

“It consisted of a series of small *communities* of 10-16 housing units (camping tents) grouped around a central area (...). Each community was designed to provide private space for each shelter as well as a large “common” or open area for community use. By orienting the opening of each shelter inward, it was felt that a sense of community could be provided. Each community had provisions for group cooking, washing, and recreational activities.”²⁴

O número de habitações por unidade ou, como será definido depois, por cada *cluster*, não é rigidamente fixo e oscila entre 10 e 20 tendas, o que enfatiza a flexibilidade do modelo; da mesma forma, o perímetro exterior nem sempre é quadrado, mas adapta-se ao espaço circundante. Essa flexibilidade é parte integrante da estratégia, tanto que é bem marcada no esquema do modelo, inserido posteriormente nas diretrizes da Intertect (**fig. 38**); isso é especialmente importante quando comparado às diretivas atuais, onde o próprio conceito de comunidade é definido com base no número de habitações que a compõem: uma comunidade é a soma de 16 habitações.

A área livre entre os *cluster* permite a passagem de veículos de emergência e atua ao mesmo tempo como uma barreira corta-fogos: o espaço é facilmente legível e o movimento de um lado para outro do campo não é obstruído por qualquer barreira. Não há limites físicos entre o campo e o ambiente circundante e o único perímetro é definido pelas duas ruas principais que fazem fronteira com os lados inferiores do campo; estas não são paralelas ao *layout* das comunidades, mas estão ligadas a elas através de um acesso principal único e facilmente identificável, uma estrada cercada por casas que leva ao espaço central; aqui estão os edifícios administrativos e os principais serviços, incluindo as estruturas sanitárias, os armazéns, os pontos de distribuição de água e de outros bens primários, numa tentativa evidente de minimizar a distância entre o centro e as áreas residenciais, de forma igualitária.

O grande espaço livre ao redor serve como um lugar para reuniões públicas, e ainda como espaço recreativo para adultos e crianças, para além de ser um grande parque de recreio e uma área para desporto.

As sanitas, no que será considerado a falta mais séria do acampamento, estão localizadas fora do perímetro residencial, a uma relativa distância das tendas.

O projeto foi considerado um sucesso sob todos os aspetos, principalmente porque foi possí-

²³ *ibidem*, p. 4

²⁴ CUNY, Frederick, *Refugee Camps and Camp Planning: The State of the Art*, in *Disasters*, Vol. 1, n.2, Pergamum Press, p. 128

vel compará-lo com o de outros campos, de estilo militar a grelha, construídos pelo Exército dos EUA a pedido do governo da Nicarágua.

A comparação é particularmente significativa porque as situações de partida, a nível social, económico e cultural, eram idênticas: os refugiados divididos entre os campos pertenciam de forma homogênea às mesmas classes sociais, compartilhavam as mesmas habilidades técnicas e receberam os mesmos serviços. Além disso, na construção foram utilizados os mesmos tipos de habitações e instalações sanitárias, assim como foram idênticos os materiais originalmente distribuídos tanto em quantidade como em qualidade.²⁵

Com estas premissas, é fácil destacar os efeitos de diferentes tipos de planeamento no desenvolvimento e na manutenção de um campo. Cuny escreve:

“The differences between their [do exercito americano] camps and Coyotepe were amazing. As a sample: our camp cost 37% less to operate. There were no major health problems in Coyotepe. The Army camps were plagued with skin infections, various waterborne diseases and several outbreaks of minor contagious disease. At the Tipitopa camp, 100% inoculations were conducted 6 times; at Coyotepe no inoculations were ever given (...). By every account, Coyotepe was a relatively happy and industrious camp.(...) At Tipitopa, the Army had to forcibly segregate one segment of the camp to keep order, and thefts were prevalent. A strong refugee council evolved at Coyotepe and informal organizations abounded; at the Army camps, participation was weak and the volunteers working there reported extreme apathy was prevalent.”²⁶

Pode-se razoavelmente assumir, com base no que foi relatado até agora, que o *layout* do campo facilitou a organização da comunidade, promoveu um sentimento de segurança, reduziu a incidência de doenças e o nível de controle necessário para administrar o campo, assim como os custos totais de gestão.

Na primeira versão de *Shelter After Disaster*, Ian Davis descreve detalhadamente o projeto, destacando os seus méritos e incluindo fotografias aéreas, em evidente contraste com as imagens de outros campos em estilo militar presentes no livro, e enfatiza a capacidade do novo modelo de produzir um “ambiente humano”²⁷.

Assim, enquanto Cuny deve ser considerado responsável pelo novo projeto, é através dos textos de Davis e graças à sua contribuição na criação de um vocabulário específico, inexistente até aquele momento, que foi definido quais as tendências que eram positivas e quais os modelos que deveriam ser abandonados, comparando pela primeira vez o modelo “*cluster*” com

25 *Ibidem*, p. 129

26 *ivi*

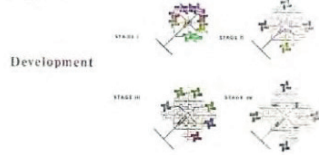
27 DAVIS, Ian, *Shelter After Disaster*, Oxford: Oxford Polytechnic Press, 1978 (1st edition), p. 55

o modelo de “estilo militar”²⁸ Assim, na descrição do projeto, ele utiliza pela primeira vez as palavras que agora aparecem em qualquer manual sobre a resposta emergencial:

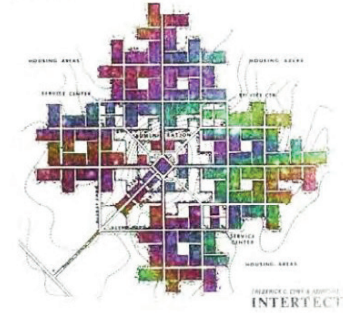
“The layout that Cuny worked out for El Coyotepe camp in Nicaragua produced a humane environment in sharp contrast to the regimented military camps. This resulted in far higher occupancy figures. The basic principles were the use of family clusters, localised cooking, and sanitation units.”²⁹

28 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 87

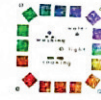
29 DAVIS, *Shelter After Disaster*, Oxford: Oxford Polytechnic Press 1978, p.55

CROSS-AXIS
PLAN

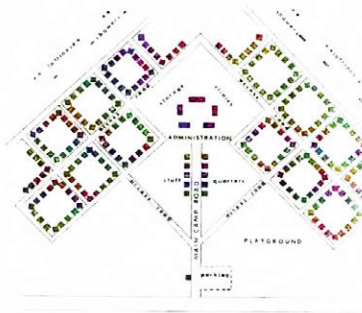
Site Plan

MODIFIED
CROSS-AXIS PLAN

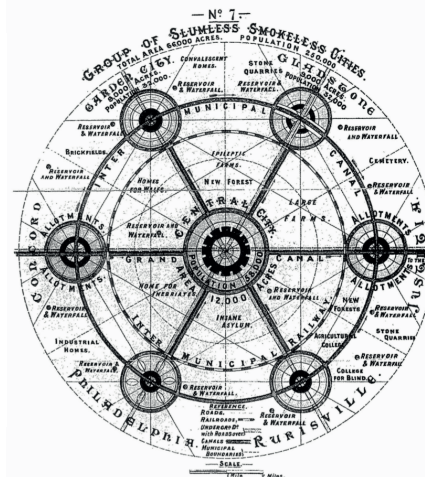
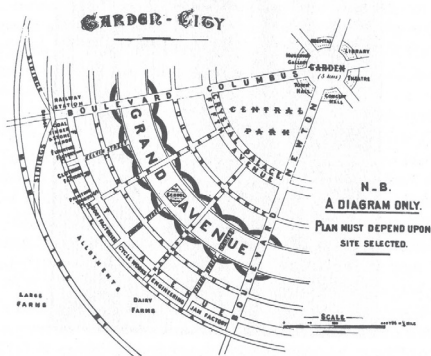
Planning Unit



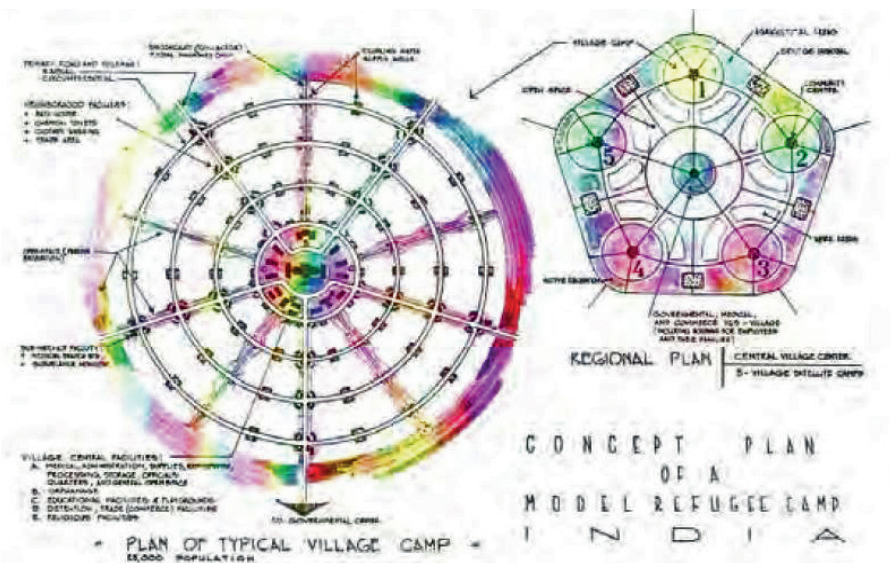
Site Plan



37. | 38.



39. | 40.



41.

2.3 A CRIAÇÃO DO MODELO

2.3.1 A aplicação do protótipo e a resposta internacional

O modelo desenvolvido para o campo de El Coyotepe foi projetado como uma resposta direta ao terremoto da Nicarágua, em tempo muito limitado devido à necessidade de agir rapidamente; isto causou inevitavelmente algumas deficiências e limitações. Kennedy ressalta que faltou um estudo aprofundado do contexto local e que a estrutura do campo, embora possua grande flexibilidade em alguns aspectos, é muito rígida do ponto de vista das funções estabelecidas:

“The camp design is somewhat a product of its age, when much of urban planning orthodoxy, even that of the “bottom-up site-and-services programmes”, made assumptions about the monofunctionality of spaces, and of the strict partition of functions between spaces”³⁰

Kennedy destaca a existência de apenas dois tipos únicos de espaço em todo o campo, um sendo aquele residencial, que inclui os *clusters* e as estradas que os dividem, e outro sendo o central não residencial, onde estão concentrados os serviços; as consequências dessa contraposição, quando levadas ao extremo em campos muito maiores, já foram sublinhadas.

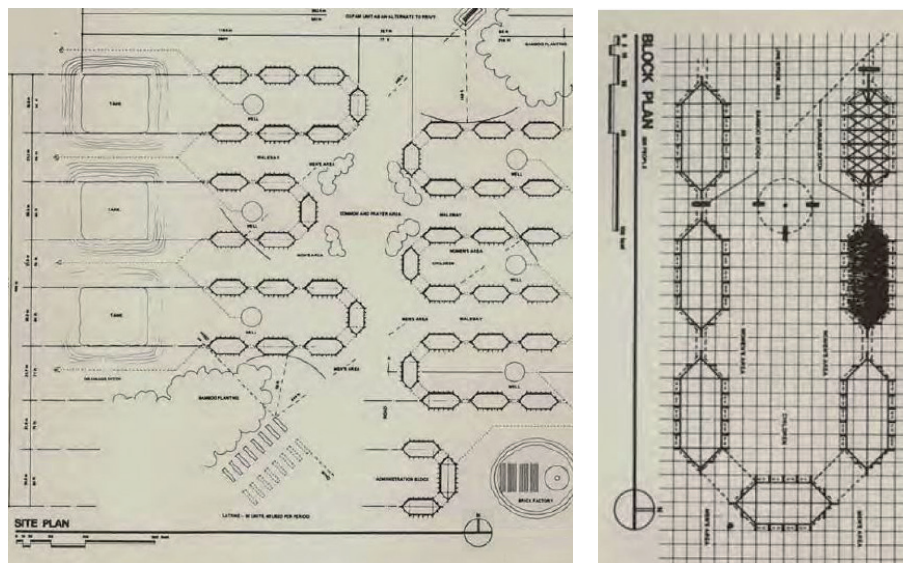
Aliás, com a exceção das dez casas que seguem a margem da principal via de acesso, não foram feitas tentativas ulteriores para criar um espaço intermediário, semi-público, ou para experimentar diferentes tipos de áreas residenciais.

Embora estas falhas sejam absolutamente justificáveis no caso do protótipo de El Coyotepe, extremamente inovador em todos os aspectos, o mesmo não acontece nos muitos casos nos quais o modelo foi aplicado nos anos seguintes, essencialmente inalterado. O esquema do campo foi retrabalhado por Cuny ao voltar aos Estados Unidos e foi incluído nas diretrizes internas da Intertect em 1975 (**fig. 38**): os elementos morfológicos básicos ainda podem ser detectados nos campos realizados ao longo do tempo até aos dias de hoje, mais de 40 anos depois.³¹

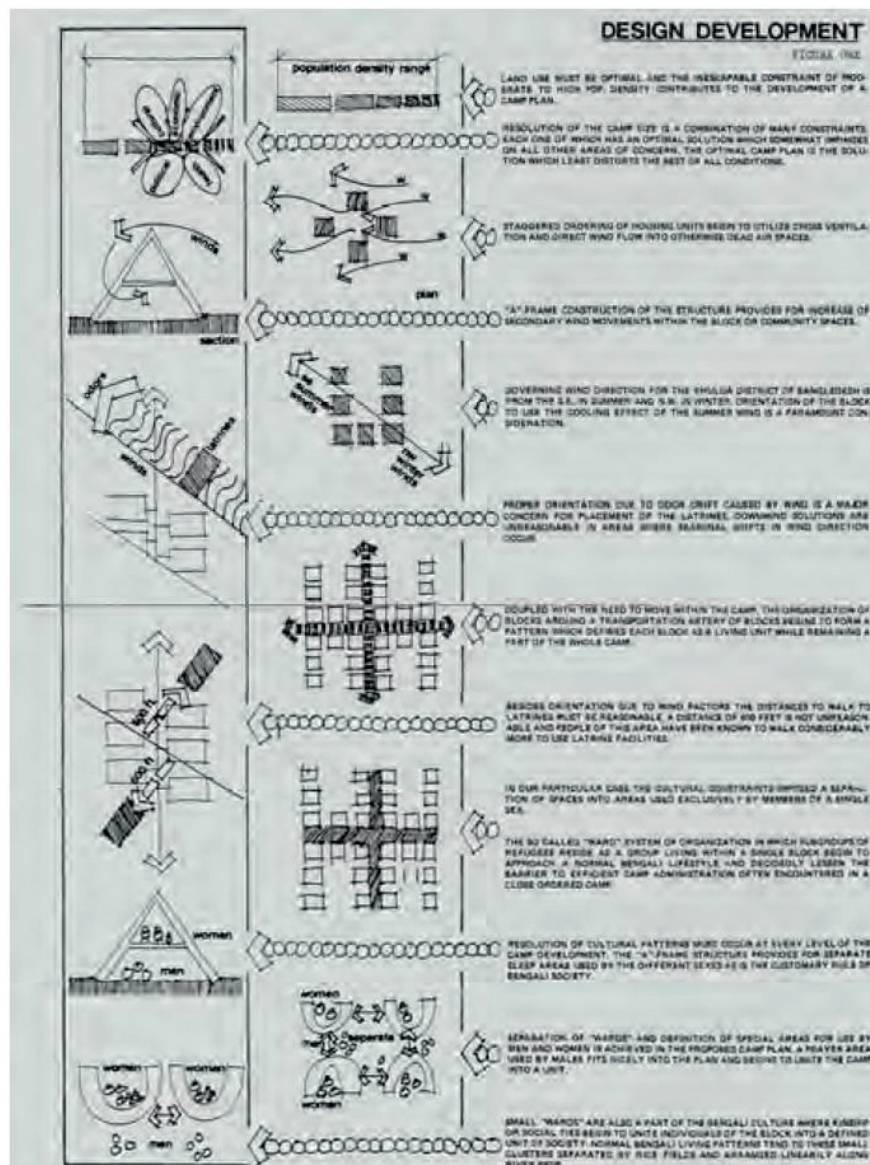
Os anos seguintes, no entanto, foram caracterizados por um crescente interesse pelo assunto e um clima de fermento cultural que gerou o surgimento de numerosos Centros de Pesquisa e a frutuosa associação de algumas universidades com ONGs e trabalhadores de campo. Entre os estudos publicados pela Intertect, além do modelo de El Coyotepe, aparecem duas outras plantas abstratas: não são projetadas para um lugar específico, mas oferecem pontos de reflexão sobre os limites e as possibilidades de modelos alternativos e, certamente, mostram interesse no desenvolvimento de protótipos inovadores e funcionais. Por exemplo, no modelo

30 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugee Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 90

31 *Ibidem*, p. 89



42. | 43.



44.

de um campo pensado genericamente para ser aplicado na Índia (**fig. 41**), é reconhecível a influência das teorias apresentadas por Howard no século XIX e o esquema relembra a estrutura das cidades jardim: é interessante notar que o modelo para um campo de refugiados, pelo menos no âmbito universitário, tem raízes nas teorias que surgiram do debate urbanístico, por muito que utópicas. (**fig. 39 e 40**)

Neste clima, Cuny e Intertect começaram a colaborar com a Universidade do Texas e a Carnegie-Mellon University para criar um novo modelo a ser aplicado no Bangladesh, no distrito de Khulua, estudado exclusivamente para esse contexto. Provavelmente por essa razão, não foi estudado e conhecido amplamente quanto El Coyotepe, embora representasse, em muitos aspectos, uma clara melhoria do modelo aplicado na Nicarágua: de facto é uma das poucas tentativas de explorar o potencial oferecido pelo novo conceito de *cluster*. Em qualquer caso, embora a ausência de qualquer menção a este respeito no texto, o projeto parece ser o ponto de partida para o modelo de *community* proposto na última versão do *Handbook for Emergencies*. Embora não haja fotografias aéreas disponíveis, os desenhos das plantas foram publicados em *Space Enclosure for Emergencies in Developing Countries*³², juntamente com um estudo detalhado que explica a lógica por trás das decisões de design e as diferenças na base dos diferentes conceitos espaciais. O design do campo é baseado sempre no conceito de *cluster*, mas é apresentado de forma diferente: cada grupo de abrigos é modelado para seguir a forma de um U, onde os lados fechados se enfrentam e criam um diafragma central, o qual funciona como uma passagem e conexão entre as cortes. (**fig. 42**)

Os diagramas ilustram algumas das principais características do campo, e cada decisão de design é acompanhada por um texto explicativo. Conforme ilustrado, a estrutura considera diferentes escalas, inspiradas nas hierarquias de organização espacial das comunidades bengali da área. Os eixos de acesso central dividem o campo em blocos, compostos pelos que Cuny chama de *wards*, por sua vez divididos em espaços femininos e masculinos, com características peculiares. (**fig. 44**) O número de unidades por cada *ward*, ou *cluster*, é flexível, e as unidades habitacionais podem ser facilmente modificadas e adaptadas a uma função diferente, de modo que seja sempre possível criar um novo espaço comum de escala intermédia, com funções semi-públicas; aliás, o espaço dentro de cada corte é projetado para promover a sociabilidade e suportar os meios de subsistência, com áreas específicas para manter gado ou criar novas oficinas. O campo está bem localizado no contexto e é proporcional por densidade e tamanho às comunidades locais; além disso, o clima e o microclima são considerados em três níveis diferentes, em termos de resistência do vento de cada abrigo, ventilação dentro dos *clusters* e cálculo dos ventos predominantes no campo como um complexo, de modo a minimizar a exalações das sanitas. (**fig. 44**)

32 HARTKOPF, Volker e GOODSPEED, Charles, *Space Enclosure for Emergencies in Developing Countries*, Pittsburgh: Carnegie-Mellon University, 1975, pp. 2-3

Novamente, o acampamento foi construído inteiramente pelos futuros residentes, com o apoio de um programa de preparação técnica que mostrou à população como criar tijolos e telhas. Contudo, no texto não está claro qual seja a duração esperada para o campo e nunca é especificado se a existência da estrutura deve ser limitada à resposta pós-catastrófica ou se o campo deve servir de base para uma instalação permanente.

2.3.2 A primeira versão de *Handbook for Emergencies*

Os maiores desenvolvimentos subsequentes devem-se a uma série de catástrofes naturais no que Davis define o “pior ano desde 1927 para terremotos, com quinze principais desastres de mais de 7,5 na escala Richter”³³, o de 1978. A atenção e as doações internacionais foram catalisadas pela necessidade de responder rapidamente às necessidades das muitas vítimas de catástrofes naturais; pela natureza das emergências, muito pouco foi feito para modificar o efetivo *layout* dos campos, preferindo ao contrário o estudo dos abrigos em si, apesar de Davis continuar a insistir, já no relatório elaborado após o terramoto de Manágua, sobre a fraca eficácia da distribuição de materiais ou protótipos prefabricados, sistematicamente atrasados.³⁴ Nesta altura, surgiu mais e mais claramente a necessidade de produzir um documento que incluísse todas as diretrizes a serem seguidas na resposta de emergência, ainda inexistente, o que constituía um dos principais objetivos do ACNUR desde meados da década de 70, na plena consciência de que as operações de campo nem sempre atingiam padrões aceitáveis e que era necessário preparar uma resposta para eventos futuros.

Em março de 1980, um seminário em Bangucoque intitulado *Seminar on Improving UNHCR Responses to Emergencies*, patrocinado pelo ACNUR, forneceu uma série de pistas de reflexão que levaram à criação de um novo manual; o objetivo principal era o melhoramento da capacidade de resposta do ACNUR através da criação de uma coleção de padrões mínimos a aplicar globalmente: foi produzido o rascunho do que se tornaria a primeira versão do *Handbook for Emergencies*.³⁵

O primeiro documento foi elaborado por Cuny e INTERTECT como relatório técnico sobre algumas operações de campo, mas vai muito além disso, marcando a importância de algumas reflexões gerais sobre a ação humanitária.

Em primeiro lugar, aponta como uma das funções mais importantes do ACNUR fosse desenvolver padrões uniformes para regular e gerir o fornecimento de cada um dos serviços ofereci-

33 DAVIS, Ian, *Shelter After Disaster*, Oxford: Oxford Polytechnic Press, 1978 (1st edition), p. xiii

34 DAVIS, Ian (1973) in KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 96-98

35 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 98-102

dos: estes devem refletir não apenas a quantidade mínima garantida, mas também a qualidade mínima dos serviços ou objetos entregues. Ele escreve:

“The determinant factor should not be the size, nor even the density, but rather whether the systems of the camp can adequately meet the needs of the residents. A camp must be planned as though it were a town, with considerations of the same factors”³⁶.

A teoria do “campo como uma cidade” é a parte fundadora da filosofia de Cuny, e pode ser detectada em todos os seus projetos; infelizmente, embora muitos dos aspectos do modelo atual sejam baseados nos seus estudos, esta é a parte mais negligenciada.

O rascunho do *Handbook* começou a circular em 1981, antecipando o lançamento da versão oficial, que ia ser difundida globalmente no ano seguinte, com poucas mudanças: o manual chegou não só às diversas seções do ACNUR, mas também às numerosas organizações humanitárias das quais a ONU organiza e administra a acção.

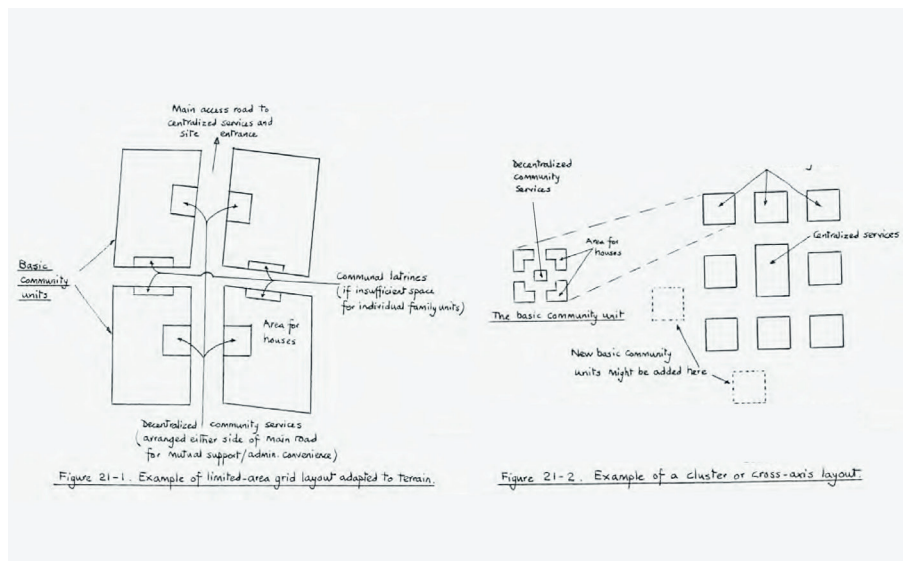
Assim como na versão mais recente, um único capítulo no documento, *Site Selection, Planning and Shelter*, cujo título permanece inalterado até hoje, preocupa-se em fornecer informações sobre o planeamento efetivo de um campo de refugiados, especificando os critérios que devem prevalecer no estabelecimento e construção de estruturas.

A ênfase é colocada sobre o facto de que o design de cada campo tem que refletir as estruturas comunitárias dos próprios refugiados e, embora não seja mencionada a declaração anterior de Cuny de que cada campo deveria ser projetado como uma cidade, várias vezes ao longo do capítulo destaca-se o facto de que a duração da existência do campo geralmente se estende muito além do que é estimado e que os designers devem considerá-lo, identificando possíveis expansões futura e considerando que as estruturas dentro dos campos devem ser flexíveis o suficiente para adaptar a sua função durante a existência prolongada do campo.

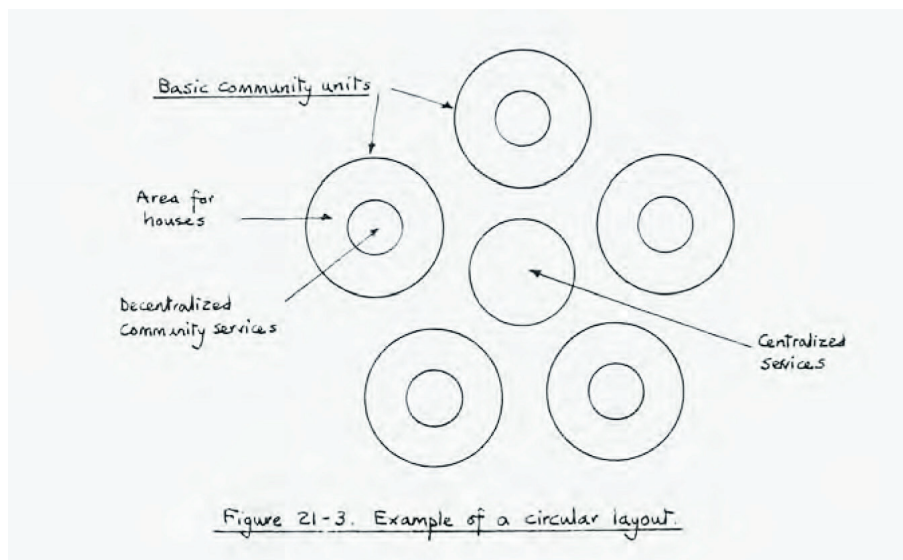
O capítulo contém seis diretivas numéricas específicas que definem o espaço necessário por pessoa, o intervalo entre as linhas de fogo, a distância entre habitações e sanitas e reservas de água e o número destes por pessoa; qualquer escolha é justificada ao se referir às diretrizes da Organização Mundial da Saúde. Neste contexto, pela primeira vez são mencionadas as duas diretrizes numéricas que ainda são parte integrante nas políticas sobre a construção dos campos: o espaço total necessário para cada pessoa foi fixado a 40 m² e a quantidade de água potável diária às 15 litro por pessoa; mesmo neste caso, ambos os padrões são atribuídos à OMS.

O conceito de *community module* é finalmente introduzido nos documentos oficiais, extraídos das teorias e trabalhos de Cuny e Intertect; isso é também apresentados graficamente através

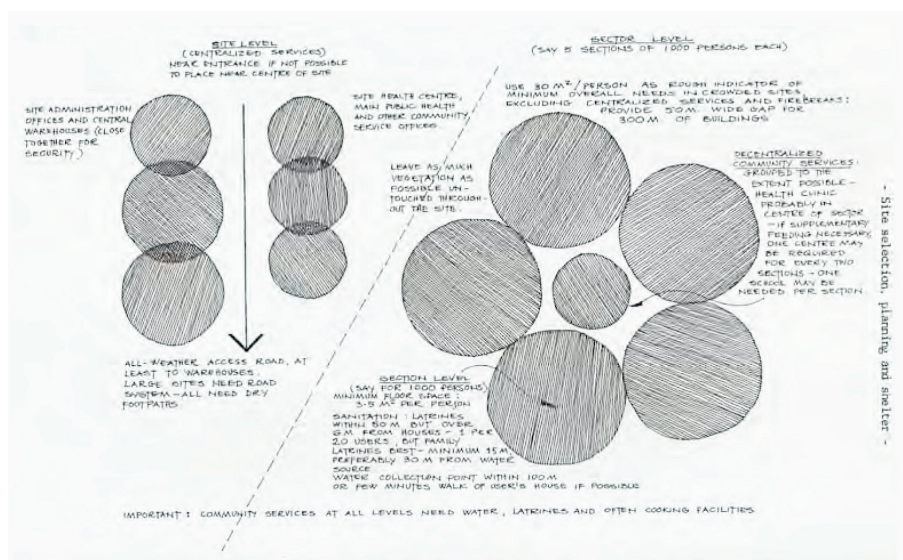
36 CUNY, Frederick, citado em KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 102



45.



46.



47.

de um diagrama estilizado. Os dois esquemas apresentados por Cuny no esboço preparatório (fig. 45 e 46) são resumidos num único desenho, acompanhado por um texto explicativo (fig. 47). Nestes, o modelo de campo proposto consiste essencialmente em módulos residenciais com a adição de um espaço suplementar, geralmente localizado no centro do assentamento ou perto da entrada, onde estão concentradas as funções administrativas, de coordenação e de registro, bem como as instalações médicas e os armazéns.

As comunidades são descritas como parte de uma abordagem descentralizada, onde cada uma pode ser considerada como uma unidade semi-autônoma, fornecida de serviços básicos e essencialmente independente das outras.

Uma vez que nem as imagens nem os textos relacionados se referem a uma situação específica, mas sim tentam fornecer diretivas sobre possíveis *layouts* em resposta a situações hipotéticas, muitos aspectos necessariamente não são aprofundados; por exemplo, muitas vezes é recomendado considerar a estrutura social dos refugiados, bem como o clima e a topografia do território, para considerar antecipadamente as possibilidades de deslocamentos futuros; coloca-se grande ênfase na importância de planejar estruturas com grande flexibilidade e habilidades de adaptação; pelo mesmo motivo, os desenhos não inserem a posição das habitações individuais, deixando a possibilidade de maior adesão às estruturas do território ou às necessidades do caso particular.

Como resultado, no entanto, gera-se aqui uma abordagem que é mantida até a última edição do documento: nem o texto nem os gráficos referem-se a como essas diretivas podem efetivamente ser aplicadas. Esta decisão marca o início de uma tendência, reforçada nos anos seguintes, para preferir diretivas universalistas, que possam ser aplicadas em todos os lugares, em flagrante contraste com o estudo minucioso dos vários contextos específicos que é tão sublinhado no texto.

2.3.3 “Host fatigue” e manuais universais

Recordando o que se referiu no ponto 2.1.1 deste texto, no final da década de 70, foram tomadas várias ações no âmbito da estratégia *aid-and-development* que, embora incerto o objetivo de longo prazo, visava criar estruturas e projetos económicos que pudessem servir tanto as populações de refugiados como as comunidades de acolhimento, gerando efeitos benéficos em ambos os lados.

Os resultados foram limitados em termos de expectativas especialmente porque, além dos motivos já declarados e uma sempre presente falta de fundos, não havia um objetivo comum entre os atores envolvidos.³⁷

³⁷ CRISP, Jeff, *Mind the Gap! UNHCR, humanitarian assistance and the development process*, in “New Issues in Refugee Research”, working paper n.43, 2001, p. 4

Crisp salienta como, enquanto a comunidade de doadores internacionais insistia para os fundos serem utilizados para financiar soluções duradouras, facilitando a integração dos refugiados na população local, com o rápido declínio no número total de refugiados como objetivo principal, por outro lado os governos dos países anfitriões tinham pouco interesse em conceder direitos civis aos refugiados, garantindo em todos os aspectos igualdade em relação aos nacionais do ponto de vista social, político e económico.

Além disso, em 1985, apenas um ano após a ICARA II, a conferência onde foi apresentado o maior número de projetos *aid and development*, uma série de secas e fome dizimou a população rural africana, causando fluxos migratórios maciços: no momento em que os parceiros económicos preparavam-se para subsidiar projetos que garantiriam resultados a longo prazo, encontraram-se a enfrentar uma emergência de larga escala que exigiria o uso de todos os recursos disponíveis.

Com a amplitude do fenómeno em rápido crescimento e, acima de tudo, com a crescente conscientização do prolongamento da existência de campos só nominalmente temporários, os países anfitriões começaram a desenvolver o que seria após chamado *host fatigue* e mostraram-se cada vez menos inclinados a aceitar que os refugiados se estabelecessem permanentemente, insistindo que os acampamentos e os seus habitantes fossem mantidos o mais longe possível das comunidades locais. O ato de isolar os campos, além de se apresentar em pleno contraste com as diretivas do ACNUR, presumivelmente só pode agravar qualquer problema relacionado com a presença dos assentamentos, sem aliás ter alguma influência na própria duração dos campos.

Como já se referia, não existe uma lei que obrigue um estado a aceitar um fluxo de refugiados, e todas as ações do ACNUR são resultado dos acordos individuais alcançados durante as negociações entre as organizações humanitárias e os governos envolvidos. Em resposta às pressões, o ACNUR iniciou um exaustivo trabalho de revisão das suas políticas, com consequências que tiveram grande impacto; assim, foi introduzida pela primeira vez a ideia da repatriação, possivelmente de forma rápida e voluntária, como a principal e mais desejável solução para o problema dos refugiados.

Durante várias revisões do *Handbook for Emergencies* foram eliminados todos os elementos que podiam sugerir a vontade de transformar os assentamentos em algo mais permanente, num processo que levou, na versão de 1998, à eliminação no texto de todas as palavras que podiam aludir ao uso de longo prazo, substituindo “*houses*” por “abrigo” e “*streets*” e “*villages*” com outros termos que sugerissem um carácter temporário.³⁸

De acordo com o referido por Kennedy, em 1987 o UNHCR divulgou internamente um dos

38 KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugee Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007, p. 114

últimos *layout* de campo acompanhado por gráficos, um meio que foi progressivamente eliminado de todos os manuais.³⁹

O modelo apresentado, desenhado por Kent Hardin, foi utilizado nos dez anos seguintes para treinar os executivos do ACNUR e o número crescente de organizações envolvidas, mas a abordagem que sugere é complexa e, em parte, contraditória.

De facto, o texto começa afirmando que os campos devem ser tratados como assentamentos permanentes (embora especificando que isso não implica qualquer desejo de instalar os refugiados de forma estável) de modo de dar uma resposta pertinente a um problema que poderia levar anos, senão décadas, a se resolver; na prática, no entanto, o design apresentado reflete muito pouco essas intenções.

O módulo no qual o campo se baseia, concebido como modelo universal, é mais uma vez o *cluster*, mas conceitualmente muito diferente do que Cuny propôs quase 15 anos antes: com as unidades de habitação rigidamente fixas por número e disposição, e com a área interior consideravelmente reduzida, as cortes aproximam-se muito mais da grelha militar do início do século de que dos assentamentos com qualidade e recursos urbanos promovidos pela Intertect (**fig. 48**). A grande racionalidade do plano é conseguida sacrificando qualquer tipo de flexibilidade que permita às populações de refugiados adaptarem o *layout* às suas estruturas sociais; o espaço é determinado ao detalhe em sua função, ao ponto em que resulta impossível para os futuros habitantes (de cultura, nacionalidade e etnia ainda desconhecida) escolher a posição do seu abrigo. A sequência na imagem (**fig. 49**), que mostra o modelo a seguir ao melhorar um campo, é uma representação clara desta estratégia.

Em defesa do *layout* de Hardin é preciso especificar que a escala do campo proposto é exponencialmente maior daquela dos campos projetados para acomodar as comunidades nicaraguenses, superando-os em tamanho pelo menos 16 vezes.⁴⁰

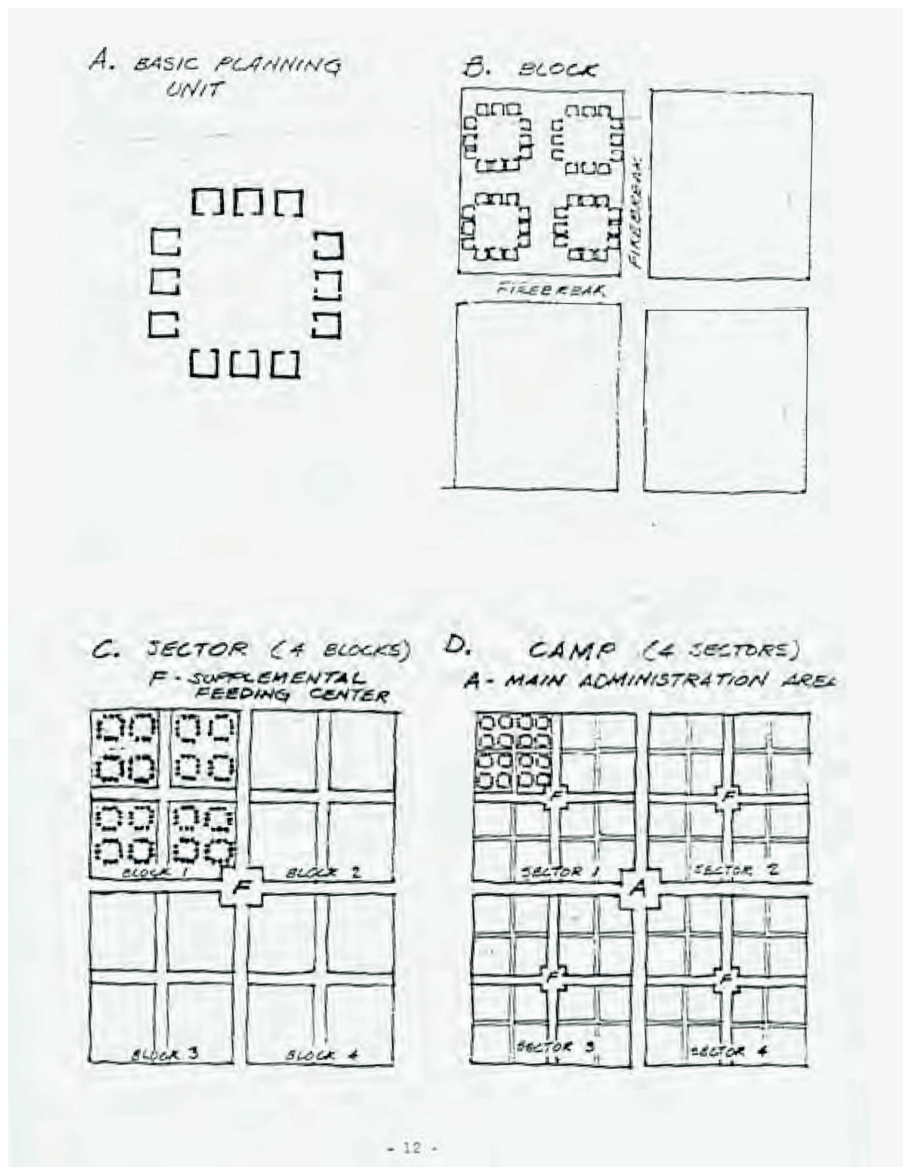
Mas se os assentamentos agora precisam de acomodar em média entre 15.000 e 18.000 pessoas, em cerca de 3072 casas⁴¹, não é ainda mais urgente pensar nos campos como cidades, considerando o impacto muito maior nas comunidades locais?

No final da década de 80, começou a difundir-se uma visão cada vez mais crítica da natureza dos campos de refugiados, profundamente enraizada no mundo académico: o próprio valor dos campos como resposta de emergência foi questionada e os estudiosos trouxeram exemplos, de resto legítimos, da violação de alguns dos direitos humanos fundamentais, bem como das consequências negativas pela saúde física e mental causadas pela própria natureza da vida

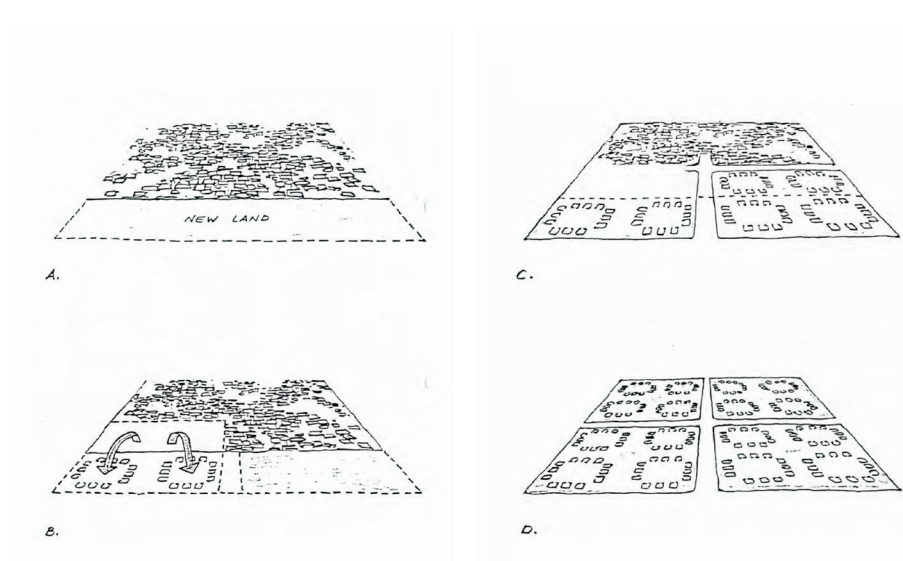
39 *Ibidem*, pp. 106-110

40 *Ibidem*, p.111

41 *Ivi*



48.



49.

nos campos.

O mais influente destas críticas é, sem dúvida, aquela incluída no livro *Imposing aid*⁴² de Barbara Harrel-Bond, publicado em 1986: o estudo dos refugiados ugandeses no Sudão é o pretexto para expressar uma forte acusação das políticas assistenciais das associações humanitárias, culpada de tratar os refugiados como “vazios recipientes de ajuda”, criando um mecanismo de dependência impossível de dismantelar.

Embora alguns autores, incluindo Crisp⁴³, continuaram durante a década de 90 a argumentar que os campos não deveriam ser totalmente condenados, mas sim o bom desempenho das operações de assistência dependia em grande parte das diferentes circunstâncias e especialmente do design dos próprios campos, O ACNUR, após as pressões do mundo académico e dos governos de acolhimento, completou o processo de revisão dos manuais, o que levou à publicação de uma nova versão do Handbook for Emergencies.⁴⁴

O novo documento mantém o capítulo *Site Selection, Planning and Shelter*, introduzido por um parágrafo que especifica que “os campos de refugiados normalmente devem ser considerados um último recurso.”⁴⁵

Devido à necessidade urgente de considerar a situação do grande número de refugiados localizados fora dos campos, até agora nunca mencionados nos manuais, foram adicionadas algumas alternativas nas seções intituladas *Dispersed Settlement* e *Mass Shelter: Public Building and Community Facilities*.⁴⁶ Os parágrafos introduzidos não vão muito além da descrição dos novos tipos de assentamentos considerados, cujo nome é bastante explícito, e algumas indicações gerais relativamente óbvias. No entanto, é importante ressaltar que, pela primeira vez, os textos ultrapassaram a associação refugiados/campo, preparando o caminho para novas alternativas.

A principal mudança na transição da edição de 1981 para a edição de 1998 é a eliminação completa de qualquer referência gráfica no texto, em oposição ao aumento exponencial de padrões e tabelas numéricas, tanto neste capítulo como nos outros.

No entanto, o expressar das diretivas através da quantificação de padrões mínimos tira a aqueles que trabalharão no campo a possibilidade de tomar decisões incisivas, assim como aos refugiados. Esta tendência é em parte devida ao facto de que, na década de 90, o crescimento considerável dos programas de assistência humanitária em termos de financiamento, atores e populações beneficiárias exigiu o estabelecimento de programas para avaliar o trabalho de

42 HARREL-BOND, Barbara, *Imposing Aid: Emergency Assistance to Refugees*, Oxford: Oxford University Press, 1986

43 CRISP, Jeff e JACOBSEN, Karen, *Refugee camps reconsidered* in Forced Migration Review, n. 3, Oxford: Refugee Studies Programme, 1998, p. 27-30

44 UNHCR, *Handbook for Emergencies*, Genebra: UNHCR, 1998 (II edizione)

45 *Ibidem*, p. 134

46 *Ibidem*, p. 135

campo, a fim de melhorar a resposta à emergência e racionalizar todo o sistema, tanto quanto possível.

Alguns anos após a segunda edição do *Handbook*, em 2004, foi publicada a primeira edição da *Humanitarian Charter and Minimum Standards in Disaster Response*⁴⁷, um texto extremamente representativo de seu tempo. *The Sphere Project*, a que se deve a publicação do volume, foi fundado em 1997 pela política comum de um grande número de associações humanitárias.

No site oficial, na descrição, pode-se ler:

“The Sphere Project is a voluntary initiative that brings a wide range of humanitarian agencies together around a common aim - to improve the quality of humanitarian assistance and the accountability of humanitarian actors to their constituents, donors and affected populations.”⁴⁸

Para o grande número de signatários, incluindo as IFRC, e pela grande visibilidade obtida em consequência, o *Minimum Standards*, como comumente indicado, tornou-se rapidamente um dos manuais mais conhecidos na história da resposta de emergência, ao ponto de ser comparado, por relevância, ao *Handbook for Emergencies*.

Conforme evidenciado pelo título, o texto é composto por dois documentos, a *Carta Humanitária*, que aborda os princípios da missão, o primeiro dos quais é garantir “o direito à vida com dignidade”⁴⁹ e os *Standard Mínimos*, uma série de parâmetros chamados a estabelecer os padrões mínimos na resposta de emergência; é legítimo interrogar-se, no entanto, como seja possível garantir uma vida digna quando o objetivo declarado é oferecer o mínimo necessário para a sobrevivência.

Cada capítulo é baseado em informações compiladas por diferentes organizações especializadas no assunto e, talvez previsivelmente, os tópicos mais proeminentes no texto são de natureza médica.

O capítulo intitulado *Minimum Standards in Shelter, Settlement and Non-Food Items*⁵⁰ inicia-se por recordar os princípios promovidos pelas organizações signatárias, como ocorre sistematicamente em todo o texto. O trecho inicial serve como um bom exemplo para ilustrar o estilo e o caráter do documento:

“Everyone has the right to adequate housing. This right is recognised in international legal instruments and includes the right to live in security, peace and dignity, and with security of tenure. Key aspects of the right to housing include the availability of services, facilities, materials and infrastructure; affordability; habitability; accessibili-

47 The Sphere Project, *Humanitarian Charter and Minimum Standards in Disaster Response*, Genebra: Sphere, 2004

48 *The Sphere Project in brief*, su <http://www.sphereproject.org/about/> [consultado o il 16.06.2017]

49 The Sphere Project, *Humanitarian Charter and Minimum Standards in Disaster Response*, F: Sphere, 2004, p. 2

50 *ibidem*, p. 203

ty; location; and cultural appropriateness. The right to housing also extends to goods and services, such as sustainable access to natural and common resources; safe drinking water; energy for cooking, heating and lighting; sanitation and washing facilities; means of food storage; refuse disposal; site drainage; and emergency services. People should have adequate space and protection from cold, damp, heat, rain, wind or other threats to health, structural hazards and disease vectors.”⁵¹

A hipótese de construir campos para acomodar os refugiados é apresentada como terceira opção e é a única na qual são mencionadas as possíveis consequências negativas. As diretrizes são fornecidas no mesmo estilo da introdução, um pouco imperativo, e os dados numéricos são inseridos discursivamente dentro do texto. Por exemplo:

“The planning guideline of 45m² per person includes household plots and the area necessary for roads, footpaths, educational facilities, sanitation, firebreaks, administration, water storage, distribution areas, markets and storage, plus limited kitchen gardens for individual households.”⁵²

É assente qualquer pretensão de fornecer novas orientações sobre o *layout* a seguir no planejamento de um campo de refugiados, e os poucos conceitos presentes refletem a estrutura dos campos já propostas em outros textos: uma hierarquia de componentes a partir da casa única, a comunidade, ao bloco, seguindo a urgente necessidade de garantir a saúde pública e a segurança, de isolar o campo do território circundante e de atribuir uma função específica a todos os espaços.

No parágrafo *Cluster Planning*⁵³ faz-se referência à disposição espacial proposta para as comunidades: é ainda reconhecível a abordagem dada pelas teorias de Cuny, entretanto já desaparecido na Chechénia, em 1995. No entanto, a falta de uma contextualização teórica esvazia o conceito de qualquer ideologia e, sem saber da existência do precedente, seria impossível encontrá-lo:

“For collective settlements, the allocation of space within mass shelters and plots within temporary planned camps should be guided by existing social practices and the provision and maintenance of shared resources (...). The plot layout in temporary planned camps should maintain the privacy and dignity of separate households by offsetting door openings and ensuring that each household shelter opens onto common space.”⁵⁴

Minimum standard não é um texto arquitectónico e não pode aspirar sê-lo: a sua própria preten-

51 *ibidem*, p. 207

52 *ibidem*, p. 217

53 *ibidem*, p. 216

54 *ivi*

são de universalidade impede que possa ser usado como um livro de referência no design de campos. Fornecer padrões mínimos para garantir necessidades universais, o principal objetivo do documento, significa lidar com necessidades puramente biológicas, um critério que se aplica melhor no campo médico do que no planeamento arquitectónico e urbano.

De facto, uma das principais críticas ao texto é, por exemplo, nunca considerar a dimensão temporal: todas as decisões tomadas destinam-se a garantir o alívio máximo possível no imediato, negligenciando qualquer previsão de longo prazo.

O mérito e a inovação maior do *Minimum Standards* foi criar um texto que sirva de base comum para todas as organizações envolvidas na assistência humanitária, de modo a aplicar universalmente os mesmos padrões e princípios: face à crescente hostilidade de governos e comunidades anfitriãs, fornece às organizações humanitárias uma ferramenta válida para traçar uma linha clara que não pode ser superada durante as negociações.

Este texto conclui um debate iniciado em 1980, nas primeiras conferências para definir as diretrizes do ACNUR em relação ao equilíbrio entre aplicabilidade e adaptabilidade: juntamente com a versão mais recente do *Handbook for Emergencies, Minimum Standard* aponta firmemente para a aplicabilidade universal.

2.4 DESENVOLVIMENTOS RECENTES

2.4.1 Estratégias urbanas

O processo público de demonização dos campos continua até hoje, alimentado por reportagens jornalísticas e fotográficas que assumem os refugiados como símbolo universal do sofrimento. Os principais textos institucionais, *Handbook for Emergencies*, *Minimum Standard* e *Shelter After Disaster*, não sofreram mudanças substanciais nas edições seguintes do que foi relatado, e ainda se mantém o aviso de recorrer à construção de campos de refugiados apenas em última instância, sem aprofundar ainda mais o argumento.⁵⁵

Porém, nos últimos anos o debate continuou dentro dos centros de pesquisa e foram publicados diversos textos que abordam o tema de forma inovadora, mostrando como as premissas e os conceitos estabelecidos até agora não têm que ser imutáveis, mas, pelo contrário, assumi-los de forma acrítica pode dificultar o desenvolvimento de novas pesquisas.

A este respeito, destaca-se o pensamento de Roger Zetter, fundador do *Journal of Refugee Studies* e diretor do *Refugee Studies Centre*, que, com os seus estudos, contribuiu para inovar os estudos contemporâneos sobre a assistência humanitária aos refugiados. O mesmo, no texto “*Shelter Provision and Settlement Policies for Refugees*”⁵⁶, dá voz à exigência de considerar os campos como uma ferramenta e não como um mero objeto cuja função é resolvida na própria existência.

O documento não contém nenhum elemento gráfico que sirva como exemplo de *layouts* para campos, sublinhando a firme contrariedade do autor aos modelos universalistas; pelo contrário, o trabalho foca-se na revisão das estratégias e políticas numa maior escala, de forma extremamente completa e pertinente. O parágrafo dedicado a “*The current state of the shelter research*” inicia-se com uma crítica na abordagem contemporânea:

“There is now a considerable body of literature for this sector (...). However, in comparison with other critical sectors of refugee assistance -for example, nutrition, protection, resettlement- and despite the fact that refugee camps and settlements are the focal point of most refugee assistance, the literature is much less well documented, lack coherence and is widely diffused. (...) Lacking an institutional memory, the knowledge and experiences gained from previous responses are inadequately transferred to new refugee crises; the scope for imaginative new options remain unexplored.”⁵⁷

Em termos de princípios gerais, a teoria de Zetter reflete amplamente as melhores práticas

55 No entanto, abriu-se recentemente o processo público de revisão do *Minimum Standard* e a nova versão será publicada em 2018.

56 ZETTER, Roger, *Shelter Provision and Settlement Policies for Refugees: A state of the art review*, Stocolma: Nordiska Afrikainstitutet, 1995 (2003).

57 *Ibidem*, p. 35

propostas por Cuny e Davis duas décadas antes, mas com a peculiaridade de escrever, neste caso, apenas para aqueles incluídos na definição jurídica internacional de refugiados, sem considerar, por exemplo, as pessoas deslocadas dentro das fronteiras nacionais.

Ao tomar uma parte clara no eterno dilema entre socorro e desenvolvimento, Zetter insiste na importância de estabelecer uma conexão, já nas operações de assistência inicial, com soluções que possam trazer benefícios a longo prazo, finalmente concretizando as “soluções duradouras” já nomeadas por outros textos mas até agora desprovidas de um contexto concreto; por exemplo, estabelecendo conexões comerciais entre hospedes e refugiados, proporcionando espaços de trabalho e áreas para atividades geradoras de rendimentos.

Em primeiro lugar, Zetter enfatiza a insensatez da falta de cooperação entre aqueles que trabalham na assistência humanitária e aqueles que lidam com os programas de habitação nas condições de rápida urbanização dos países em desenvolvimento. As operações de assistência, argumenta, devem ser planeadas em termos de custos e benefícios, considerando todos os atores em jogo - refugiados, comunidades de acolhimento, doadores, ONGs e governos- considerando campos e assentamentos como um grande sistema territorial, a partir de uma perspectiva macro-econômica.

Devem existir intercâmbios e contatos bem estruturados entre as populações locais e os refugiados, do ponto de vista social, espacial e econômico. Somente através de um estudo aprofundado do contexto local pode ser articulada uma resposta concreta para que todo o sistema funcione em equilíbrio. O autor enfatiza mais uma vez a importância de contextualizar cada estratégia, não só referindo-se às estruturas sociais e culturais dos refugiados, mas também recorrendo às suas habilidades e conhecimentos técnicos, envolvendo-os em todas as etapas, da emergência em diante.⁵⁸

Entre os outros méritos de Zetter, ainda, há a insistência sobre o uso de um novo vocabulário, embora embrionário, com a vontade de criar uma terminologia específica; o uso enfático da palavra *transicional* em todo o documento, indicando a transição entre a fase de emergência e a duradoura, constitui um marco na literatura do âmbito e será retomada e aprofundada, juntamente com muitas das teses contidas no texto, em importantes publicações sucessivas de outras organizações independentes, marcando um ponto de viragem na história da resposta de emergência.

2.4.2 “Transitional Settlement: Displaced Populations”

Em 1997, alguns anos após a publicação do texto de Zetter, um grupo de investigadores da Universidade de Cambridge lançou um projeto sob o nome *Shelterproject*, com o objetivo final

⁵⁸ *Ibidem*, p. 103-111

de investigar as melhores práticas em refugiados e assentamentos na resposta de emergência. O livro derivado do projeto, publicado em 2005 com o título “*Transitional Settlement: Displaced Population*”⁵⁹, representa até hoje a melhor tentativa de pôr em prática os princípios promovidos por Cuny, Zetter e muitos outros, combinando-os com padrões mínimos imposto por Sphere e ACNUR. O termo *transitional*, presente no texto como no título, marca a vontade de libertar a resposta de emergência do alívio imediato a fim de estruturar, ao contrário, uma resposta articulada no tempo, num processo contínuo:

“The term ‘transitional settlement’ (TS) (...) means settlement and shelter resulting from conflict and natural disasters, ranging from emergency response to durable solutions. The word originates from an approach which extends beyond the traditional response, with its limited focus on the provision of planned camps. The new approach considers the wider impacts of settlement and the options for settlement, emphasising the need for a transition to durable settlement solutions and local development.”⁶⁰

Por conseguinte, um dos principais interesses do documento é o estudo das diferentes formas de subsistência das populações deslocadas, a forma de assegurar as condições pré-catastróficas quanto antes; o objetivo é limitar o máximo possível a dependência da assistência humanitária. O parágrafo *Livelihood*⁶¹, que aborda o assunto com uma profundidade sem precedentes nos manuais do âmbito, introduz a importância do assunto dentro do texto⁶², ao ponto de ser um dos principais critérios na escolha do local da instalação dos futuros campos.

O Capítulo III abre concretamente a parte dedicada às soluções de habitação que é, simbolicamente, denominada *Options*⁶³: as alternativas apresentadas são seis e mostram um estudo preciso da situação mundial e uma grande adesão à realidade. Conforme antecipado no capítulo I deste texto, os campos formais acolhem apenas uma percentagem minoritária do número total dos refugiados, especialmente a seguir os grandes fluxos dos últimos anos; os campos são tipicamente escolhidos pelas camadas mais fracas da população como a última opção disponível: as opções informais são preferidas por todas as pessoas que conseguem permitir-se-as.

De facto, a apresentação de diferentes alternativas, incluindo aquelas informais e dispersas, marca uma perda angular na história da resposta à emergência, especialmente dada a importância ideológica do campo na definição imaginativa do status de refugiado; o direito à ajuda humanitária parece ter sido, até agora, intrinsecamente ligado à renúncia deliberada de alguns

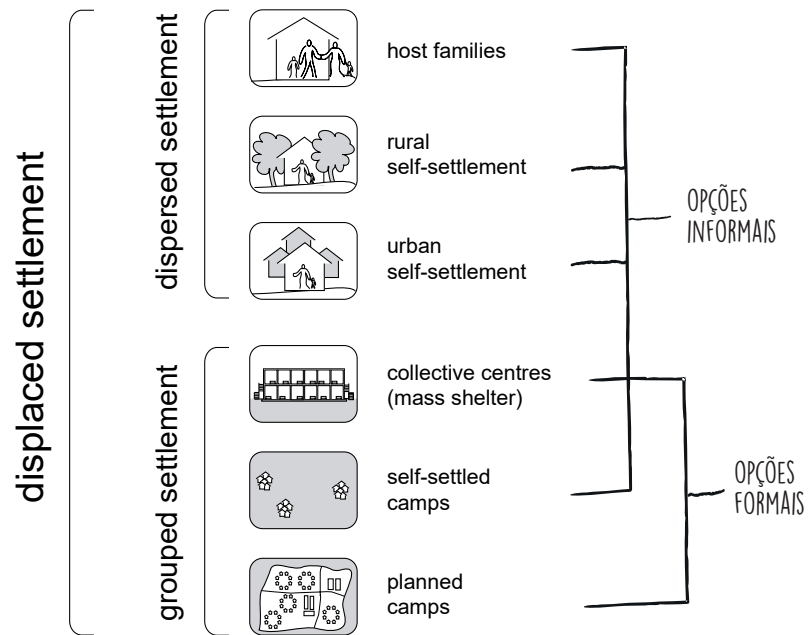
59 CORSELLIS, Tom e VITALE, Antonella, *Transitional Settlements: Displaced Populations*, Oxford: Oxfam Books, 2005

60 *Ibidem*, p. 7

61 *Ibidem*, p. 31

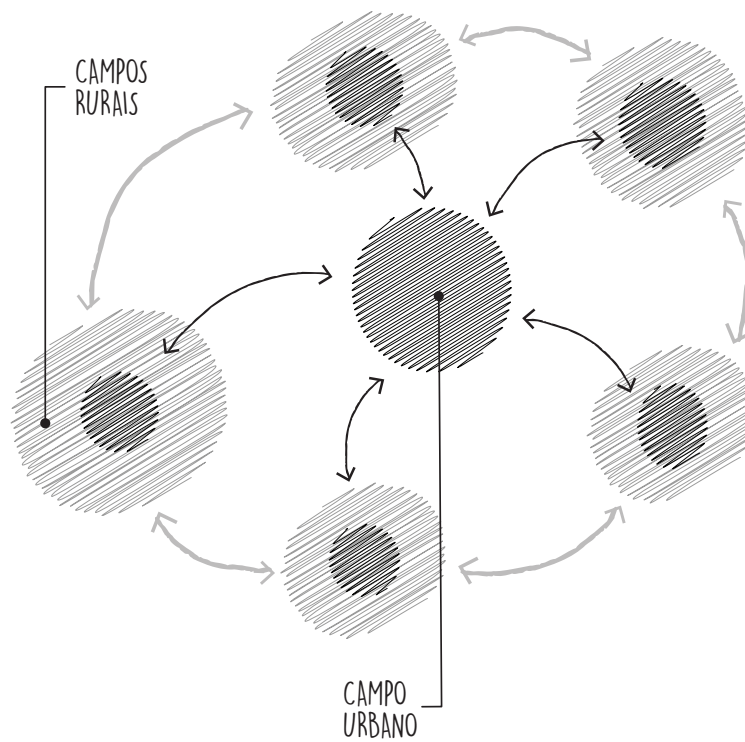
62 Por exemplo o inteiro Capítulo V, intitulado *Labour*, é dedicado ao estudo das opções para oferecer e gerir trabalho remunerado aos refugiados.

63 *Ibidem*, p. 66



50.

HIPÓTESE DE UM SISTEMA DE CAMPOS:



51.

direitos fundamentais em troca de uma assistência quase total.

Ao contrário, a seção inicia declarando a importância de oferecer uma ampla escolha de opções, decisão baseada numa estratégia específica que visa promover a auto-suficiência e a integração local:

“In choosing between options, displaced families and groups can make best use of their own coping strategies for livelihoods, community development, and security. The more the displaced families can do for themselves, the less they are dependent on external support – and the more support can be made available to other families and for other humanitarian activities.”⁶⁴

As opções são divididas em dois macrogrupos, consoante se trate de soluções dispersas ou agrupadas, com três subcategorias cada; a importância dada à informalidade é tal que, das seis opções consideradas, apenas duas são assentamentos formais. (fig. 50)

Em pouco menos de 100 páginas (ainda mais significativo em comparação com o total de 12 páginas dedicadas ao abrigo por *Minimum standard* ou as 24 do *Handbook*) são ilustrados em detalhe os melhores procedimentos a serem implementados por cada caso, dentro das 8 fases em que está subdividida a resposta à emergência, desde aquela pré-catástrofe até as soluções duradouras

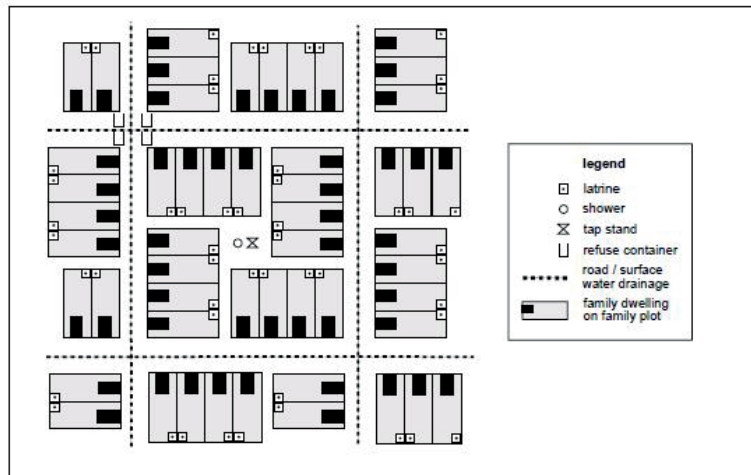
A análise, apesar do facto da seção sobre os campos planeados ser precedida de uma série de recomendações, não mostra uma categoria que seja preferível às outras, mas de cada uma são apresentados aspectos positivos e negativos, bem como o caudal: é reiterado que muitos dos refugiados tendem a instalar-se de forma dispersa bem antes (ou independentemente) da chegada da ajuda internacional; fornecer assistência nestes casos, bem como ser um direito universal, também beneficiaria as comunidades locais. Aliás, a partir de soluções dispersas é muito mais provável que surja uma situação duradoura, mas o processo de distribuição e monitorização dos bens é complexo e muitas vezes demasiado impreciso. Ao contrário, as soluções agrupadas, por sua própria natureza, são facilmente controláveis e, acima de tudo, mais presentes aos olhos dos meios de comunicação e da comunidade de doadores, tornando o processo de financiamento mais fácil.

O capítulo XVIII, *Transit and Camps*⁶⁵, aborda cada um dos aspectos cruciais do planeamento e gestão de um campo; abre-se, como antecipado, com algumas recomendações sobre a escolha de configurar um campo formal, especificando no entanto como, em muitos casos, seja a única opção plausível: por exemplo, quando a população deslocada excede o número local (caso extremamente frequente) a integração dispersa não é uma solução viável.

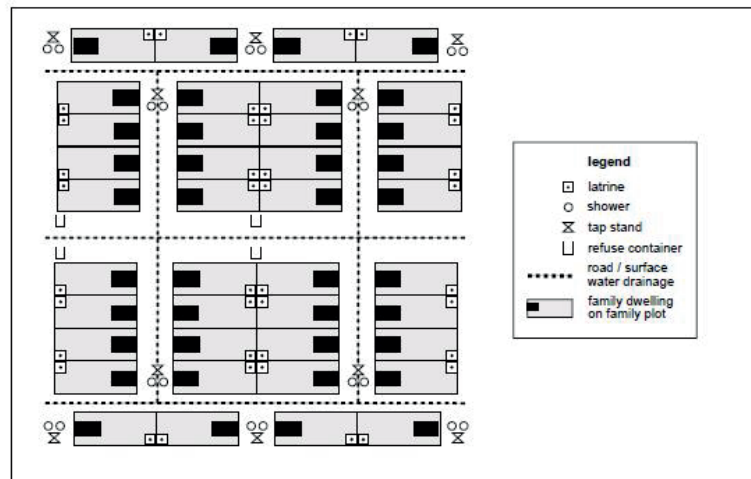
A seção dedicada à seleção do local de instalação está entre as mais detalhadas e estabelece, entre outras coisas, que os campos devem ser projetados numa fase anterior à catástrofe, quando

64 *Ibidem*, p. 67

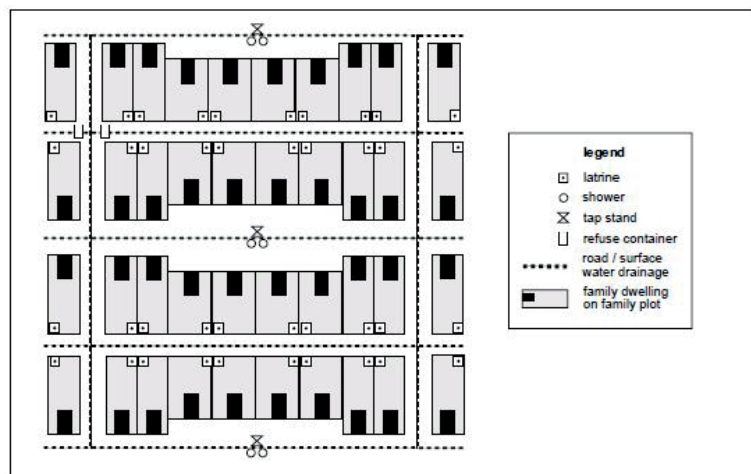
65 *Ibidem*, p. 348



52.



53.



54.

esta se anuncia iminente, a *contingency phase*.

Antes do planeamento de um sistema de campos é necessária uma análise preliminar sobre as populações e os territórios em questão, considerando os recursos naturais presentes e os tipos de pessoas em trânsito: uma população de agricultores e criadores, por exemplo, precisará de estruturas diferentes em comparação uma população de proveniência urbana. O modelo mais desejável para um sistema territorial, portanto, é a união de diferentes tipos de campo, que pode ser complementaridade: um campo central de alta densidade cercado por assentamentos rurais com menos densidade. (fig. 51)

Este tipo de escolha é particularmente significativo porque, pela primeira vez num manual oficial, os refugiados são considerados de forma diferente das vítimas abstratas de uma catástrofe e, ao contrário, no texto concretiza-se a recomendação, também presente em outros manuais mas nunca aprofundada, de dar uma resposta concreta às necessidades várias dos diversos tipos de populações.

No que diz respeito ao próprio design do campo, neste caso também o *Transitional Settlements* baseia-se nos princípios introduzidos pela primeira vez por Cuny e Davis: são apresentados diferentes hipóteses, representadas graficamente, cujo objetivo é promover um “sentido de comunidade” e fornecer espaços para favorecer a interação na microescala.

O *cluster* perde a forma de um grande espaço central e reduz-se, a favor do crescimento do espaço privado de cada habitação, mas a sensação de privacidade é mantida orientando a entrada principal das habitações para caminhos mais estreitos e privados. As várias opções ilustradas (fig. 52, 53 e 54) são acompanhadas por um texto que ilustra os principais aspectos positivos e negativos de cada escolha, principalmente com base nas várias relações espaciais que surgem entre latrinas, moradias e as duas hierarquias de rua.

Uma vez que não é mostrado como os padrões possam interagir uns com os outros, existe uma suposição implícita de que um *layout* único deve ser aplicado a todo o campo, revelando uma ligeira contradição comum em todo o texto: a promoção da diversidade, aplicada com excelentes resultados na macro-escala, não tem a mesma resposta para uma escala mais próxima. Embora o texto recomende não aplicar os *layouts* de forma aleatória, mas sim adaptá-los às diferentes circunstâncias topográficas, as variações no modelo proposto são devidas à subtração de um elemento residencial em vez de adicionar um novo tipo de espaço:

“Communities should be developed by building a pattern of (approximately) 16 family plots with basic service infrastructure such as latrines. This pattern should be sufficiently flexible to allow it to ‘wrap’ around topographic features: for example, by omitting individual plots to protect a large tree which provides good shade and protection from the wind.”⁶⁶

66 *Ibidem*, p. 388

Os elementos que contribuem para a definição do tecido urbano são moradias e ruas, que desenham o território através de um sistema binário de ausência ou presença: não há, em essência, a introdução de algum novo elemento para redefinir as hierarquias entre o espaço público e espaço privado.

2.3.3 Planear para reduzir os riscos

A assistência aos refugiados mudou drasticamente ao longo do tempo, sob a profunda influência dos eventos históricos e políticos com efeitos óbvios sobre as teorias e as práticas.

Devido ao crescente número de ações empreendidas pela agências humanitárias, inevitavelmente, as últimas tendências são aquelas em que se estabelecem parâmetros universais, de aplicação fácil e rápida em qualquer tipo de situação.

Entre as inovações recentes, deve-se salientar a atenção dirigida as alternativas aos campos, considerando, finalmente, também as soluções informais e dispersas; no entanto, embora isso deva ser considerado um progresso para a disciplina, também levou a uma maior demonização dos campos, que ainda mais do que antes são considerados como último recurso.

Isso produziu uma cristalização do modelo, que se mantém sempre igual a si mesmo, enquanto os estudos e realizações alcançados no campo teórico não encontram aplicação na prática; falta, pelo menos do ponto de vista institucional, não apenas um estudo crítico dos princípios aplicados, mas, acima de tudo, uma base válida de estudos que mostrem como implementar os princípios e padrões promovidos, assim como todos os tópicos que geralmente são tratados apenas de forma abstrata.

A este respeito, um dos poucos textos que abordam este tópico é o recente *Site Planning: Guide to Reduce the Risk of Gender-Based Violence*,⁶⁷ publicado on-line em 2016 e ainda em versão de avaliação; o texto é promovido pelo *Global Shelter Cluster* (GSC), um comitê permanente interinstitucional que tem o objetivo de coordenar as práticas de assistência.

Entre os vários méritos do breve manual, que são numerosos, há aquele de estabelecer, como se destaca do título, uma correlação clara e explícita entre as dinâmicas sociais dentro do campo e o seu *layout*: através de um bom planeamento espacial contribui-se muito para o bom funcionamento dos campos, reduzindo significativamente os riscos. O conceito pode parecer óbvio mas, talvez devido a isso, nunca é aprofundado nos manuais oficiais.

Por exemplo, uma parte integrante do livro é dedicada à análise dos riscos e consequências da localização dos serviços, sejam aqueles a nível comunitário, tais como latrinas e fontes de água, sejam as grandes instalações, como escolas e hospitais, bem como todas as atividades que vêm geralmente realizadas por mulheres e crianças: além da pura distância linear, pela primeira vez

67 KENNEDY, James por Global Shelter Cluster, *Site Planning: Guide to Reduce the Risk of Gender-Based Violence*, trial version, 2016

são considerados critérios como a velocidade e segurança da viagem.

Por exemplo, o mau posicionamento de uma fonte de água ou uma subdimensão do serviço tem um grande impacto social nos segmentos mais fracos de população: uma fila de horas à espera de água potável, um cenário extremamente frequente nos campos maiores, implica tirar tempo à escola ou as atividades que servem para o sustento familiar.⁶⁸

Na seção *Shelter Grouping Layout*⁶⁹, dedicada a disposição das habitações dentro do *cluster*, são apresentados vários modelos, muito diferentes uns dos outros: além do esquema em forma de U, proposto também no *Handbook*, é apresentado um esquema em forma quadrada e um que segue a estrada; além de ser a maior variedade oferecida até agora num manual, é particularmente significativo que, além dos prós e contras de cada escolha, também sejam indicadas as possíveis mudanças que o padrão seguirá ao longo do tempo.

Por exemplo, no *layout* que segue a forma quadrada, é nomeado o risco de uma excessiva apropriação do espaço interior por parte dos habitantes: a experiência direta do autor, que trabalhou nos campos Dadaab, serve de base para melhorar a resposta futura à emergência.

Além disso, o livro tem o mérito de reintroduzir imagens e diagramas como um acompanhamento constante ao texto, até usados para esclarecer conceitos abstratos; também estão presentes esquemas de escolha múltipla com o objetivo de facilitar as decisões daqueles que estarão trabalhando na prática, provavelmente sempre a relembra as dificuldades encontradas no trabalho de campo.

Como podemos constatar a partir desta análise, o processo de design dos campos é ainda hoje implementado; os objetivos da primeira abordagem, começada na década de 1970, mudaram ao modificar-se das condições: desde os pequenos assentamentos que visavam à integração no contexto local, com oficinas e até espaços recreativos, passou-se, junto com o enorme aumento de alcance das migrações, aos grandes campos fechados que conhecemos hoje, projetados para fornecer uma assistência quase total por um período de tempo limitado, pendente da repatriação.

Embora as políticas dos países de acolhimento tenham ficado progressivamente mais restritivas, isso não teria consequências diretas sobre a forma como o espaço interno dos campos está organizado, mas isso igualmente permaneceu praticamente inalterado durante décadas.

É uma abordagem generalizada, cuja consequência é a radicalização do conceito de campos de refugiados na imagem que temos agora: ao negligenciar o estudo de novos modelos teóricos, no entanto, torna-se cada vez mais difícil encontrar soluções inovadoras para os problemas, cada vez mais evidentes, daquele atual.

68 *Ibidem*, p. 20

69 *Ibidem*, pp. 23-29

3. PARA ALÉM DO MODELO

Onde são apresentados projetos e reflexões em resposta ao modelo internacional, de um ponto de vista formal e informal.

3.1 INOVAR A RESPOSTA DE EMERGÊNCIA

3.1.1 Construir sobre paradoxos

Apesar das numerosas críticas e avisos a este respeito, os campos continuam a ser a solução mais aplicada pelas agências humanitárias, principalmente porque são a melhor forma de acompanhar a entrega de ajudas.

Assim como se pode dizer que a sobrevivência dos refugiados, especialmente no caso dos campos fechados, depende quase que exclusivamente da ajuda humanitária, do mesmo modo, ironicamente, a sobrevivência de todo o sistema humanitário depende das doações internacionais.

É um sistema próximo da bancarrota, onde os doadores são cada vez menos propensos a financiar soluções que ultrapassem a duração da primeira fase de emergência.

A este respeito, o ACNUR aprofundou recentemente um dos conceitos frequentemente mencionado, mas até agora ainda sem uma aplicação concreta, ou seja aquele da *self-reliance*, entendida como autossuficiência, cuja definição aplicada no contexto da resposta humanitária é:

“The social and economic ability of an individual, a household or a community to meet essential needs (including protection, food, water, shelter, personal safety, health and education) in a sustainable manner and with dignity. Self-reliance, as a programme approach, refers to developing and strengthening livelihoods of persons of concern, and reducing their vulnerability and long-term reliance on humanitarian/ external assistance.”¹

O conceito assim expresso é extremamente positivo, especialmente porque enfatiza a necessidade de proteger os direitos e a dignidade humana; na prática, é claro, não é apenas um meio para garantir a emancipação dos refugiados, mas sim para obter “impactos reais e mensuráveis sobre os custos dos programas da agência”².

1 UNHCR, *Handbook on Self-Reliance*, Genebra: UNHCR, 2005, p.1

2 *Ibidem*, pp. 2-3

No fundo, a política de auto-suficiência do ACNUR funciona em seu próprio interesse.³

Embora formulado em termos de potenciais benefícios para os refugiados, o principal objetivo da política de auto-suficiência é inequivocamente a redução dos custos do programa de assistência, de acordo com a diminuição forçada do orçamento disponível. A adoção do programa, por conseguinte, não levou a nenhuma nova abordagem nas políticas de assistência, que continuam a ser baseadas em modelos anacrônicos e já muito criticados. Uma vez que os refugiados permanecem confinados em campos fechados, os efeitos são paradoxais: espera-se que eles exerçam direitos aos quais não têm pleno acesso para alcançar um grau de independência que não é exigido às populações locais no mesmo contexto, e isso sem ter acesso ao mínimo de recursos necessários.⁴

A *Self-reliance* é um conceito complexo e não é possível identificar fatores universais que levem ao sucesso ou falha; é inegável, no entanto, que existam alguns elementos que limitam a capacidade dos refugiados de prosseguir os seus meios de subsistência, essenciais para a autossuficiência.

Em primeiro lugar, é claro, isso está diretamente relacionado ao grau de liberdade e direitos concedidos pelos países anfitriões: a autossuficiência total é incompatível com campos fechados, onde a liberdade de circulação e as atividades económicas são limitadas. Além disso, os programas de autossuficiência propostos pelo ACNUR são muitas vezes anacrônicos e, previsivelmente, padronizados, com foco excessivo na agricultura.

A criação de assentamentos rurais onde os refugiados possam apoiar de forma independente suas próprias necessidades alimentares através da produção em pequena escala é uma estratégia aplicada desde a década de 1960; apesar da evidência esmagadora de que estes não produzem resultados que se possam aproximar de uma autossuficiência verdadeira e significativa, o ACNUR continua a implementar esses programas através das mesmas estratégias aplicadas no passado.⁵ O sucesso desta, no entanto, é fortemente dependente de certos fatores: por exemplo, a capacidade de produção do local de assentamento, em termos de tipo de solo e recursos disponíveis, é tão importante quanto o papel desempenhado pela agricultura nas culturas das específicas populações de refugiados.

A este respeito Herz refere a situação de Gondje, um campo no Chade, como exemplo de uma situação generalizada: graças ao grande espaço oferecido por uma nação escassamente povoada, as parcelas de terreno garantidas aos refugiados eram muito maiores do que as previstas pelos padrões mínimos, incluindo mais de 200 m² para cultivar vegetais e alcançar a

3 HUNTER, Meredith, *The Failure of Self-Reliance in Refugee Settlements*, in *Polis Journal*, vol. 2, 2007, p. 2

4 *Ibidem*, pp. 6-7

5 *Ibidem*, pp. 27-32

autossuficiência alimentar.⁶

Aquela que parece ser uma abordagem neutra e positiva a nível técnico não tem em conta as consequências sociais e políticas: parte dos refugiados, das regiões setentrionais da República Central Africana, era de proveniência urbana e, precedentemente, dedicavam-se ao artesanato ou à gestão de lojas; a outra metade, pelo contrário, era parte de uma tribo nómada chamada Buel, que baseava o seu sustento exclusivamente na criação de gado.

“They don’t like and don’t eat vegetables but are now made to grow vegetables. Through a specific act of planning and a simple design move, those village societies and nomads are being homogenized and turned into rural societies.”⁷

Em segundo lugar, mas também importante, a forma como os campos são concebidos e construídos tem uma influência fundamental nas possibilidades de estabelecer meios de subsistência funcionais.

Um grande impacto deve-se ao lugar de instalação, não só em termos de qualidade da terra para uso agrícola, como já mencionado, mas também porque um bom posicionamento determina positivamente quais são os tipos de recursos, serviços e meio ambiente que os refugiados terão à sua disposição. É evidente que as parcelas vagas, as únicas geralmente concedidas durante as negociações, permaneceram sem uso por algum motivo, muitas vezes porque a capacidade da terra está comprometida ou porque a infra-estrutura e os serviços da área são carentes.

Além disso, as estruturas dos campos simplesmente não são projetadas para suportar os meios de subsistência: nas diretrizes oficiais nunca se menciona qualquer espaço que possa ter outras funções além do puramente público ou exclusivamente residencial. Não são previstos espaços para oficinas ou laboratórios, assim como não são mencionadas áreas para lojas ou pequenas empresas, excluindo o único espaço de mercado garantido por mais de 20 mil habitantes.

As respostas atuais à crise dos refugiados estão a falhar; as estratégias de auto-suficiência têm o potencial de melhorar radicalmente os métodos de assistência, mas não seguindo o modelo atual. Para alcançar uma auto-suficiência significativa e real, para garantir pleno direito e respeito pela dignidade humana, o ACNUR precisa de mudar e de inovar as suas políticas.

3.1.2 Novos elementos

Nos parágrafos seguintes são apresentados dois casos de estudo, completamente diferentes entre si, com o objetivo de ilustrar elementos e abordagens inovadoras que possam gerar refle-

6 HERZ, Manuel, *Refugee Camps or Ideal Cities in Dust and Dirt*, 2010

7 *Ibidem*, p. 288

xões a serem aplicadas na resposta humanitária.

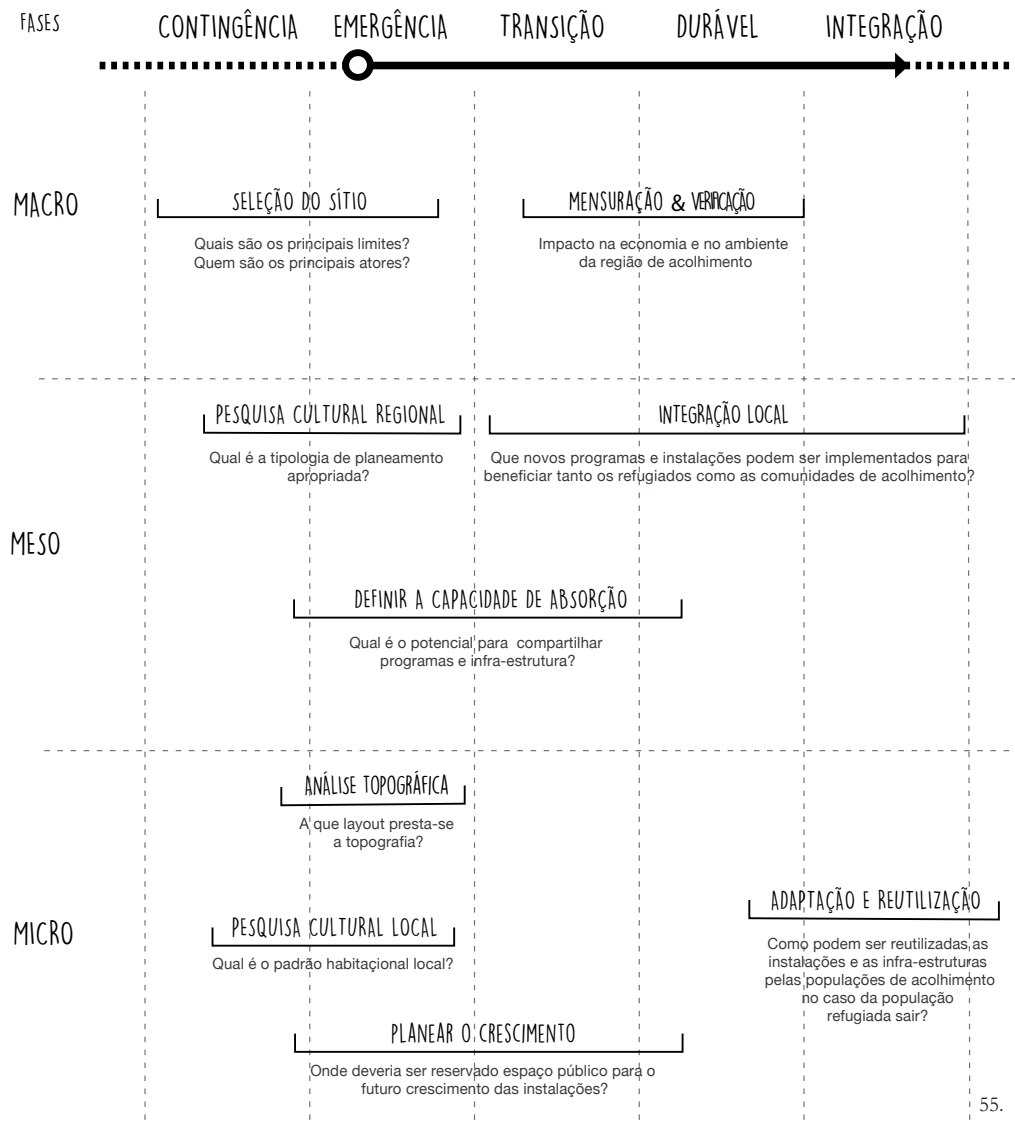
O primeiro caso, mais concreto, quer esclarecer o potencial da aplicação de novos programas e novas tecnologias na construção e no design dos campos de refugiados. Trata-se da análise de um *toolkit*; uma ferramenta criada por uma equipa de arquitetos que tem por base os sistemas informáticos mais atuais, com o objetivo de maximizar os efeitos positivos que um campo pode ter num território de acolhimento.

Além da própria ferramenta, de facto, é particularmente positivo que esta seja conjugada com uma sólida teoria, a qual contempla as estruturas construídas e fundos utilizados para refugiados como um recurso a fazer render ao máximo.

Obviamente, uma vez que muitos dos problemas e limitações para um desenvolvimento completo dos campos derivam diretamente das imposições dos governos anfitriões, o poder dessa ferramenta é forçadamente circunscrito; indubitavelmente, no entanto, a existência de campos funcionais bem integrados pode servir de exemplo, mesmo durante as negociações iniciais, para demonstrar o potencial de um campo bem estabelecido e planeado, contribuindo efetivamente para melhorar as perspectivas futuras.

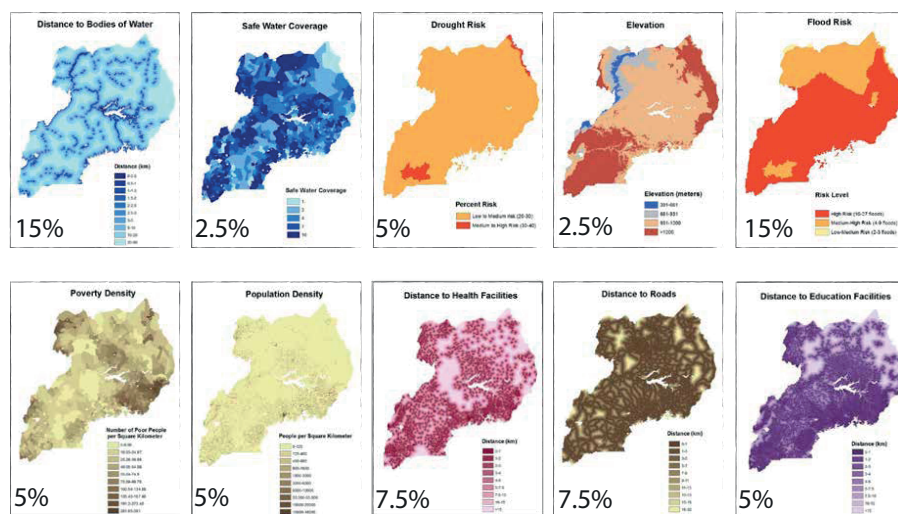
O segundo caso, mais experimental, baseia-se na análise das grandes mudanças ocorridas no curso de muito pouco tempo sobre a estrutura formal de um campo fechado, Zaatari, em Jordânia. O objetivo é destacar os limites do modelo formal, já ilustrados ao nível teórico e, especialmente, procurar entender de melhor forma as dinâmicas sociais, políticas e económicas que se criaram no campo, a fim de investigar se é possível tirar partido das evoluções informais para realmente melhorar o design formal dos campos.

ESQUEMA DA ESTRATEGIA:



55.

LAYERS AMBIENTAIS E SOCIO-ECONÓMICOS:



56.

3.2 ENNEAD EMERGENCY KIT

3.2.1 Ennead Lab: Rethinking refugee communities

Ennead Architect é um estúdio de arquitetura com base em Nova York; uma das seções em que está subdividido, a *Ennea Lab*, baseia-se na filosofia de aplicar o “pensamento arquitectónico para investigar questões desafiadoras e design intrigantes fora dos limites tradicionais da prática arquitetônica.”⁸

Da colaboração entre *Ennead Lab*, a Universidade de Stanford e o ACNUR surgiu *Rethinking Refugee Communities*, premiado com menção honorária nos AIANY Design Awards de 2015, um projeto que visa explorar “o processo de planeamento, construção e operação de assentamentos de refugiados, com o objetivo de fomentar relações mutuamente benéficas entre refugiados e comunidades de acolhimento, todos com foco em soluções duradouras e estratégias de saída racionais.”⁹ A base do projeto é, portanto, a firme convicção de que o assentamento de refugiados pode ser uma oportunidade em vez de um fardo para as populações locais e que a chave para gerar intercâmbios proveitosos é um bom projeto dos campos. Através da criação de novos espaços e oportunidades, favorece-se o desenvolvimento de uma relação benéfica tanto para os refugiados quanto para os residentes locais, abrindo o caminho para a partilha de infraestruturas, recursos e oportunidades económicas, naquela que é indicada como a única estratégia sustentável.

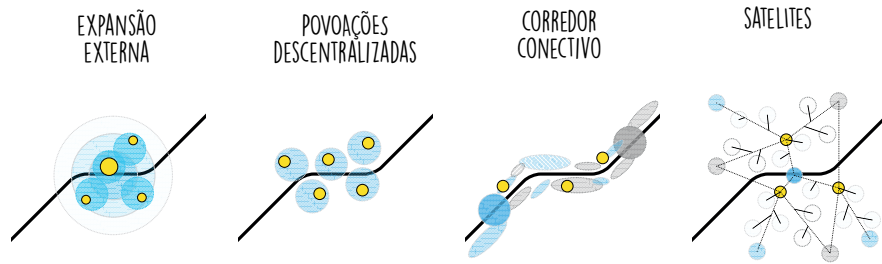
A partir de uma compreensão clara das principais restrições encontradas na concepção de novos assentamentos de refugiados, em primeiro lugar a falta de tempo em situações de emergência, o *Ennead Lab* desenvolveu um *Toolkit* unificado que, através da análise de dados GIS¹⁰, considera as várias necessidades de cada etapa da resposta humanitária, em três escalas diferentes. O sistema é simples mas brilhante e permite uma resposta estruturada à emergência de forma sistemática e efetiva:

Numa escala *macro* é identificado o lugar mais favorável para a criação de um novo campo, sobrepondo dados físicos e socioeconómicos; adicionalmente, avalia-se quais são os benefícios que pode trazer para os residentes locais a criação de novas estruturas: numa área sem estabelecimentos de saúde, por exemplo, o assentamento de um campo cujas instalações estejam abertas à população local pode trazer benefícios inesperados. Do mesmo modo, um território com poucos recursos naturais - e consequentemente uma baixa chance de auto-subsistência - será descartado no início. (fig. 56)

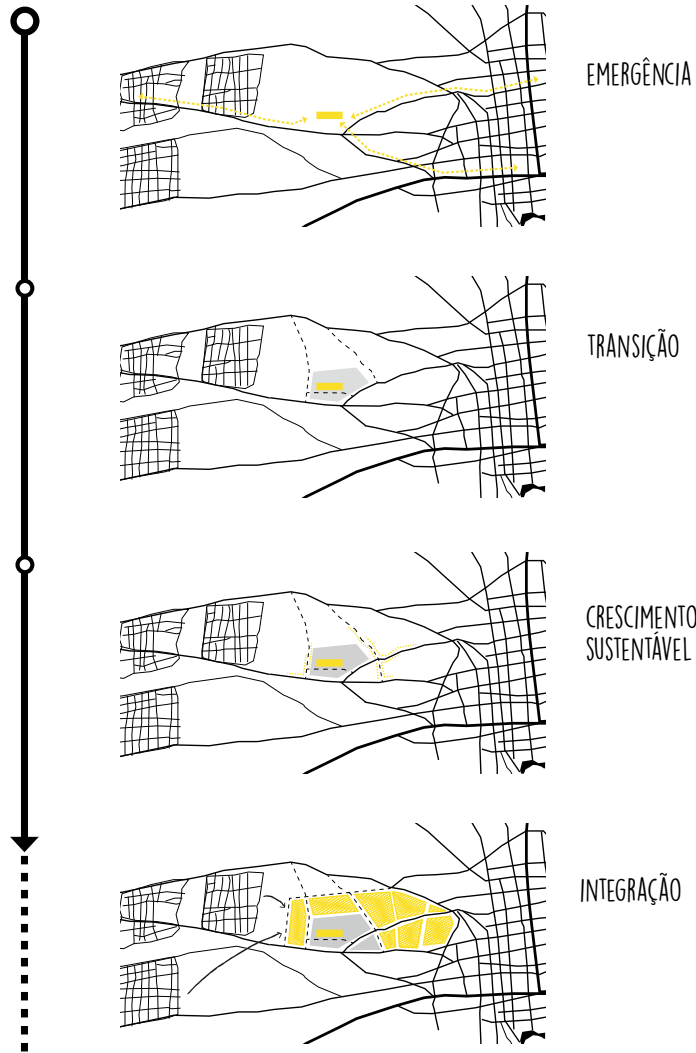
8 ENNEAD LAB, *Rethinking refugees communities*, online: www.enneadlab.org/projects/rethinking-refugee-communities

9 *Ibidem*

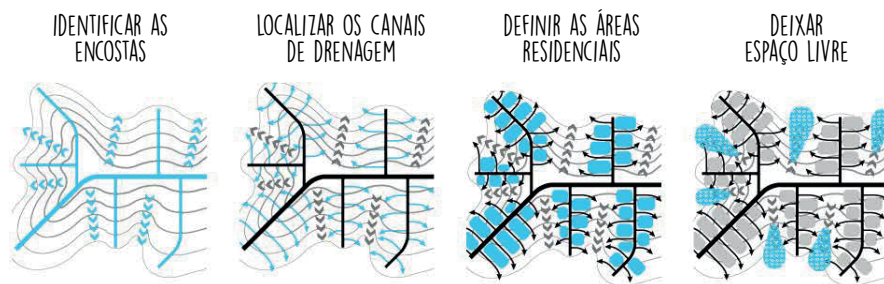
10 GIS é o acrónimo por *Geographic Information System*, um sistema projetado para receber, armazenar, processar e analisar dados de tipo geográfico.



57.



58.



59.

Uma vez selecionado o local de instalação mais apropriado, numa escala *intermediária* identifica-se a melhor tipologia de assentamento; nesta fase é dada especial atenção à avaliação da melhor estratégia de implantação, considerando não só as necessidades imediatas, mas também os possíveis desenvolvimentos futuros. As principais opções representadas consideram, além de fatores sociais e culturais, também os limites impostos geralmente pelos governos anfitriões: a possibilidade de designar campos completamente separados do contexto, ainda que contemplada, fica igualmente fortemente desaconselhada. **(fig. 57)**

É particularmente interessante ver como é tomado em consideração o aspeto temporal: num dos exemplos mostra-se um complexo localizado entre duas comunidades existentes, de forma que os serviços e as estruturas do campo possam atuar como um ponto de atração. **(fig. 58)** Numa fase final, isso leva à ocupação total do espaço divisor, com uma integração completa entre as comunidades. A estratégia é vencedora qualquer seja o futuro da população de refugiados: em caso de repatriação, os novos serviços podem ser completamente transferidos para a população de acolhimento.

Finalmente, numa *micro* escala, são conjugadas as necessidades sociais e programáticas com a topografia do local, tomando em consideração as condições do solo, os fatores climáticos e a vegetação local. Por exemplo, uma vez que são localizadas as maiores encostas, é possível estabelecer o curso dos principais canais de drenagem, segundo os quais se modelam as áreas residenciais e as áreas livres. **(fig. 59)**

O programa permite, através de um sistema paramétrico, variar as constantes numéricas fornecidas pelas diretivas do ACNUR, de modo a satisfazer as necessidades da situação específica; além disso, as ferramentas gráficas do *toolkit* permitem aos designers compreender e analisar a topografia e o meio ambiente em pouco tempo, mesmo com pouco conhecimento prévio do local.

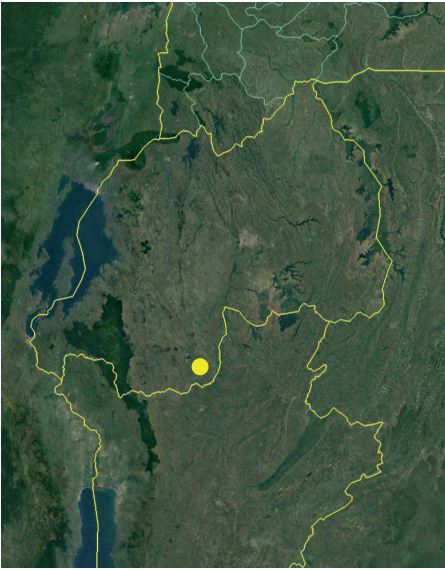
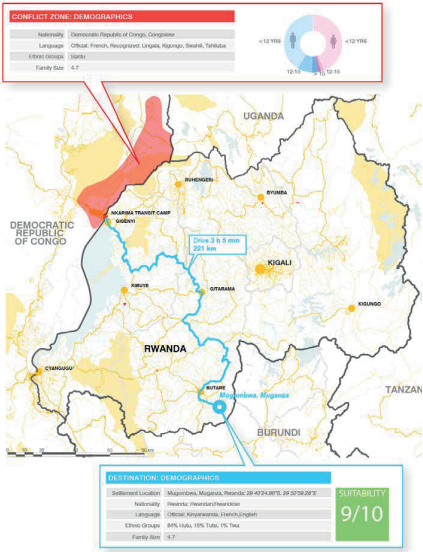
3.2.2 Caso de estudo: Mugombwa, Ruanda

O caso que foi selecionado para testar o Toolkit é o campo de Mugombwa, em Ruanda.

Em 2014, o país contava com cerca de 80,124 refugiados no seu território, principalmente congoleses; os relatórios ACNUR indicam que os problemas maiores eram a baixa disponibilidade de terras cultiváveis e a limitada presença de atividades geradoras de rendimentos para as populações deslocadas, resultando numa forte dependência da ajuda internacional. No final de 2016 o número de refugiados no território ruandês duplicou, contando agora com 164,080 indivíduos¹¹: o governo, numa estratégia bastante progressiva, permanece fiel ao princípio de *non-refoulement* e garante aos refugiados liberdade de circulação e direito ao trabalho. A situa-

¹¹ UNHCR, *Rwanda: Global Focus*, 2017, online: <http://reporting.unhcr.org/node/12530?y=2017#year> [consultado a 30.07.2017]

MACRO:
LOCALIZAÇÃO

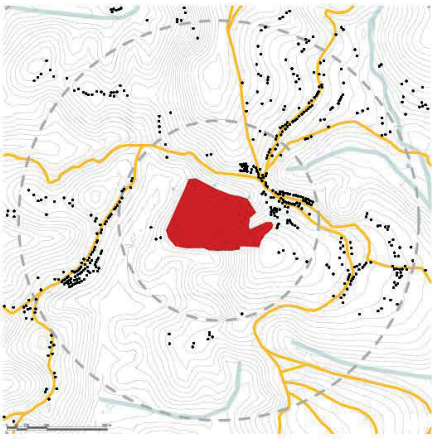


60. | 61.

MESO:
CIDADES PRÓXIMAS



ALDEIAS PRÓXIMAS



62.



63.

ção é ideal porque permite que sejam aplicados sem restrições os princípios promovidos pelo *Ennead Lab*, cujo principal objetivo é a criação de pequenos assentamentos bem integrados no contexto.

A estratégia do ACNUR para o ano de 2017 visa promover ulteriormente a inclusão socio-económica dos refugiados e reduzir a dependência da ajuda humanitária através de uma estratégia multissetorial: em primeiro lugar, incluindo os refugiados no sistema nacional de educação e saúde; secundariamente, prevê a implementação de programas de apoio aos meios de subsistência, inclusive através de financiamentos direcionados em dinheiro.¹²

Assim, em 2014 tornou-se evidente a necessidade de criar novos campos para acomodar os muitos refugiados congolese em fuga da província do Kivu Nord, politicamente instável desde 1998. Após uma série de novos fluxos, já em Março de 2013 o centro transitório de Nkamira tinha sido declarado sobrelotado, sem perspectivas imediatas de repatriamento: foi portanto prevista a criação de dois novos campos, especificamente Kigeme e Mugombwa.¹³

O campo de Mugombwa, projetado através do uso do *toolkit*, está localizado na província de Gisara, a poucos quilómetros da fronteira com o Burundi, e foi declarado operacional nos primeiros meses de 2014; até à data, suas dimensões são ainda relativamente pequenas, acolhendo cerca de 8.200 refugiados congolese.¹⁴

O campo é, por definição própria do ACNUR, extremamente inovador e servirá como um projeto piloto no desenvolvimento de um plano-mestre que permitirá projetar e construir campos com uma correlação mais próxima com as comunidades locais, permitindo atender às necessidades dos refugiados de uma forma mais completa, através da partilha de espaços comuns, equipamentos e serviços essenciais, como de educação e saúde, a distribuição de água e a recolha de resíduos.¹⁵

Macro: o território ruandês, especialmente na região sudoeste, caracteriza-se por relevos e encostas, representando um grande obstáculo à aplicação do modelo de campo clássico promovido pelo *Handbook for Emergencies*, que assume um terreno plano com uma ligeira inclinação, não superior a 10%. Através de uma análise topográfica, foram identificadas as características essenciais para o estabelecimento de um campo, nomeadamente a presença de fontes de água e uma boa acessibilidade: estas informações foram superpostas em camadas, considerando igualmente aspectos políticos, económicos, sociais, e dados relativos ao uso do solo. **(fig. 60)**

12 *Ibidem*

13 IRIN, *Congolese refugee camps in Rwanda "full"*, 2012, online: www.irinnews.org/report/97742/congolese-refugee-camps-rwanda-%E2%80%9Cfull%E2%80%9D [consultado o il 30.07.2017]

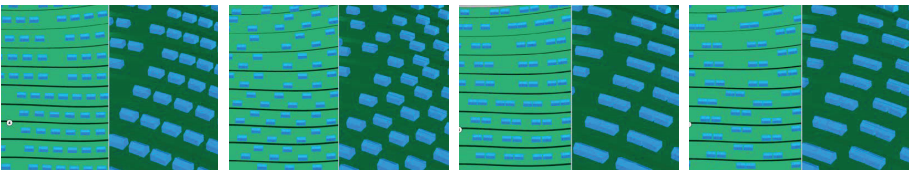
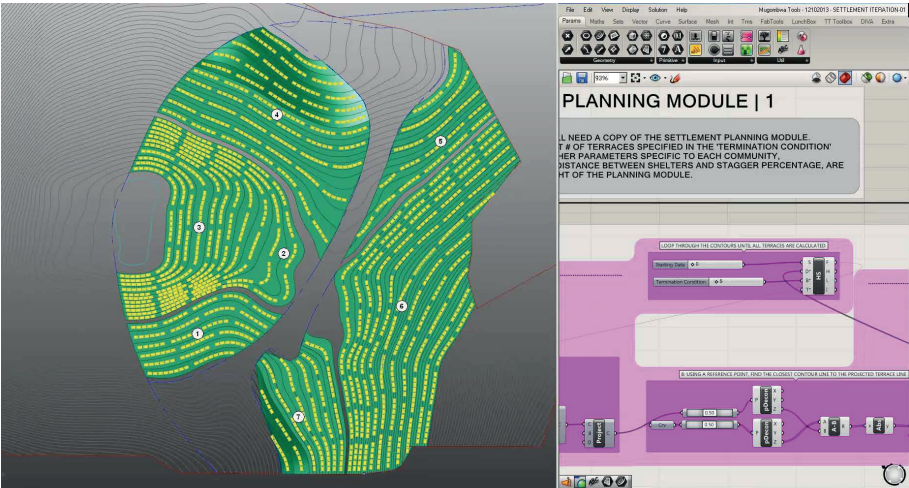
14 UNHCR, *Where we work: UNHCR presence in Rwanda*, 2016, online: www.unhcr.org/rw/where-we-work [consultado o il 30.07.2017]

15 UNHCR, *Innovation: New Rwanda site a pilot for refugee camp planning and design*, 2014, online: www.unhcr.org/news/makingdifference/2014/3/5319efa19/innovation-new-rwanda-site-pilot-refugee-camp-planning-design.html [consultado o il 30.07.2017]

MICRO:



64.



65.



PRIMEIRA PROPOSTA
ACNUR POR
MUGOMBWA

66.

O clima cultural dos refugiados provenientes da República Democrática do Congo e do povo ruandês, depois de um estudo, foi declarado similar, criando assim as condições ideais para o estabelecimento de uma solução baseada na partilha de serviços e infra-estruturas, em vez de um campo isolado.

Meso: numa escala intermediária, foram recolhidas as mesmas informações, mas com mais detalhes. Além disso, a análise concentrou-se nas cidades em torno da área entretanto definida, assim como nas populações dispersas. (**fig. 62**) Desta, emergiu uma falta particular de estruturas educacionais e de saúde, levando à identificação de uma área central em relação a vários assentamentos locais que poderia servir de ponto de encontro entre as populações. Da mesma forma, foi estudada a capacidade de absorção do ambiente envolvente, de modo a entender o impacto que podia ter no solo a criação de terraços, bem como a de um novo assentamento sobre os recursos ambientais, quais a disponibilidade de fontes de água e produtividade do terreno.

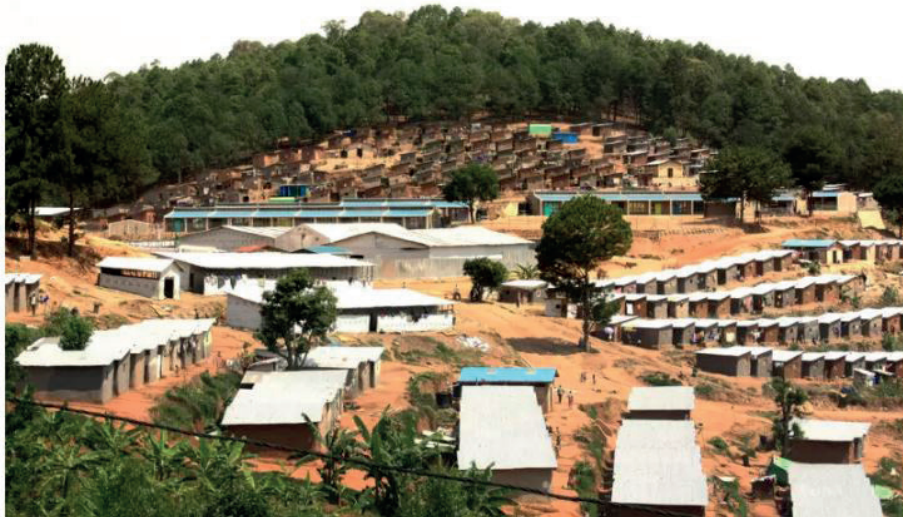
Micro: finalmente, a primeira análise na escala mais próxima foi novamente a topográfica: isso permitiu que o programa de campo fosse distribuído da maneira mais harmoniosa com as especificidades do contexto selecionado, garantindo definir o melhor uso para cada área do lote, identificando aquelas não adequados pela construção de edifícios.

Uma vez feito um modelo 3D, através das informações obtidas do Google Earth, dos mapas GIS e das fotografias aéreas, isso pode ser alterado livremente através de um programa paramétrico: no caso do *Ennead Toolkit*, o software básico é o *Grasshopper*. Desta forma, é possível modificar facilmente a disposição dos edifícios, respeitando as limitações impostas pelas diretrizes internacionais, bem como a distância entre as habitações ou o espaço ocupado por elas. Por exemplo, foram consideradas várias alternativas para o *layout* das habitações (**fig. 65**): todos eles cumprem os limites impostos pela topografia e pelos padrões mínimos; embora não sejam propostos espaços propriamente novos, o dinamismo criado dessa maneira quebra o padrão rígido geralmente associado aos campos, levando presumivelmente à uma apropriação mais fácil do espaço pelos habitantes, que podem adapta-lo às suas próprias necessidades. Como se deduz do plano do complexo, o *layout* escolhido eventualmente é mais parecido com o modelo standard, agrupando as casas em linhas de aproximadamente 5 elementos.

Até à data, os testes a longo prazo sobre o modelo ainda não foram oficializados pelo AC-NUR, mas o campo funciona como pólo de atracção pelos assentamentos circundantes. Em 2015, como parte de um projeto piloto que tem o objetivo de difundir instalações escolares nos campos ruandeses, o estudo de arquitectura ASA construiu uma creche que atende os refugiados e bem como as comunidades locais: o projeto contribuiu para atrair atenção internacional



67.



68.



69.

pela situação nos campos de refugiados em Ruanda, um efeito certamente positivo.

O *toolkit* é uma ferramenta extraordinária, que permite aplicar a tecnologia mais recente na construção de campos para refugiados. Entre os maiores méritos há que considerar as diversificadas abordagens dependendo do contexto, considerando vários níveis de integração. Também é muito interessante que seja considerado o desenvolvimento temporal do campo, baseado na apropriação progressiva do terreno livre.

No entanto entre as deficiências, se não do *Toolkit* em si pelo menos da sua aplicação no caso de Mugombwua, é a falta de interesse em adicionar ou investigar novas formas espaciais; ao contrário, as casas agrupadas e ordenadas destacam-se acentuadamente por contraste com os assentamentos locais, onde as casas seguem o curso da estrada. Contudo, a possibilidade de alterar a disposição das habitações de forma paramétrica é certamente uma característica interessante, com potenciais desenvolvimentos futuros. Além disso, o fato de Mugombwua ser um campo relativamente pequeno, sem barreiras físicas ou qualquer tipo de limitação ao movimento dos habitantes, alivia relativamente a falta de espaços intermediários

Em conclusão, um modelo alternativo de campo, integrado e aberto, diferente do que geralmente se encontra na imaginação coletiva, é possível, com todas as consequências do caso: presumivelmente, se o modelo pudesse realmente difundir-se, isso poderia levar, no futuro, a uma menor resistência por parte dos governos de acolhimento, resultando em mais direitos concedidos aos refugiados que inevitavelmente conduz um passo adiante em direção à auto-suficiência, mas, sobretudo, a um sistema mais humano.

O fato de o ACNUR ser aberto a testar novas ferramentas e teorias alternativas é um sinal claro de que isso é possível.

3.3 ZAATARI: LABORATÓRIO INFORMAL

O campo selecionado para a segunda parte da análise é Zaatari, na Jordânia, inaugurado oficialmente em 28 de Julho de 2012.

Trata-se de um exemplo no outro extremo do espectro em relação à Mugombwa: o seu tamanho, 5,3 km² e 81,146 habitantes, excede em muito as diretrizes fornecidas pelo ACNUR; ele está localizado numa área desértica, isolado do contexto local através de cercas com arame farpado e muros; aos refugiados que residem lá é negado o direito ao trabalho e ao movimento. Além disso, uma rígida política anti-permanente faz com que as principais habitações no campo sejam barracas e caravanas, e existe a proibição, embora não sempre respeitada, de alcatroarem estradas e plantar árvores.

Consequentemente, os problemas e as dificuldades associadas à aplicação do modelo tradicional são exasperados, fazendo de Zaatari um bom objeto de estudo para se investigar os limites e o potencial das estratégias humanitárias atuais; além disso, o facto de ser um campo relativamente novo é um fator interessante, porque mostra até que ponto os processos de apropriação do espaço são rápidos e totalizantes.

Ademais, os laços dos refugiados sírios com a guerra ainda em curso fizeram com que o campo viesse a ganhar, desde a sua abertura, atenção mundial, atraindo variadas personalidades com influência mediática, ao ponto que já visitaram o campo em missão oficial, entre outros, John Kerry, Malala, o príncipe Charles de Inglaterra e a atriz Angelina Jolie; Zaatari é o objeto de numerosos artigos e textos, académicos ou não, aparece em mais de 26.200 vídeos do Youtube, bem como num documentário premiado e é, de fato, o campo de refugiados mais mapeado do mundo. Isso permitiu realizar um estudo sobre a evolução do campo ao longo do tempo, com especial atenção para as soluções informais promovidas pelos próprios refugiados: além dos mapas e dos dados estatísticos¹⁶, foi possível aceder a inúmeras entrevistas realizadas com os habitantes do campo, permitindo uma melhor e mais completa compreensão do espaço.

O objetivo final da pesquisa é tentar descrever as formas do inevitável processo de urbanização que se realizou no campo, um tópico com pouca consideração na elaboração das diretrizes internacionais.

Embora cada campo seja único, as dinâmicas destacadas no caso de Zaatari são as mesmas em todos os campos de refugiados. Num artigo recente, Jeff Crisp critica a visão, promovida por alguns jornais, de Zaatari como o único campo com características urbanas, devido ao carácter

¹⁶ A grande maioria dos dados mencionados na seção a seguir vem dos arquivos REACH, uma iniciativa conjunta de IMPACT, ACTED e UNOSAT (*United Nations Operational Satellite Applications Programme*). O lançamento do programa data de 2010 e visa facilitar o desenvolvimento de novas ferramentas de informação que possam fortalecer os processos de tomada de decisão e planeamento na resposta humanitária.

específico dos refugiados que lá vivem:

“Recent coverage of Zaatari has tended to give the impression that the Syrian refugees who live in the camp are uniquely resilient and entrepreneurial. Far from it. Indeed, it would be difficult to find a refugee camp anywhere in the world, even in the poorest parts of Africa or Asia, which did not have its own markets, tea shops, churches, mosques, and mobile phone kiosks. While wedding boutiques might not be a particularly common sight in refugee camps, exiled populations throughout the world demonstrate tremendous resourcefulness and are never completely dependent on humanitarian assistance.”¹⁷

Por esta razão, os processos informais assumem enorme importância nos estudos humanitários: são processos que precisam de ser estudados, compreendidos e, talvez, apoiados.

3.3.1 Contexto sócio-político

As primeiras manifestações públicas contra o Governo central sírio, parte do contexto mais amplo da Primavera Árabe, datam de 15 de Março de 2011. Tais manifestações, então convertidas em revoltas nacionais, resultaram numa guerra civil em 2012; o conflito ainda está em curso.

O que foi denominado um dos maiores êxodos de refugiados na história recente teve - e ainda tem - consequências diretas no mapa demográfico do país, com 6,3 milhões de deslocados internos e mais de 5,1 milhões de refugiados registados fora das fronteiras nacionais.¹⁸

Adicionalmente, sem perspectivas de paz a curto prazo, a combinação de conflitos, da deterioração das oportunidades económicas e do declínio nos serviços prestados no país apenas aumentam a probabilidade de deslocamentos adicionais na região: de resto, de 2014 a 2017 o número dos refugiados oficialmente registados duplicou.¹⁹

A Jordânia, onde até hoje encontraram refúgio 660 582 pessoas, não faz parte dos países signatários da *Convenção* de 1951; a assistência aos refugiados dentro do reino baseia-se num *Memorandum of Understanding*, um acordo bilateral assinado em 1988 entre o Governo da Jordânia e o ACNUR, que atua com o apoio de numerosas ONGs.

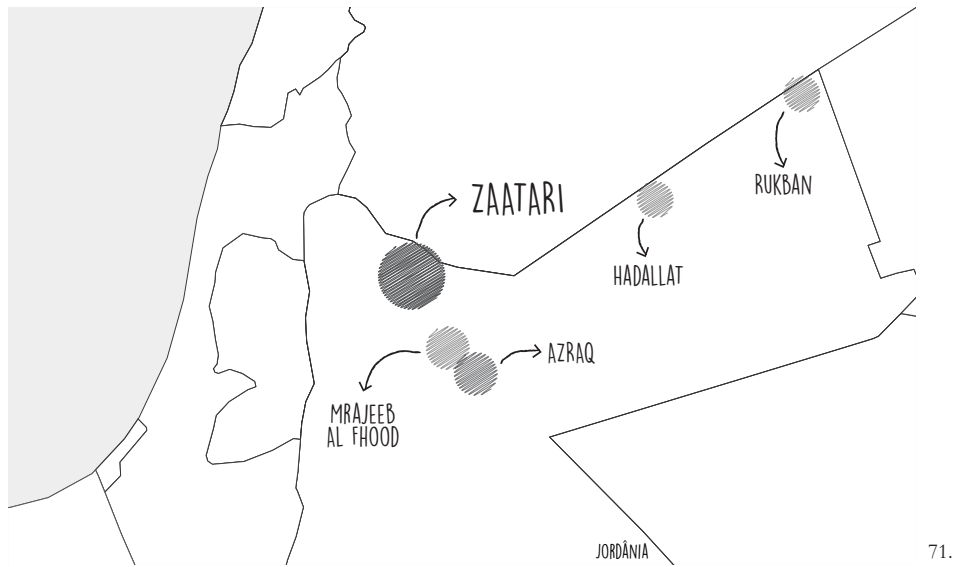
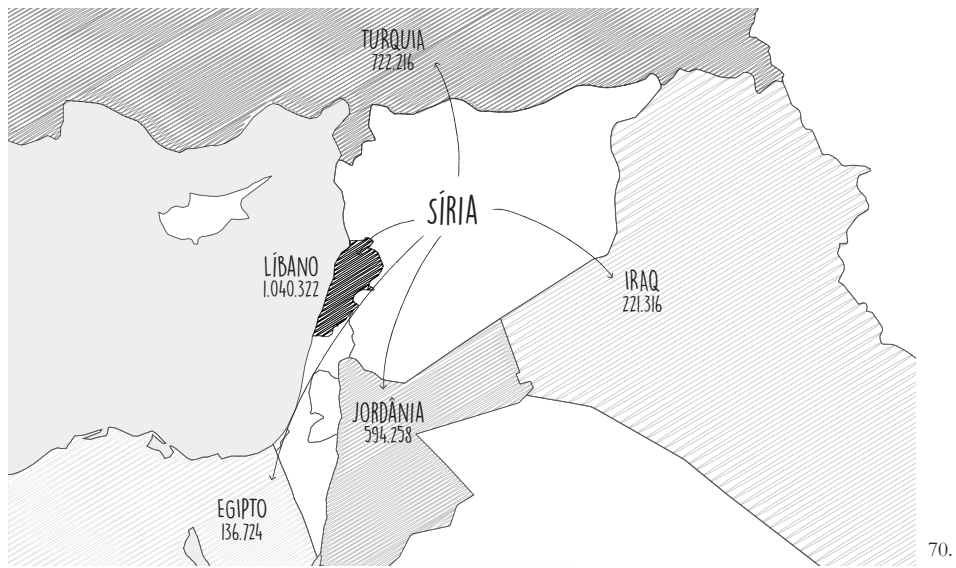
O país é tristemente famoso pela escassez de recursos, pela dependência dos fundos estrangeiros e, acima de tudo, pela susceptibilidade quanto as mudanças demográficas repentinas: os fluxos de refugiados em 1948, 1967, 1991 e 2003 causaram enormes pressões sobre a economia e o mercado de trabalho da Jordânia, fomentando um forte sentimento anti-refugiados.²⁰

17 CRISP, Jeff, *Zaatari: a camp and not a city*, in UrbanRefugees.org: Moving the Debate Forward, 2016, online su: <http://urban-refugees.org/debate/zaatari-camp-city/> [consultado a 16.08.17]

18 UNHCR, *Syria Regional Refugee Response*, atualizado em 6.08.2017, online: <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php> [consultado a 16.08.17]

19 *Ibidem*

20 DALAL, Ayham, *Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp*, 2014, dispo-



A situação é muito tensa e complexa tanto para a comunidade anfitriã como para o governo, especialmente porque os refugiados não estão uniformemente distribuídos em todo o país, mas tendendo a se concentrarem na parte norte; a província de Mafraq, onde está localizado o campo de Zaatari, tem uma densidade populacional muito baixa: os relatórios da ACNUR informam que a proporção de cidadãos jordanos e refugiados sírios, contando os habitantes dos campos, é de 60 a 40.²¹

Tudo isso, juntamente com o facto de que, já no período anterior à crise, a região sofria com a escassez de água e recursos económicos, levou à decisão de estabelecer o campo de Zaatari: um espaço extraterritorial, com limites bem definidos, que pudesse excluir os refugiados do usufruto dos serviços e das infra-estruturas nacionais, a fim de reduzir as tensões demográficas e eliminar a concorrência de recursos.²² A decisão, de resto, reflete a opinião dos habitantes de Mafraq, em que 80% da população, quando entrevistada em 2012, disse que os refugiados sírios deviam ser segregados num campo, de modo a serem separados da população local.²³

A este respeito, deve-se ressaltar que a grande maioria dos refugiados sírios na Jordânia, 85%²⁴, não vive em campos, mas em áreas urbanas, suburbanas e rurais.

Embora diferentes fontes tenham estatísticas diversas sobre as origens dos habitantes do campo, todos os relatórios referem que a grande maioria (de acordo com os dados REACH é de 97%) provém da província síria de Daraa, localizada na parte meridional do país: as populações separadas pelas fronteiras nacionais compartilham tradições, cultura e laços sociais.

3.3.2 Zaatari Camp

O campo de Zaatari, que recebeu o nome da aldeia adjacente, está localizado na região de Mafraq, a cerca de 12 km da capital homónima. Cercados por campos e quintas, está completamente separado da área circundante através de paredes cobertas por arame farpado: ironicamente, o seu isolamento lembra a estrutura de uma antiga cidade medieval.

O perímetro do campo é ulteriormente marcado por uma estrada com cerca de 8,3 km, enquanto que a única conexão oficial com a rede rodoviária nacional se dá através de uma estrada rural, de cerca de 1 km, que leva à Estrada Nacional 10: o controlo sobre os acessos é garantido por dois postos de segurança, um perto do campo e outro na proximidade da estrada nacio-

nibile online su: www.academia.edu/29398418/Camp_Cities_between_Planning_and_Practice_Mapping_the_Urbanisation_of_Zaatari_Camp

21 UNHCR, *Syria Regional Refugee Response*, atualizado em 6.08.2017, online: <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php> [consultado a 16.08.17]

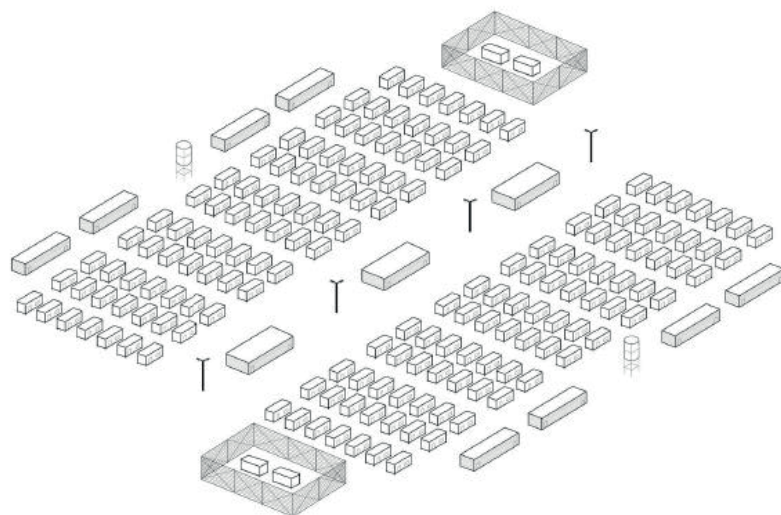
22 DALAL, Ayham, *Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp*, 2014, p. 36

23 *Ibidem*

24 UNHCR, *Syria Regional Refugee Response*, atualizado em 6.08.2017, online: <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php> [consultado a 16.08.17]



73.



74.

nal.²⁵

Inicialmente, quando o fluxo diário de refugiados para Jordania era de aproximadamente 1,500 a 2,000 refugiados, o campo foi projetado com a intenção de abrigar 10,000 pessoas; não está claro se o limite foi recomendado pelas agências humanitárias ou se foi imposto pelo governo jordano: em qualquer caso, dado o alcance das influências, o acampamento ter-se-ia enchido em menos de uma semana após a sua abertura.

As imagens de satélite mostram o seu crescimento inevitável e exponencial: a partir do espaço inicial esperado, cerca de 30 hectares em Setembro de 2012, até atingir 530 hectares em Março de 2013, quando a população chegou a 200 mil pessoas. Desde então, as fronteiras externas permaneceram iguais, apesar do declínio subsequente na população e, de acordo com as declarações oficiais, não há intenção de expandir ulteriormente o campo, embora os limites externos terem sido mantidos livres de qualquer função.

O *layout* formal, ainda visível na área mais meridional do campo nas imagens de 2013 (**fig. 73**), prevê um sistema em grelha onde as casas são organizadas em linhas regulares e equidistantes: 12 colunas e 7 linhas de caravanas formam um bloco, 12 blocos habitacionais formam um distrito. Uma vez que cada caravana deve hospedar, teoricamente, uma família, cada bloco residencial deve acolher, nas intenções dos construtores, 84 famílias com até 6 membros cada; consequentemente, cada distrito pode conter até 6048 refugiados. Seguindo as diretrizes estabelecidas no *Handbook*, que prevêem um espaço total no campo entre 30 a 45 m² por pessoa, significa que, para cada um dos 12 distritos em que o campo é subdividido, existem aproximadamente mais de 100,000 m² de espaço adicional que poderia ser dedicado a construção de novos serviços: no entanto, isso converte-se em grandes áreas vazias em torno dos blocos residenciais, sem qualquer indicação das possíveis funções além de, presumivelmente, atuar como barreiras anti-fogo.

Os serviços básicos, relativamente isolados e distinguíveis das habitações, são divididos entre os blocos de forma uniforme: cada bloco contém uma reserva de água potável e 4 latrinas comuns, enquanto dois blocos compartilham 3 cozinhas. Além disso, cada bloco possui um espaço multifuncional, MAC, acrónimo de *multi-activity centres*. (**fig. 74**)

Apesar do esquema não refletir exatamente os padrões do *Handbook for Emergencies* em termos de subdivisão e distribuição de serviços, é claro que a planificação do campo respeita a lógica fundamental do manual: a ordem e a modularidade são uma tentativa clara de facilitar a distribuição de serviços e objetos, respeitando os princípios de equidade e homogeneidade, sempre na base da resposta humanitária; ao mesmo tempo, estes são um meio claro para manter a higiene, a ordem e a disciplina, facilitando qualquer tipo de controle.

25 LEDWITH, Alison, *Zaatari: The Instant City*, Boston: Affordable Housing Institute, 2014, p. 24



75.



76.



77.

3.3.3 Análise: áreas residenciais

A partir das imagens de satélite pode-se facilmente reconhecer um padrão diferente entre a área mais antiga do campo, mostrada na imagem como Zona A, e os demais ambientes construídos mais recentemente. Além do aumento inevitável da informalidade devido à passagem do tempo, a diversidade da ocupação espacial deve-se ao que Dalal chama de *carovanisation*²⁶, o processo gradual de substituição das tendas de emergência por caravanas, que hoje constituem a principal forma de abrigo no acampamento.

As tendas originalmente distribuídas pelo ACNUR, anteriormente identificadas como um modelo universal em resposta à primeira emergência, mostraram-se rapidamente inadequadas para o clima extremo da Jordânia, especialmente em caso de neve ou inundações, com frequentes colapsos estruturais e pesadas deteriorações. Em Novembro de 2012, cinco meses após a abertura do campo, as primeiras caravanas foram enviadas por doadores privados, principalmente empresas petrolíferas dos países vizinhos: Arábia Saudita, Kuwait, Qatar e Omã, que produziram, montaram e entregaram mais de 24 mil caravanas, por um custo de cerca de US \$ 3.125 a unidade.²⁷ O que começou como um ato de filantropia, logo se transformou na política comum do campo, com a substituição quase completa das tendas pelas caravanas²⁸: ainda hoje a venda e o intercâmbio de caravanas entre refugiados continua a ser uma das fontes de renda, obviamente informal, mais rentável dentro do campo.

A transição entre tendas e caravanas converteu-se, na área mais antiga (distritos 1, 2 e 12), num arranjo mais livre e denso de elementos, onde as casas, reunidas em pequenos grupos, permitem aos refugiados viver perto das famílias expandidas; o traçado é sublinhado também por estradas semi-paralelas que, por sua vez, seguem um padrão único, diferente do resto do campo. (fig. 76)

A uma escala mais aproximada surgem mais detalhes, particularmente interessantes: a morfologia do complexo, lembrando a das antigas cidades árabes, é rica em ruas estreitas e becos sem saída que criam eficientes espaços semi-privados; as caravanas que seguem a margem da estrada geralmente têm acesso lateral, com vista para umas zonas tampão com privacidade intermediária entre pública e semi-pública: é uma abordagem muito diferente da concepção monolítica dos espaços públicos e abertos prevista no projeto formal do campo. (fig. 77)

De acordo com as entrevistas conduzidas por Dalal, alguns dos refugiados salientam entusiasmamente a semelhança entre essas estruturas e seu local de origem, destacando a importância desse tipo de espaço para as interações públicas e sociais a nível de bairro:

“Yes! Once I enter this street [pointing at the *cul-du-sac*] I feel like I’m in Syria...like these old Haras²⁹ of Syria...you know, or maybe the

26 DALAL, Ayham, *Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp*, 2014, p. 65

27 LEDWITH, Alison, *Zaatari: The Instant City*, Boston:Affordable Housing Institute, 2014, p. 32

28 REACH, *Maps tents to caravans*, 2014, disponível online: <http://www.reach-initiative.org/?s=zaatari>

29 Hara é a palavra árabe que indica o bairro: além do significado puramente físico, o termo é usado para indicar o sentido de pertença ao lugar e à comunidade.

EVOLUÇÃO INFORMAL NOS DISTRITOS MAIS RECENTES

DEZEMBRO 2012



MARÇO 2013



JANEIRO 2014



78.



79.

Palestinian refugee camps”³⁰

“Only this Hara here, you see it? These small narrow streets remind me of Syria”³¹

O processo de evolução informal é claramente reconhecível também nos distritos mais recentes, embora o fenómeno aí seja mais controlado. Pois, como já mencionado nos capítulos anteriores, as unidades de habitação estandardizadas não respeitam os vários cânones sociais e culturais das populações que as utilizam; portanto, sempre que existe uma possibilidade, os abrigos são montados e modificados para se adaptar às necessidades específicas não apenas da população, mas também das próprias unidades familiares.

Aliás a cultura síria, influenciada pelos valores islâmicos, valoriza grandemente a privacidade mesmo dentro dos grupos familiares e prevê a separação de homens e mulheres, especialmente se forem jovens e solteiros. A necessidade de espaços privados é ainda mais urgente no caso de núcleos estendidos, onde mais famílias vivem juntas, embora não estejam relacionadas por laços de parentesco diretos; nos 16m² das caravanas, constituídas por um único quarto, é difícil garantir qualquer tipo de privacidade.

“Imagine that because we all have to live in this room, my young daughter has to change her clothes in front of her brother! What a shame! We never did that in Syria”³²

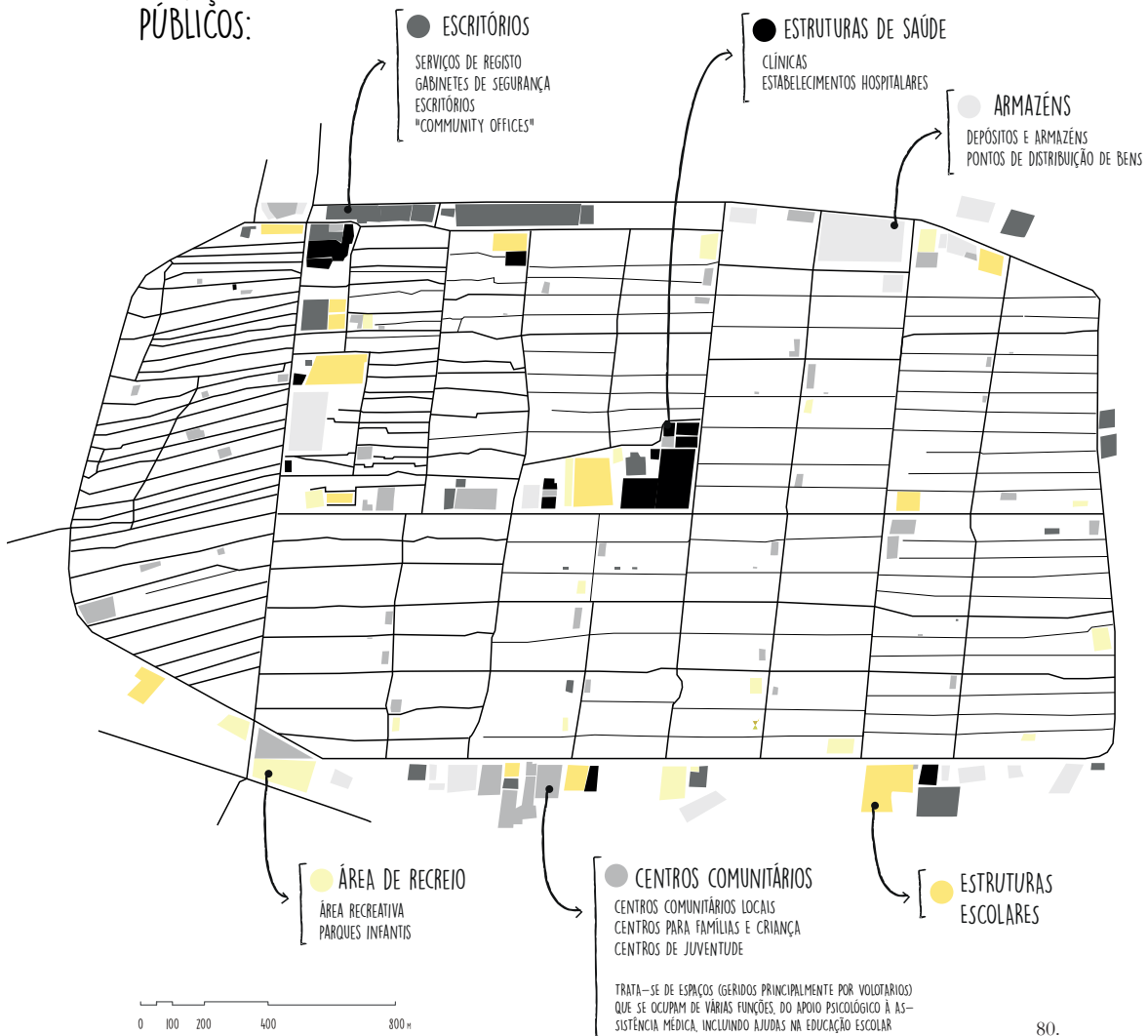
Embora cada *cluster* seja essencialmente diferente um do outro, é possível distinguir uma única tipologia habitacional desenvolvida em todo o campo, facto ainda mais facilitado pelo fato da quase totalidade dos habitantes de Zaatari ser provenientes da mesma região. Esta tipologia baseia-se na concepção das caravanas como salas individuais, depois ligadas entre si através de pátios interiores ou espaços cobertos por tendas, retomando uma estrutura muito popular nas cidades árabes. O resultado é a construção de casas complexas e articuladas, de tamanho e design diferentes, que respondem às necessidades impostas pela cultura dos refugiados e dos casos específicos. Como consequência, resulta evidente que cada família tem um número de caravanas muito maior do que a única unidade prevista: suportado pelo forte declínio da população que começou após o pico de 2013, existe um próspero mercado negro de caravanas e elementos que servem de conexão entre eles; como antecipado, de acordo com as estimativas do REACH, a venda de material humanitário é a primeira fonte de lucro dentro do campo.

30 Entrevista com os habitantes de Zaatari, DALAL, Ayham, *Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp*, 2014, p. 98

31 *Ivi*

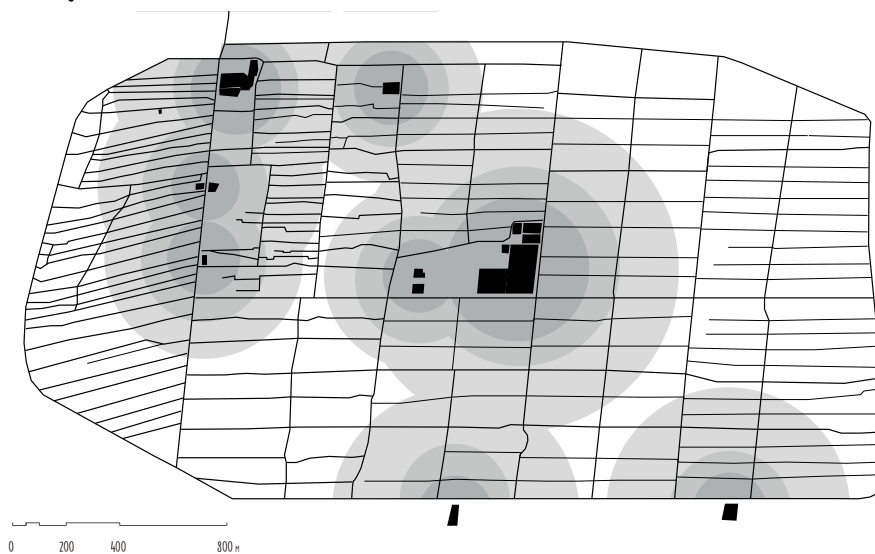
32 Entrevista com os habitantes de Zaatari, DALAL, Ayham, *Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp*, 2014, p. 79

SERVIÇOS PÚBLICOS:



80.

DISTÂNCIA DOS SERVIÇOS MÉDICOS:



81.

3.3.4 Análise: espaço público e serviços

Espaço público | GRANDES ESTRUTURAS

Como já foi reforçado nesta dissertação, o espaço público dentro dos campos, pelo menos ao nível formal, é quase que exclusivamente composto pelas áreas onde estão localizados os principais serviços, em oposição às áreas residenciais.

Em Zaatari, a construção das primeiras grandes instalações públicas começou juntamente com a chegada dos primeiros refugiados, concentrando-se principalmente na área virada em direcção à parte residencial já identificada como *old camp* e contribuindo, presumivelmente, para mantê-la como a área mais densamente povoada do campo. A necessidade de tornar as estruturas públicas de fácil acesso aos meios pesados fez com que estas se desenvolvessem ao longo da primeira entre as estradas construídas: aumentando o tamanho do campo, o padrão foi mantido, levando à criação de um novo eixo de serviços públicos e à adição de estruturas ao longo dos perímetros externos. Dalal indica a presença de serviços como elemento de maior influência na disposição das ruas dentro dos distritos 1 e 2³³: sendo assim, seria esta uma prova da influência que os espaços públicos exercem sobre a evolução informal do tecido urbano do campo.

Na entrada principal do campo estão reunidas, inevitavelmente, todas as instalações de recepção e os vários centros de registo, além do principal entreposto de Polícia e dois dos quatro hospitais. Os serviços médicos são prestados principalmente através destes (nomeados, respectivamente, francês, marroquino, italiano/jordano e saudita, dependendo da nacionalidade das organizações que os financiaram) e numerosas clínicas menores, 12 no momento da última pesquisa, em 2016.

A educação é prestada a um nível formal, sob a responsabilidade do *Education Sector Working Group* (ESWG) que coordena o trabalho de muitas ONGs, e a nível informal, dentro de mesquitas e centros comunitários. Uma pesquisa realizada pelo REACH³⁴ em Setembro de 2014 revela que 48,8% das crianças em idade escolar não frequentam nenhum instituto e, além disso, 28,3% das crianças nunca recebeu nenhum tipo de educação escolar.

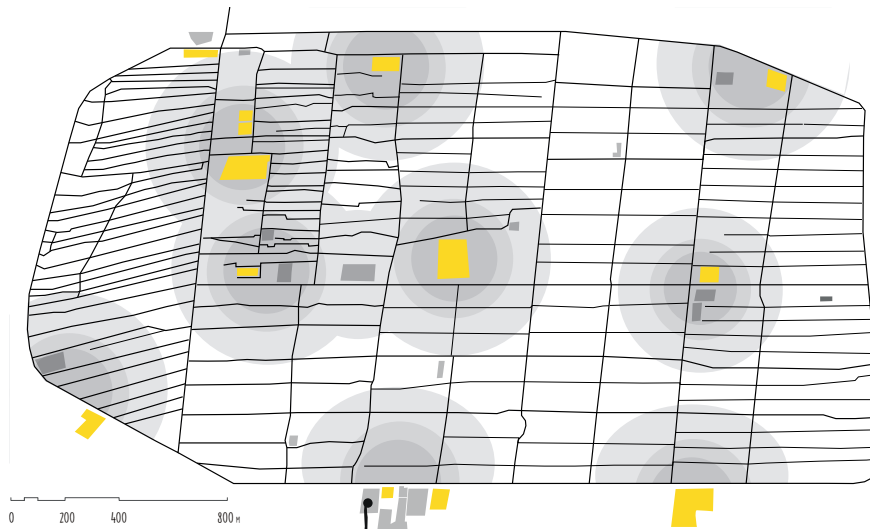
As causas disso são complexas e muitas vezes sobrepostas, desde a distância em relação aos serviços, que consiste no principal motivo, à falta de segurança, ao medo do assédio ou ao trabalho infantil, todos indicados pelos pais entrevistados como impedimentos ao acesso a educação, apesar do 80% deles reconhecerem a importância da mesma. Um estudo paralelo realizado por Oxfam³⁵ também mostra que mais de 54% da população indicaram problemas na prestação de serviços em geral. Entre os muitos factores, desde a falta de informações sobre o serviço até sua disponibilidade limitada, o principal é, mais uma vez, a distância, conforme

³³ *Ibidem.* p. 59

³⁴ REACH e UNHCR, *Access to education for Syrian Refugee children in Zaatari camp, Jordan*, Geneva: REACH, 2014

³⁵ SERRATO, Bryant, *Refugee Perceptions Study: Za'atari Camp and Host Communities in Jordan*, Oxford: OXFAM, 2014, p. 14-17

DISTÂNCIA ENTRE AS
INSTALAÇÕES EDUCACIONAIS:



82.



83.



84.

indicado por 74% dos entrevistados.

Isto pode ser considerado como uma demonstração clara de que o sistema centralizado de prestação de serviços precisa de ser repensado e adaptado.

Nos anos a seguir aos inquéritos, houve várias intervenções que levaram à construção de muitas novas escolas no campo, na tentativa de compensar as deficiências destacadas pela análise: as intervenções, no entanto, conduzidas por várias ONGs em paralelo revelaram-se pontuais, ou seja, inseridas no tecido residencial sem gerar um desenho abrangente. A hipótese de considerar os prédios escolares e educacionais como um único sistema, unido por uma infraestrutura de serviços adicionais com a finalidade de aumentar o sentimento de segurança, ainda não foi considerada.

Espaço público | SERVIÇOS BÁSICOS COMUNITÁRIOS

Conforme antecipado no ponto anterior, os serviços comunitários mínimos são integrados dentro das áreas residenciais, divididos numericamente com base nos blocos para facilitar sua distribuição: estes incluem sanitas, cozinhas e reservas de água potável.

Os grupos WASH, (*Water, Sanitations and Hygiene*) garantem a provisão de instalações sanitárias adequadas e o acesso a água potável: são essenciais para o bom funcionamento do campo e para a manutenção da saúde pública, especialmente nos primeiros momentos emergenciais. Desde a primeira instalação dos serviços, foram alvo de vandalismo e tentativas de apropriação: além da maior parte dos equipamentos terem sido roubados, em muitos dos casos foram rapidamente construídas paredes e barreiras para garantir o uso exclusivo dos serviços. Dalal refere, por exemplo, que 20 minutos após a instalação da primeira unidade WASH, todas as torneiras foram roubadas.³⁶

Os danos às estruturas comuns, além de serem um desperdício de fundos humanitários, dificultam e retardam a distribuição dos serviços no campo, com consequências pesadas também para a saúde pública: alguns relatórios médicos ilustram como as infecções urinárias são extremamente comuns entre as mulheres, que não usam latrinas durante a noite porque as consideram demasiado perigosas.³⁷

Isso levou, com o passar do tempo, a crescentes pedidos de privatização desses serviços a nível das unidades habitacionais; a primeira das mudanças autónomas nas caravanas, para qualquer pessoa que pudesse pagar, foi a criação de serviços sanitários privados; em Dezembro de 2015, 90,8% da população tinha acesso a sanitas dentro de suas casas.³⁸

36 DALAL, Ayham, *Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp*, 2014, p. 80

37 LEDWITH, Alison, *Zaatari: The Instant City*, Boston: Affordable Housing Institute, 2014, p. 60

38 UNICEF, *Al Za'atari refugee camp: Access to Private Household WASH Facilities*, 2015



85.



86.



87.

As cozinhas comunitárias, pelo contrário, caracterizam-se pela presença quase exclusivamente feminina, uma vez que na cultura síria das áreas rurais, que é a da maioria da população de Zaatari, as mulheres são as únicas responsáveis pela preparação das refeições. Com o passar do tempo, ganharam grande valor social, tornando-se áreas-chave para o desenvolvimento e a manutenção das relações de vizinhança, de modo que uma pesquisa realizada pelo REACH e pelo UNHCR mostra que, apesar de 80% das entrevistadas possuir uma cozinha privada, 37% delas disse preferir usar estruturas comunitárias.³⁹ De facto, enquanto a presença feminina é mais rara do que a masculina nos espaços públicos, existe uma densa rede de intercâmbios sociais que ocorrem dentro das casas privadas, no mercado e, precisamente, nas cozinhas comuns; é principalmente devido a essas relações interpessoais que se desenvolveram e mantiveram os espaços semi-públicos a nível do bairro de que já se falou.⁴⁰ Uma mulher entrevistada por Dalal a este respeito respondeu que:

“Yes I have a private kitchen, but I prefer to cook my meals in the kitchen near my house where I meet my friends and neighbours... There, we can talk about the Syrian habits of cooking, and discover the differences between them...I’m learning new recipes in the kitchen every day!”⁴¹

O facto de que as cozinhas ganharam uma função social, além da puramente prática para a qual são projetadas, faz com que sejam consideradas um espaço seguro, com influências diretas também na manutenção do sítio e das estruturas: como parte integrante da vizinhança são geralmente limpas e bem conservadas, uma vez que são consideradas uma propriedade comunitária em todos os aspetos.

A leitura que emerge é que “serviços comunitarios não são tais sem a bênção da comunidade”⁴², proporciona uma interessante base de reflexão. As instalações sanitárias que não geraram qualquer tipo de interação social, sofreram um processo de extrema deterioração, com contínuo vandalismo e tentativas de privatização por parte das famílias mais influentes socialmente. As cozinhas, pelo contrário, evoluíram rapidamente em espaços sociais, criando um ambiente seguro e protegido, tornando-se um dos pontos focais da vida em comunidade.

Por um lado, isso demonstra que não é possível “impor” um uso comunitário, mas que a utilização pública é influenciada por muitos factores; por outro lado, mostra que a chave para se ter áreas seguras e bem conservadas, pelos menos neste caso, é ter uma base de relações sociais que possam gerar um sentimento de pertença.

Se a hipótese estiver realmente correta, pode haver uma maneira de expandir o mesmo pro-

39 REACH e UNHCR, *Winterization Assessment in Al Za’atari Refugee Camp in Jordan*, 2014, p. 14

40 DALAL, Ayham, *Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp*, 2014, p. 98

41 *Ivi*

42 *Ibidem*, p. 82



88.



89.



90.

cesso em outras áreas do campo, de modo a se obter efeitos benéficos em todo o conjunto.

3.3.5 O mercado: urbanização através da informalidade

Em relação ao espaço público dentro dos campos, Herz afirma que:

“Public and private are categories that can normally be conceived of a relation of a State (...). Hence, in the absence of the home country and with the hosting nation unwilling to grant civil rights, we can say that the categories of public and private do not apply in a refugee camp.”⁴³

Em síntese, sem um corpo político interessado no bem-estar coletivo, além da mera sobrevivência, não é possível existir um verdadeiro espaço público dentro dos campos. Isso, sem dúvida evidente nas diretrizes formais, conflitua com a realidade dos processos informais dentro dos campos, onde o espaço público, caótico e ativo, é uma forte demonstração de resistência e recusa de vitimização; entre estes, o surgimento de um mercado é o sinal mais claro dos avançados processos de urbanização que ocorrem naquelas áreas excepcionais que são os campos de refugiados.

As imagens da UNOSAT mostram como, na estrada de frente as primeiras estruturas dos serviços públicos, começou-se a desenvolver um mercado já no período entre Setembro de 2012 e Janeiro de 2013, só alguns meses após a abertura do campo. O facto de ter nascido tão subitamente ressalta, sem dúvida, a existência de necessidades e factores políticos e sociais que de modo algum são considerados na resposta humanitária tradicional.

No entanto, no caso específico de Zaatari a importância do conjunto de lojas, nascidas de forma absolutamente informal, foi reconhecida e semi-formalizada por parte da administração do campo, principalmente graças à abordagem inovadora de Kilian Kleinschidt, diretor da Zaatari de 2013. Isto levou a um estudo, conduzido por REACH e ACNUR, dedicado a mapear edifícios de modo a conseguir fornecer serviços específicos, como recolha de lixo e águas residuais, para o bom funcionamento do complexo.

Aquelas que inicialmente eram umas poucas barracas construídas nas proximidades das casas, criadas com o objetivo de vender café e produtos alimentares na área movimentada pela presença dos principais serviços, expandiu-se rapidamente para dar origem a uma estrutura complexa que segue e contorna os principais eixos rodoviários.

O nome que começou rapidamente a circular nos artigos de jornal, *Champs-Élysées*⁴⁴, não é

43 HERZ, Manuel, *From Camp to City: Refugee Camps of the Western Sahara*, Zurigo: Lars Müller Publishers, 2012, p.488

44 A escolha é irónica em pensar que, além de indicar um dos bulevares parisienses mais majestosos, de acordo com a mitologia grega e romana os Campos Elísios são o lugar onde, após a morte, reside as almas dos amados pelos deuses; no espaço “limbo” por excelência, a área mais viva e ativa toma seu nome do conceito que serviu de predecessor ao paraíso.



91.



92.



93.

aquele utilizado pelos residentes, os quais se referem à área densa de mercados como *souk*: a palavra árabe, que geralmente indica o mercado organizado em corporações, no islamismo clássico indicava o terceiro centro funcional da cidade muçulmana, juntamente com a mesquita e o Palácio do Poder.

Em Agosto de 2013, as lojas recenseadas eram 685, divididas de forma relativamente uniforme ao longo da estrada que contorna o campo mais antigo⁴⁵; a tipologia mais difundida na altura, e até hoje, consistia em lojas compostas por uma ou mais caravanas ligadas entre si por folhas de metal ou estruturas de madeira, depois cobertas com cortinas e tecidos. Como em qualquer mercado, as funções são as mais variadas, em resposta às necessidades dos consumidores: quiosques de alimentos e bebidas, barbeiros, pontos de acesso à eletricidade e à internet, lojas de electrónicos, roupas e jóias.

Em Novembro de 2014, data do último inquérito publicado⁴⁶, o número de exercícios era mais do que o dobro, com 1,438 unidades: as novas lojas, mantendo a mesma lógica, desenvolviam-se ao longo dos principais eixos viários, mesmo em áreas onde a presença de instalações públicas não era tão marcada; embora na última das ruas comerciais, a *Street 4*, a densidade das lojas seja muito menor, a presença destas está lentamente tornando áreas apenas residenciais em espaços de uso misto, expandindo-se até dentro dos bairros.

Entrevistado sobre a viabilidade do espaço e, em geral, sobre como o mercado é entendido pelos habitantes do complexo, um dos proprietários de uma loja afirmou que:

“People like to walk here, even if they don’t want to buy. They keep coming and going all the time... even after midnight. Oh, this place doesn’t sleep at all!”⁴⁷

A confirmação também chega de uma mulher, ressaltando a importância das relações sociais na definição do sentimento de segurança dentro dos campos:

“I enjoy walking in the market with my friends. I feel comfortable to be surrounded with all these people...as if I was walking in old Souks of Damascus”⁴⁸

3.3.6 Implementar a informalidade

Num campo fechado como Zaatari, onde os ganhos legais são extremamente reduzidos, o mercado produz um notável círculo económico.

Um estudo publicado em 2013 mostra como as oportunidades de emprego formal na altura ofereciam cerca de 900 postos de trabalho: definidas como “intervensões a curto prazo feitas

45 REACH e UNHCR, *Market Assessment in Al Za’atari Refugee Camp in Jordan*, 2014

46 *Ibidem*

47 DALAL, Ayham, *Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp*, 2014, p.113

48 *Ivi*

pelas organizações de assistência humanitária para proporcionar empregos temporários em projetos públicos⁴⁹, eram e ainda são a única forma de rendimento legal para os refugiados dentro de Zaatari.

As principais fontes de renda, portanto, são informais e alimentam-se mutuamente. A mais difundida entre delas, num fenómeno que reflecte-se na totalidade global dos campos, é a venda dos produtos fornecidos pela ajuda humanitária. Em Zaatari, em substituição das tradicionais rações alimentares e itens de necessidades básicas, os refugiados recebem *vouchers* de cerca de 10 JD (dólares jordanos) cada: o objetivo é responder da melhor forma às necessidades dos refugiados, que têm assim a oportunidade de trocar *vouchers* dentro dos dois supermercados formais no interior do campo.

O sistema obteve grande popularidade e provou ser mais seguro para as partes mais fracas da população: representa ademais um sistema de assistência mais digno e oferece aos refugiados a opção de gerir livremente as suas próprias necessidades.

No entanto, na grande maioria dos casos os *vouchers* não seguem o processo previsto e são negociados por um preço ligeiramente inferior (normalmente 9JD), desta maneira é possível gastar os proveitos nas lojas do mercado, que oferecem uma variedade muito maior que os supermercados: a quantidade de capital que circula dentro do *souk* é enorme.⁵⁰

Considerando que esta constitui a principal forma de renda para mais de 60% da população⁵¹, as possíveis implicações nas hierarquias sociais, na identidade e no conceito de propriedade são notáveis.

Em última análise, podemos esboçar alguns dos pontos-chave: na ausência de legislação, surgiu um sistema socio-económico em Zaatari com base no vínculo entre a ajuda humanitária e a iniciativa dos refugiados. A ausência de um poder central preocupado com o bem-estar público não impediu o surgimento de um sistema sócio-espacial, cujo rápido desenvolvimento evidencia o alto nível de urbanização alcançado em Zaatari: a junção entre espaço público e propriedade privada, apoiada pelo interesse dos indivíduos e da comunidade deu origem a um novo, fundamental não só pelas dinâmicas económicas do campo, mas sobretudo por aquelas sociais. Trata-se de um sistema complexo, que está intimamente ligado à economia do contexto local, de onde chega a grande parte dos bens vendidos, que são ilegalmente introduzidos no campo com a conivência das autoridades. Antes de suportar o sistema é crucial avaliar o impacto económico na região de Mafraq, mas não é esta a sede.

No entanto, com base no pressuposto de que seja possível e favorável a criação de um sistema económico que inclua o campo e o território de ocolhimento, como argumentado nas teorias de Zetter, o que falta é uma correspondência arquitectónica e urbanística nas estruturas de

49 *Ibidem*, p. 111

50 *Ibidem*, p. 113

51 REACH e UNHCR, *Market Assessment in Al Za'atari Refugee Camp in Jordan*, 2014

campo.

A presença do mercado, garantindo trabalho para os refugiados, incentiva a auto-suficiência e gera novas situações espaciais, gerando áreas consideradas seguras e habitáveis pela população; institucionalizando as atividades económicas do campo, expandindo a área e programando-as de forma funcional, poderia gerar um efeito benéfico para todo o campo.

Como no caso das cozinhas comunitárias, onde a presença de uma função social além da função puramente prática permitiu a apropriação plena do espaço, com efeitos positivos claramente visíveis, a extensão das áreas de mercado, projetadas e, portanto, mais confortáveis e funcionais, poderia contribuir para um melhor funcionamento geral do campo, através da des-marginalização das áreas mais negligenciadas, aumentando o sentimento geral de segurança e estimulando o surgimento de novas interações sociais.

Conclusões

Nesta dissertação tentou-se oferecer uma análise crítica do modelo internacional de campo para refugiados, promovido e aplicado pelas agências humanitárias internacionais.

Isto, como resulta da análise realizada sobre as evoluções registadas ao longo do século passado, deve as suas características fundamentais a duas tendências principais: o respeito pela *host-fatigue* e a necessidade de aplicabilidade universal. A primeira destas levou à perpetuação dos mesmos esquemas e modelos encontrados ao longo do 1900, que podem ser sintetizados no uso da forma de campo como meio pela segregação do indesejado. A segunda, no entanto, fez como que o foco primário na assistência aos refugiados fosse concentrado no atendimento de necessidades biológicas, ignorando o facto que, se a abordagem poder ser suficiente a curto prazo, certamente não é assim a longo.

O que surgiu é um modelo que, com base no conceito de presumida temporalidade – elemento que muitas vezes é imprescindível na própria instalação do campo – isola completamente os assentamentos do contexto, impedindo o contato com as populações locais e tornando-os assim dependentes da ajuda humanitária. A falta de diversidade e hierarquias espaciais, aliás, dificulta a concretização das tentativas das populações refugiadas de se revoltar contra a imposição de imobilidade social, política e económica.

O sistema está a falhar e não é sustentável.

Assim formuladas, as diretivas negam a realidade, na qual as dinâmicas informais dentro dos campos são de tal forma proeminentes que frequentemente as perspectivas invertem-se e os campos resultam ser centros de atração para as populações locais.

Ao considerar os refugiados apenas pelas suas *vidas nuas*, impede-se a compreensão das complexas relações políticas, sociais e económicas que se desenvolvem dentro do campo. Isso leva não apenas a negligenciar o surgimento de potenciais problemáticas, mas especialmente a ignorar completamente às oportunidades, que ainda ficam praticamente inexploradas.

De facto, o modelo não é sustentável porque não é projetado para o ser.

Os dois casos de estudo tratados nesta dissertação, no entanto, oferecem algumas importantes reflexões. Através do uso da ferramenta projetada por *Ennead Lab*, são oferecidas novas oportunidades promissoras: em primeiro lugar, o *toolkit* permite que os novos campos sejam instalados no local mais adequado, não só a nível topográfico, mas também a nível cultural,

social e económico. De fato, a atenção ao contexto, além de abrir caminho para um novo tipo de campo a nível formal, implica um passo em frente na definição de uma nova política - ou contudo abre a possibilidade de aplicar funcionalmente uma estratégia antiga - onde os fundos humanitários disponibilizados pelas agências podem servir para a criação de algo de duradouro, o que tem impacto tanto na vida dos refugiados como nas comunidades de acolhimento. A análise de Zaatari dá o passo seguinte no mesmo processo: para que seja possível por em prática um novo modelo de assistência humanitária, é necessário reconhecer a existência da densa rede de intercâmbios económicos e sociais, dentro do campo como fora dele, que o design restritivo não consegue eliminar. As vantagens, tanto para o bom funcionamento dos campos como para o contexto local, seriam muito superiores se essas tendências fossem orientadas e apoiadas, especialmente a nível arquitetónico, com a adição de espaços novos, de modo a atender às necessidades das populações deslocadas.

Abaixo dos esquemas regulares e normalizadores impostos pelas agências humanitárias, os campos são cidades longe de ser nuas: é preciso isto resultar evidente especialmente para aqueles que os projetam.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS, JORNAIS E REVISTAS

- AGAMBEN, Giorgio, *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*, Stanford: University Press, 1998.
- AGIER, Michel, *Between War and City: Towards an Urban Anthropology of Refugee Camps*, em *Ethnography*, Vol. 3, 2002, pp. 317-341.
- AGIER, Michel, *From Refuge the Ghetto Is Born: Contemporary Figures of Heterotopias*, em *The Ghetto: Contemporary Global Issues and Controversies*, Boulder: Westview Press, 2011, pp. 265-292.
- AGIER, Michel, *Still Stuck Between War and City: A response to Bauman and Malkki*, em *Ethnography*, Vol. 3, 2002, pp. 361-366.
- ARENDT, Hannah, *La banalità del male: Eichmann a Gerusalemme*, Milano: Feltrinelli Editore, 1991 (1963)
- ARENDT, Hannah, *The origin of totalitarianism*, New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1973 (1951)
- ARENDT, Hannah, *We Refugees*, em *Altogether Elsewhere: Writers on Exile*, editado por Marc Robinson, Londres: Faber & Faber, 1994, pp. 110-119.
- AYSAN, Jasemin e DAVIS, Ian, *Disasters and the Small Dwelling: Perspectives for the UN IDNDR*, Londres: Routledge, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt, *A Century of Camps?*, em *The Bauman Reader*, Oxford: Wiley, 2001.
- CALVINO, Italo, *Le città invisibili*, Torino: Einaudi, 1972
- CAMINOS, Horacio e GOETHERT, Reinhard, *Urbanisation Primer*, Cambridge, MA: MIT Press, 1978.
- CAMUS, Albert, *La peste*, Milano: Gruppo Editoriale Bompiani, 1993 (1947).
- CHARLESWORTH, Esther, *Architects Without Frontiers*, Londres: Routledge, 2006.
- CORSELLIS, Tom e VITALE, Antonella, *Transitional Settlements: Displaced Populations*, Oxford: Oxfam Books, 2005.
- CRISP, Jeff e JACOBSEN, Karen, *Refugee camps reconsidered* em *Forced Migration Review*, n. 3, Oxford: Refugee Studies Programme, 1998.
- CUNY, Frederick, *A report on the Coyotepe refugee camp in Masaya, Nicaragua*, 1973, documento Intertext não publicado.
- CUNY, Frederick, *Refugee Camps and Camp Planning: The State of the Art*, em *Disasters*, Vol. 1, n. 2, Pergamon Press, 1977, pp. 125-143.
- CUNY, Frederick, *The Somalia Operation: Summary of Lessons learned and implications for UNHCR emergency preparedness and response*, 1980, documento Intertext não publicado, disponível online: <http://oaktrust.library.tamu.edu/handle/1969.1/159877>
- DALAL, Ayham, *Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp*, 2014, disponível online: www.academia.edu/29398418/Camp_Cities_between_Planning_and_Practice_Mapping_the_Urbanisation_of_Zaatari_Camp
- DALAL, Ayham, *A Socio-economic Perspective on the Urbanisation of Zaatari Camp in Jordan*, em *Migration Letters*, 2015.
- DAVIS, *Shelter After Disaster*, Oxford: Polytechnic Press 1978.
- FELDMAN, Ilana, *What is a Camp? Legitimate refugee lives in spaces of long-term displacement*, em *Geoforum* n. 66, 2014, pp. 244-252.
- FOCAULT, Michel, *Discipline & Punish: The Birth of the Prison*, New York, Vintage Books, 1995.
- HAILEY, Charlie, *Camps: guide to 21st-Century Space*, Cambridge: MIT Press, 2009.
- HARREL-BOND, Barbara, *Imposing Aid: Emergency Assistance to Refugees*, Oxford: Oxford University Press, 1986.
- HERZ, Manuel, *From Camp to City: Refugee Camps of the Western Sahara*, Zurigo: Lars Müller Publishers, 2012.
- HERZ, Manuel, *Refugee Camps or Ideal Cities in Dust and Dirt*, em *Urban Transformation*, Berlin: Ruby Press, 2008.

- HERZ, Manuel, *Sudan/Chad: Planning Refugee Camps*, em *African Arguments*, 2009, disponível online: <http://africanarguments.org/2009/04/11/planning-refugee-camps> [consultado a 21.07.2017]
- HUNTER, Meredith, *The Failure of Self-Reliance in Refugee Settlements*, em *Polis Journal*, vol. 2, 2007.
- KAPUŚCINIŃSKI, Ryszard, *L'altro*, Milano: Feltrinelli, 2007.
- KENNEDY, James, *Challenging camp design guidelines*, em *Forced Migration Review*, n. 23, pp. 16-17.
- KENNEDY, James, *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugee Settlements*, Delft: International Forum on Urbanism, 2007.
- KENNEDY, James por Global Shelter Cluster, *Site Planning: Guide to Reduce the Risk of Gender-Based Violences*, trial version, 2016.
- KIBREAB, Gaim, *Citizenship Rights and Repatriation of Refugees*, em *The International Migration Review* Vol. 37, n. 1 2003, pp. 24-73.
- KIBREAB, Gaim, *The State of the Art: Review of Refugee Studies in Africa*, Uppsala: Uppsala Papers in Economic History, Research Report n. 26, 1991.
- KIBREAB, Gaim, *Why Governments Prefer Spatially Segregated Settlement Sites for Urban Refugees*, 2007, disponível online: www.researchgate.net/publication/291988486_Why_governments_prefer_spatially_segregated_settlement_sites_for_urban_refugees [consultado a 12.11.16]
- KOTEK, Joël e RIGOULOT, Pierre, *Il secolo dei campi. Detenzione, concentramento e sterminio: 1900-2000*, Milano: Mondadori, 2001.
- LEDWITH, Alison, *Zaatari: The Instant City*, Boston: Affordable Housing Institute, 2014.
- MINCA, Claudio, *The return of the Camp*, em *Progress in Human Geography* n. 29, 2005, pp. 405-412.
- OAU, *Convention Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa*, Addis Abeba: OAU, 1969.
- OXFAM, *Western Sahara. Living in the refugee camps*, OXFAM Belgium and Comité belge de soutien au peuple sahraoui, 1995, disponível online: <http://www.arso.org/05-3.htm> [consultado a 28.07.17]
- PEROUSE DE MONTCLOS, Marc Antoine e KAGWANJA, Peter, *Refugee Camps or Cities? The Socio-economic Dynamics of the Dadaab and Kakuma Camps in Northern Kenya*, em *Journal of Refugee Studies* Vol. 3, n. 2, 2000.
- RAHOLA, Federico, *La forma campo*, em *Deportate, Esuli e Profughe* n. 5-6, IUAV, 2006.
- RAHOLA, Federico, *Zone definitivamente temporanee: i luoghi dell'umanità in eccesso*, Verona: Ombre corte, 2003.
- RAMADAN, Adam, *A Refugee Landscape: Writing Palestinian Nationalisms in Lebanon*, Oxford: School of Geography, 2009.
- REACH e UNHCR, *Access to education for Syrian Refugee children in Zaatari camp, Jordan*, Geneva: REACH, 2014.
- REACH e UNHCR, *Market Assessment in Al Za'atari Refugee Camp in Jordan*, 2014.
- REACH e UNHCR, *Winterization Assessment in Al Za'atari Refugee Camp in Jordan*, 2014.
- SANYAL, Romola, *Urbanizing Refuge: Interrogating Spaces of Displacement*, em *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 38, 2014, pp. 558-572.
- SERRATO, Bryant, *Refugee Perceptions Study: Za'atari Camp and Host Communities in Jordan*, Oxford: OXFAM, 2014.
- SIGONA, Nando, *Campzanship: reimagining the camp as a social and political space*, em *Citizenship Studies*, Vol. 19, n. 1, 2015, pp. 1-15.
- SINCLAIR, Cameron, *Design Like You Give a Damn: Architectural Responses to Humanitarian Crises*, Londres: Thames & Hudson, 2006.
- SPHERE, *Humanitarian Charter and Minimum Standards in Disaster Response*, Genebra: Sphere, 2000 (2004).
- STEIN, Barry, *Refugee Integration and Older Refugee Settlements in Africa*, 1985, disponível online: msu.edu/course/pls/461/stein/FINAL.htm [consultado a 22.07.17]
- STEIN, Barry, *Returnee aid and development*, Genebra: UNHCR, 1994, disponível online: <http://www.unhcr.org/afr/research/evalreports/3bd40fb24/returnee-aid-and-development.html> [consultado a 11.06.17]
- STEVENSON, Anne e SUTTON, Rebecca, *There's no Place like a Refugee Camp? Urban Planning and Participation in the Camp Context*, em *Refuge* n. 28, 2012.
- STOHR, Kate, *100 Years of Humanitarian Design*, em "Design Like you Give a Damn: Architectural respon-

ses to humanitarian crisis”, New York: Metropolis Books, 2006.

TAKAHASHI, Saul, *The UNHCR Handbook on Voluntary Repatriation: The emphasis of Return over Protection*, em International Journal of Refugee Law, n. 4, Oxford: University Press, 1997.

TURNER, F. C. John e FICHTER, Robert, *Freedom to Build*, Londres: Collier Macmillan Ltd, 1973.

TURNER, F. C. John, *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*, New York: Pantheon Books, 1976.

TURNER, Simon, *What is a Refugee Camp? Explorations of the Limits and Effects of the Camp*, Copenhagen: Center for Advanced Migration Studies, 2015.

UNHCR, *Anatomía de un Campo de Refugiados: Atención y Necesidades*, Ginebra: UNHCR, 2016.

UNHCR, *Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees*, Ginebra: UNHCR, 1951 (1967), Art. 1.

UNHCR, *¿Cuáles son los derechos de los refugiados en el mundo?*, Ginebra: UNHCR, 2016.

UNHCR, *Global Shelter Design Catalogue*, Ginebra: UNHCR, 2016.

UNHCR, *Handbook for Emergencies*, Ginebra: UNHCR, (1982) 2007.

UNHCR, *Handbook on Self-Reliance*, Ginebra: UNHCR, 2005.

UNHCR, *Internally Displaced People*, disponível online em: www.unhcr.org/internally-displaced-people.html [consultado a 24.07.17]

UNHCR, *Persons of Concern to UNHCR*, disponível online em: www.unhcr.org/ph/persons-concern-unhcr [consultado a 24.07.17]

UNHCR, *Policy on Alternatives to Camp*, Ginebra: UNHCR, 2014.

UNHCR, *Protection of Refugees in Mass Influx Situations: Overall Protection Framework*, 2001, disponível online em: www.unhcr.org/3ae68f3d4.pdf [consultado o 24.07.17]

UNHCR, *Riduzione dell'apolidia*, disponível online: www.unhcr.it/cosa-facciamo/protezione/riduzione-dellapolidia [consultado o 27.07.17]

UNICEF, *Al Za'atari refugee camp: Access to Private Household WASH Facilities*, 2015.

VAN DAMME, Will, *Do refugees belong in camps? Experiences from Goma and Guinea*, in The Lancet, 1995.

ZETTER, Roger, *Shelter Provision and Settlement Policies for Refugees: A state of the art review*, Stoccolma: Nordiska Afrikainstitutet, 1995.

WORKING PAPERS

BAKEWELL, Oliver, *Returning refugees or migrating villagers? Voluntary repatriation programmes in Africa reconsidered*, Ginebra: Evaluation and Policy Analysis Unit UNHCR, New Issues in Refugee Research, working paper n. 15, 1999.

CRISP, Jeff, *Mind the Gap! UNHCR, humanitarian assistance and the development process*, Ginebra: Evaluation and Policy Analysis Unit UNHCR, New Issues in Refugee Research, researching paper n. 43, 2001.

CRISP, Jeff, *No Solution in Sight: The problem of protracted refugee situation in Africa*, Ginebra: Evaluation and Policy Analysis Unit UNHCR, New Issue in Refugee Research, working paper n.75, 2003.

EASTON-CALABRIA, Evan, *Refugees asked to fish for themselves: The Role of Livelihoods Trainings for Kampala's Urban Refugees*, Ginebra: Evaluation and Policy Analysis Unit UNHCR, New Issue in Refugee Research, working paper n. 277, 2016.

GBRAC, Peter, *Civitas, polis, and urbs: Reimagining the refugee camp as the city*, Oxford: Refugee Studies Centre, University of Oxford, Working Paper Series n. 96, 2013

HANSEN, Art, *Refugee Self-settlement versus Settlement on Government Scheme: the long-term Consequences for Security, Integration and Economic Development of Angolan Refugees (1966-1989) in Zambia*, United Nations Research Institute for Social Development, discussion paper n. 17, 1990.

HERZ, Manuel, *Refugee camps in Chad: planning strategies and the architect's involvement in the humanitarian dilemma*, Ginebra: Evaluation and Policy Analysis Unit UNHCR, New Issues in Refugee Research, research paper n. 147, 2007.

SCHMIDT, Anne, *FMO Thematic Guide: Camps versus Settlements*, Oxford: Refugee Studies Centre, 2003.

REFERENCIAS ONLINE

Architecture for Refugees, online: <http://architecture-forrefugees.com> [consultado a 16.09.2017]

CRISP, Jeff, *Zaatari: a camp and not a city*, in UrbanRefugees.org: Moving the Debate Forward, 2016, online em: <http://urban-refugees.org/debate/zaatari-camp-city/> [consultado a 16.08.17]

ENNEAD LAB, *Rethinking refugees communities*, online: www.ennedlab.org/projects/rethinking-refugee-communities [consultado a 30.07.2017]

IRIN, *Congolese refugee camps in Rwanda "full"*, 2012, online: www.irinnews.org/report/97742/congolese-refugee-camps-rwanda-%E2%80%9Cfull%E2%80%9D [consultado a 30.07.2017]

REACH, Informing more effective humanitarian action, online: <http://www.reach-initiative.org/maps> [consultado a 16.09.2017]

SPHERE, *The Sphere Project in brief*, <http://www.sphere-project.org/about/> [consultado a 16.06.2017]

UNHCR, *Asylum Seekers*, <http://www.unhcr.org/asylum-seekers.html> [consultado a 24.07.17]

UNHCR, *Innovation: New Rwanda site a pilot for refugee camp planning and design*, 2014, online: www.unhcr.org/news/makingdifference/2014/3/5319efa19/innovation-new-rwanda-site-pilot-refugee-camp-planning-design.html [consultado a 30.07.2017]

UNHCR, *Rwanda: Global Focus*, 2017, online: <http://reporting.unhcr.org/node/12530?y=2017#year> [consultado a 30.07.2017]

UNHCR, *Syria Regional Refugee Response*, atualizado em 6.08.2017, online: <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php> [consultado a 16.08.17]

UNHCR, *Where we work: UNHCR presence in Rwanda*, 2016, online: www.unhcr.org/rw/where-we-work [consultado a 30.07.2017]

UNRWA, *Yarmouk (UNOFFICIAL CAMP*)*, <https://www.unrwa.org/where-we-work/syria/yarmouk-unofficial-camp> [consultado o 10.06.2017]

UNRWA, *Shatila Camp*, <https://www.unrwa.org/where-we-work/lebanon/shatila-camp> [consultado a 1.09.17]

ZAATARI 360°, *esperiencia VR*, <http://zaatari360.martinedstrom.com/> [consultado a 30.07.2017]

TRABALHOS ACADÉMICOS

KENNEDY, James, *Towards a Rationalisation of the Construction of Refugee Camps*, Leuven: Katholieke Universiteit Leuven, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, 2004.

NETO, Pedro, *Um mundo em movimento. Horizontes operativos entre refugiados e regressados angolanos (Campo de Mebeba, Zâmbia)*, Lisboa: Escola de Ciências Sociais e Humanas em co-tutela com a EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris), Dissertação de Doutorado em Antropologia, 2016.

VANDRISH, Sally, *Symbiotic Agency: Establishing Parasitism in Architecture*, Ottawa: Azrieli School of Architecture and Urbanism, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, 2013.

FILMES E DOCUMENTÁRIOS

BLOMKAMP, Neill, *District 9*, EUA, Nova Zelândia, África do Sul, 112 min, 2009.

INGRASCI, Zach, TEMPLE, Chris, *Salam Neighbor*, EUA, Jordânia, 75 min, 2015.

IRABURU, Pablo, MAYORAL, Jorge Fernández, TOSCO, Pablo, *District zero*, 67 min, 2015.

KASSOVITZ, Mathieu, *La haine*, França, 95 min, 1995.

WEIWEI, Ai, *Human flow*, Alemanha, 140 min, 2017.

WINTERBOTTOM, Michael, *Code 46*, Reino Unido, 92 min, 2003.

ÍNDICE DAS IMAGENS

CAPITULO 1

1. Tendências nas populações deslocadas, 2016.
Autoria própria com base nos dados de *Global Trends 2016*, ACNUR
2. Percentuais nas populações deslocadas, 2016.
Autoria própria com base nos dados de *Global Trends 2016*, ACNUR
3. Pessoas deslocadas por minuto, 2003-2016.
Autoria própria com base nos dados de *Global Trends 2016*, ACNUR

4. Número de refugiados por país de acolhimento, 2016.
Autoria própria com base nos dados de *Global Trends 2016*, ACNUR

5. Mapa do Líbano, autoria própria.
6. Shatila Camp, Beirut, Líbano, vista aérea
fonte: MapCarta, powered by Google, <https://mapcarta.com/it/12880772/Mappa>
7. Shatila Camp, tecido urbano, autoria própria
fonte: MapCarta, powered by Google, <https://mapcarta.com/it/12880772/Mappa>
8. Shatila, fotografia
fonte: Global Found for Women, <https://www.globalfundforwomen.org/news-update-refugee-crisis/>

9. Localização dos campos Sarauis, autoria própria.
10. Smara Camp, Tindouf, Algeria, vista aérea.
fonte: virtual globetrotter, powered by Google,
<http://virtualglobetrotting.com/map/smara-refugee-camp/view/bing/>
11. Smara, fotografia.
fonte: <http://www.sadr-emb-au.net/refugee-camps/>

12. Complexo de Dadaab, mapa, autoria própria.
13. Ifo, vista aérea.
fonte: <http://www.maphill.com/search/ifo-refugee-camp/detailed-satellite-map/>
14. Ifo, fotografia.
fonte: <http://edition.cnn.com/2017/02/09/afrika/kenya-dadaab-refugee-camp/index.html>

15. Emergency, durable, transitional: esquema dos abrigos UNHCR.
fonte: *Shelter Design Catalogue*, UNHCR
16. UNHCR Self-standing Family Tent.
fonte: *Shelter Design Catalogue*, UNHCR
17. Refugee Housing Unit.
fonte: *Shelter Design Catalogue*, UNHCR

18. Wooden Gable Frame Shelter, estrutura em madeira e cobertura em palha e plástico.
fonte: *Shelter Design Catalogue*, UNHCR

19. Localização dos diferentes tipos de abrigo.
Autoria própria com base no *Shelter Design Catalogue*.
20. Graus de separação espacial.
Autoria própria.

21. Fases da resposta de emergência
fonte: *Handbook for Emergencies*
22. Diagrama do “Contingency Planning”
fonte: *Handbook for Emergencies*

23. Diagrama do espaço programado por pessoa.
Autoria própria com base no *Handbook for Emergencies*.
24. Esquema da estrutura de um campo UNHCR.
Autoria própria com base no *Handbook for Emergencies*.

25. Proposta para a estrutura de uma comunidade.
fonte: *Handbook for Emergencies*, UNHCR
26. Proposta para um sub-modulo habitacional.
fonte: *Handbook for Emergencies*, UNHCR

CAPITULO 2

27. Vista aérea de um campo do complexo de Dadaab, foto de Brendan Bannon, 2011
fonte: http://www.architectmagazine.com/design/rethinking-the-refugee-camp_o
28. Diagrama da evolução informal de Ifo, autoria própria.

29. Tendas de emergência construídas após o terremoto de São Francisco, 1906.
fonte: <https://www.archives.gov/files/legislative/features/sf/images/sf-earthquake-44-xl.jpg>
30. Cabanas construídas após o terremoto de São Francisco, 1906.
fonte: [https://cdn.vox-cdn.com/thumbor/s6T1-5fIqaK8mVrku-gQuZUls3E=/1200x0/filters:no_upscale\(\)/cdn.vox-cdn.com/uploads/chorus_asset/file/4638155/FN-25354.0.jpg](https://cdn.vox-cdn.com/thumbor/s6T1-5fIqaK8mVrku-gQuZUls3E=/1200x0/filters:no_upscale()/cdn.vox-cdn.com/uploads/chorus_asset/file/4638155/FN-25354.0.jpg)
31. *Primitive Shelter*, desenhado por Alvar Aalto em resposta aos fluxos de refugiados após a segunda Guerra Mundial.

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

32. foto aerea El Coyotepe, 1973

fonte: *A report on the Coyotepe Refugee Camp in Masaya, Nicaragua*, Cuny e INTERTECT

33. Diagrama de El Coyotepe Camp, autoria própria.

34. Macro de um *cluster*, El Coyotepe Camp, 1973

fonte: *A report on the Coyotepe Refugee Camp in Masaya, Nicaragua*, Cuny e INTERTECT

35. Diagrama de um *cluster* em El Coyotepe, autoria própria.

36. Diagrama das estrada de acesso a El Coyotepe, autoria própria.

37. *Cross Axis Plan*, Cuny e INTERTECT, 1975.

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

38. *Modified Cross Axis Plan*, Cuny e INTERTECT, 1975

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

39. *Garden City*, Ebenezer Howard, em *Garden City of Tomorrow*, 1902.

fonte: <https://i.pinimg.com/originals/d1/1e/7d/d11e7dba02e58f88c5065b321c786916.jpg>

40. *Group of Slumless Smokeless Cities*, Ebenezer Howard, em *Garden City of Tomorrow*, 1902.

fonte: <https://scodpub.files.wordpress.com/2011/03/city-group.png>

41. *Concept Plan of a Model Refugee Plan in India*, Cuny e INTERTECT, 1975.

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

42. Campo em Khulua, planta geral, Hartkopf and Goodspeed, 1975.

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

43. Campo em Khulua, planta de um bloco, Hartkopf and Goodspeed, 1975.

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

44. Campo em Khulua, diagramas de estudo da planta geral, Hartkopf and Goodspeed, 1975.

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

45. Diagrama preparatório de uma hipótese de *layout* elaborada por Cuny pela prima versão de *Handbook for Emergencies*, 1981

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

46. Diagrama preparatório de uma hipótese de

layout elaborada por Cuny pela prima versão de *Handbook for Emergencies*, 1981

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

47. Diagrama final por *Handbook for Emergencies*, 1982

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

48. Esquema da estrutura de um campo desenhado por Hardin, 1987

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

49. Esquema para o melhoramento de um campo desenhado por Hardin, 1987

fonte: *Structure for the Displaced: Service and Identity in Refugees Settlements*, Kennedy

50. Opções de abrigo para populações deslocadas.

fonte: *Transitional settlements: Displaced populations*, Corsellis e Vitale

51. Sistema de campos, autoria própria.

52. Opção de *layout*: “Hollow Square Plan”

fonte: *Transitional settlements: Displaced populations*, Corsellis e Vitale

53. Opção de *layout*: “Staggered Plan”

fonte: *Transitional settlements: Displaced populations*, Corsellis e Vitale

54. Opção de *layout*: “Community Road Plan”

fonte: *Transitional settlements: Displaced populations*, Corsellis e Vitale

CAPITULO 3

55. As estratégias por cada fase consideradas pelo *Ennead Toolkit*.

Autoria própria com base nos dados fornecidos em *Rethinking Refugees Communities*.

56. Exemplos dos layers topográficos e socioeconômicos considerados pelo *Ennead Toolkit*.

Fonte: *Rethinking Refugees Communities*, Ennead Lab.

57. Diferentes tipologias de assentamento consideradas.

Fonte: *Rethinking Refugees Communities*, Ennead Lab

58. Estratégia preferencial de evolução no longo prazo.

Fonte: *Rethinking Refugees Communities*, Ennead Lab

59. Ações na escala *micro*.

Fonte: *Rethinking Refugees Communities*, Ennead Lab

60. Localização do sitio ideal na escala *macro*.

Fonte: *Rethinking Refugees Communities*, Ennead Lab

61. Mapa topográfico do Ruanda.

Fonte: Google Maps

62. Localização do sítio ideal na escala *meso*: análise das cidades e aldeias próximas.

Fonte: *Rethinking Refugees Communities*, Ennead Lab

63. Mugombwa Refugee Camp,

fonte: Google Maps

64. Localização das funções adequadas na escala *micro*,

fonte: *Rethinking Refugees Communities*, Ennead Lab

65. Exemplo do funcionamento do software na base do *Toolkit*,

fonte: *Rethinking Refugees Communities*, Ennead Lab

66. Primeira proposta pelo mesmo sítio elaborada por parte do ACNUR,

fonte: *Rethinking Refugees Communities*, Ennead Lab

67. Fotografia do Mugombwa Camp, ASA Studio

fonte: Divisare, <https://divisare.com/projects/295711-asa-studio-mugombwa-refugee-camp-pre-primary>

68. Fotografia do Mugombwa Camp, ASA Studio

fonte: Divisare, <https://divisare.com/projects/295711-asa-studio-mugombwa-refugee-camp-pre-primary>

69. Fotografia do novo edifício pelo ensino pré-escolar em Mugombwa Camp, ASA Studio

fonte: Divisare, <https://divisare.com/projects/295711-asa-studio-mugombwa-refugee-camp-pre-primary>

70. Número de refugiados sírios por país de acolhimento,

autoria própria com base nos dados fornecidos em *Global Trends 2016*.

71. Localização dos maiores campos para refugiados sírios na Jordânia,

autoria própria com base nos dados ACNUR.

72. Fotografia aérea de Al Zaatari Camp,

fonte: Google Maps

73. Crescimento de Zaatari no período 2011-2016

fonte: Google Earth Pro

74. *Layout* original de uma comunidade de caravanas,

fonte: *Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp*, Dalal

75. Vista das caravanas, 2013

fonte: *Zaatari: The Instant City*, Ledwith

76. Mapa dos distritos de Zaatari, autoria própria.

77. Formas da evolução informal no *old camp*, autoria própria.

78. Fotografias da evolução informal nos distritos mais recentes, 2012-2014.

fonte: Google Earth Pro

79. Modelo típico de habitação composta em Zaatari, 2015

fonte: The Telegraph Online, <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/jordan/11782770/What-is-life-like-inside-the-largest-Syrian-refugee-camp-Zaatari-in-Jordan.html>

80. Diagrama dos serviços públicos em Zaatari, autoria própria com base nos dados REACH.

81. Distância dos serviços médicos, autoria própria.

82. Distância dos serviços escolares, autoria própria.

83. “Espaço público” por volta das escolas, Maranie Rae Photography, 2015.

fonte: <http://www.maranierae.com/inside-the-zaatari-refugee-camp/axm01w9zu6w455kvpfbki6gmehdp8i>

84. Reabastecimento diário das reservas de água, 2013.

fonte: Reliefweb, <https://reliefweb.int/report/world/analysis-debating-best-way-improve-water-and-sanitation-post-mdgs>

85. Latrinas públicas, 2014

fonte: *Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp*, Dalal

86. Três mulheres cozinham *maljoun*, 2017

fonte: <http://www.sbs.com.au/topics/life/culture/explainer/what-life-really-women-inside-zaatari-refugee-camp>

87. Duas mulheres numa cozinha pública, 2016

fonte: World Food Program, <http://familymeal.eu/country-jordan.html>

88. Localização aproximada das lojas informais, fase 1 (2012), autoria própria com base nos dados REACH.

89. Localização aproximada das lojas informais, fase 2 (2013), autoria própria com base nos dados REACH.

90. Localização aproximada das lojas informais, fase 3 (2014), autoria própria com base nos dados REACH.

91. Um refugiado sírio fuma na sua loja em Zaatari, Ammar Awad, 2016

fonte: http://avax.news/fact/Life_in_Jordans_Zaatari_Camp.html

92. Loja de reparação de bicicletas nos *Champs Elysée*, Ammar Awad, 2016

fonte: http://avax.news/fact/Life_in_Jordans_Zaatari_Camp.html

93. Vista do mercado em Zaatari, Jordi Matas, UNHCR, 2015

fonte: <http://fusion.net/gallery/134466/what-life-is-like-at-syrian-refugee-camps-in-jordan/>

agradecimentos

Ao professor Álvaro Domingues, orientador desta tese, pelo apoio e pela atenção dispensada nas fases que levaram à concretização deste trabalho.

À doutora Ana Silva Fernandes, pelo suporte gratuito e profissional e pela disponibilidade demonstrada ao longo destes anos.

À Faup toda, que me acolheu quando estava perdida e que me ajudou a crescer como pessoa e como arquiteta.

À Inês e à Beatriz, pela atenção dedicada na notável revisão e correção dos textos: foi, de facto, fundamental.

Alla mia *grande* famiglia, per aver sempre creduto in me più di quanto non facessi io, per l'amore incondizionato e per il coraggio di lasciarmi libera di scegliere.

A Gabriele, punto fermo della mia esistenza.

Agli amici di sempre, che sempre saranno presenti.

Grazie.

